



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CIDADE DA PARAHYBA, CULTURA E COTIDIANO NAS TEIAS
MERCATIS DO IMPÉRIO**

DEISE SILVA SOUSA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Co-orientadora: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa/PB
2019

DEISE SILVA SOUSA

**CIDADE DA PARAHYBA, CULTURA E COTIDIANO NAS TEIAS
MERCATIS DO IMPÉRIO**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História no Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestra em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica, na Linha de pesquisa em Ensino de História e Saberes Históricos

Orientadora: Prof.^a Dr^a Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Co-orientadora: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva

João Pessoa-PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725c Sousa, Deise Silva.

CIDADE DA PARAHYBA, CULTURA E COTIDIANO NAS TEIAS
MERCANTIS DO IMPÉRIO / Deise Silva Sousa. - João
Pessoa, 2019.

147 f. : il.

Orientação: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano.

Coorientação: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA/PPGH.

1. Comércio. 2. Cultura. 3. Redes de Sociabilidade. 4.
Paraíba. 5. Século XIX. I. Mariano, Serioja Rodrigues
Cordeiro. II. Título.

UFPB/CCHLA

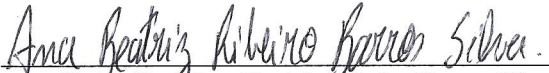
DEISE SILVA SOUSA

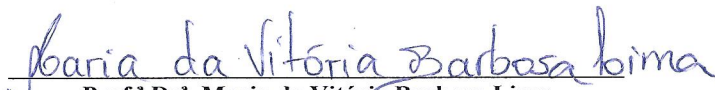
**CIDADE DA PARAHYBA,
CULTURA E COTIDIANO NAS TEIAS MERCANTIS DO
IMPÉRIO**

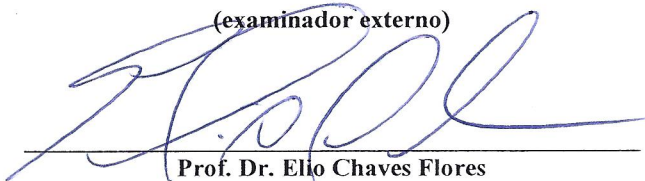
Avaliado em 31 / 08 / 2019, com conceito APROVADA

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
PPGH-UFPB
(orientadora)


Prof.ª Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
PPGH-UFPB
(co-orientadora)


Prof.ª Dr. Maria da Vitória Barbosa Lima
DH-UESPI
(examinador externo)


Prof. Dr. Eljo Chaves Flores
PPGH-UFPB
(examinador interno)

Prof. Dr. Cristiano Luis Cristillimo
DH-UEPB/PPGH-UFPE
(suplente externo)

Às mulheres que tornaram o meu trabalho possível.

(...) um belo dia, logicamente, tudo passará pelo mercado, não apenas os produtos da terra ou da indústria, mas também as propriedades fundiárias, o dinheiro, que se movimenta mais depressa do que qualquer outra mercadoria, o trabalho, o esforço dos homens, para não falar do próprio homem.

Braudel, 2009, p.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pelo apoio as minhas iniciativas;

As minhas orientadoras, profra. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano e profra. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, por terem me acompanhado com atenção e cuidado.

Aos meus leitores, profra. Dra. Maria da Vitória Barbosa Lima e prof. Dr. Élio Chaves Flores, pela generosidade de suas contribuições;

Aos professores e professoras do mestrado, pelos excelentes debates em sala de aula; A Geraldo, secretário do PPGH-UFPB, pela cordialidade e solicitude;

Aos amigos e amigas feitos ao longo desse tempo de mestrado, assim como aqueles de antes dessa fase da minha vida acadêmica;

A UFPB, por manter um Programa de Pós-Graduação em História em meio ao contexto atual;

A CAPES, pelo fomento à pesquisa e a sociedade brasileira que, por meio deste órgão, investe o seu dinheiro na produção do conhecimento científico.

Agradeço!

RESUMO

Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH- UFPB), este trabalho analisa o cotidiano das interações comerciais vivenciadas na capital da província da Parahyba do Norte, entre os anos de 1850 e 1875. Para compreender a dinâmica das trocas ali praticadas no contexto do período imperial, foram exploradas as implicações da atividade mercantil sobre a ocupação do espaço urbano, as relações de sociabilidade e as experiências de aquisição e consumo de bens e serviços então existentes. Através de uma leitura deste objeto de estudo em suas várias modalidades (como os mercados públicos, feiras livres, tavernas e armazéns, entre outras), realizada por intermédio da incorporação de fontes, como: a documentação oficial impressa e manuscrita, na forma dos relatórios da Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda e dos presidentes da província, censos, coleções de leis do Império, livros de notas; e alguns dos diferentes jornais que circularam na Cidade da Parahyba, entre eles: O Governista Parahybano, A Regeneração, A Ordem, O Publicador e O Despertador (produzidos durante as décadas de 1840 a 1880); além de impressos de caráter bibliográfico. Adotando a perspectiva construída por Michel de Certeau (1995 e 2014) no interior dos estudos culturais – elaborando uma história cultural –, que estabelece uma compreensão do espaço como produto de interação e interpretação constantes, e de modificações de forma e sentido decorrentes da ação do consumo. A cidade sob ininterrupta intervenção humana, é aqui concebida como lugar praticado, sendo também lugar da experiência – nas formas da tática e da estratégia – e da memória (LE GOFF, 1990), além de lugar do estabelecimento de redes de sociabilidade (SIRINELLI, 1992 e SIMMEL, 1983) articuladas entre comerciantes, produtores e fregueses. Resultando daí a identificação de relações de mútua influência, expressas em elementos como: os movimentos e lógicas organizacionais do núcleo urbano funcionando entre as demandas higienistas ainda em desenvolvimento (SCHWARCZ, 1993) e as necessidades e costumes locais que insistiam em contrariar as normativas impostas pelo poder público; as teias relacionais vivenciadas por pessoas de origens diversas favorecendo articulações políticas e servindo como mecanismo de mobilidade social; além de fragmentos do cotidiano das práticas e espaços do comércio na cidade da Parahyba.

Palavras Chave: Comércio; Cultura; Redes de Sociabilidade; Paraíba; Século XIX.

ABSTRACT

Linked to the Graduate Program in History of the Federal University of Paraíba (PPGH-UFPB), this work analyzes the daily business interactions experienced in the capital of Parahyba do Norte province, between 1850 and 1875. To understand the dynamics From the exchanges practiced there in the context of the imperial period, the implications of commercial activity on the occupation of urban space, the relations of sociability and the experiences of acquisition and consumption of goods and services then existing were explored. Through a reading of this object of study in its various modalities (such as public markets, free markets, taverns and warehouses, among others), through the incorporation of sources such as: official printed and handwritten documentation, in the form of reports the State Department of Finance Affairs and provincial presidents, censuses, collections of Empire laws, grade books; and some of the different newspapers that circulated in Parahyba City, among them: The Parahybano Governor, The Regeneration, The Order, The Publisher, and The Alarm Clock (produced during the 1840s to 1880s); in addition to bibliographic forms. Adopting the perspective built by Michel de Certeau (1995 and 2014) within cultural studies - elaborating a cultural history - that establishes an understanding of space as a product of constant interaction and interpretation, and changes in form and meaning resulting from the action of consumption. The city under uninterrupted human intervention is conceived here as a practiced place, being also a place of experience - in the form of tactics and strategy - and of memory (LE GOFF, 1990), as well as the place of establishing social networks (SIRINELLI, 1992 and SIMMEL, 1983) articulated between traders, producers and customers. As a result, the identification of relations of mutual influence, expressed in elements such as: the movements and organizational logic of the urban nucleus operating between hygienist demands still under development (SCHWARCZ, 1993) and local needs and customs that insisted on contradicting the norms imposed by the city. public Power; the relational webs experienced by people of diverse origins favoring political articulations and serving as a mechanism of social mobility; besides fragments of the daily practices and spaces of commerce in the city of Parahyba.

Keywords: Trade; Culture; Social networks; Paraíba; XIX Century.

LISTA DE IMAGENS

FIGURA I – Porteurs d'eau	37
FIGURA II – Aguadeiro.....	38
FIGURA III – Fornecedores de água à população	39
FIGURA IV – Vendedora em quitanda	67

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Comerciantes com o maior número de estabelecimentos comerciais e propriedades urbanas na Cidade da Parahyba.....	42
QUADRO II – Comerciantes Estrangeiros e tipos de negócio domiciliados na Cidade da Parahyba.....	71
QUADRO III – Exportações registradas pelo consulado da Província da Parahyba em 1855	78

LISTA DE MAPAS

MAPA I – Áreas de comércio e esconderijos na Cidade da Parahyba (Século XIX) ..	45
MAPA II – Ilha do Tiriri.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1.1 Um objetivo	19
1.2 Método e teoria	21
1.3 Organização do trabalho	26
2. NARRATIVAS POSSÍVEL SOBRE A CAPITAL DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE	28
2.1 Do rio às águas e às casas, espaços de comércio e sociabilidade	33
2.2 Narrativas da cidade: das casas às ruas e ao rio	46
3. DAQUI E D'ALÉM-MAR: Práticas comerciais e relações de sociabilidades	55
3.1 Dinâmica das experiências sociais nas relações mercantis na Cidade da Parahyba	58
3.1.1 Caixeiros	59
3.1.2 Quitandeiras	61
3.2 Estrangeiros nas praças de mercado da Cidade da Parahyba	68
3.2.1 Navios, navegantes conflitos e epidemias	72
3.3 Mercadorias e costumes estrangeiros na cidade	78
4. O COMÉRCIO ENTRE O PERMITIDO E O (IN)DESEJADO : crimes, contravenções e subversões no mundo dos negócios	88
4.1 Caminhos das contravenções: o comércio e a população escravizada na Cidade da Parahyba	92
4.2 Livres, libertinos e revoltados: o caso dos marujos dos navios britânicos	105
4.3 Fronteiras e crimes fiscais	108
4.4 Mercadorias e mercadores	116
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	141

1.INTRODUÇÃO

Atualmente aplica-se aos bens reconhecidos como parte da cultura brasileira, o registro feito por meio do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)¹ – um método de investigação que procura “produzir conhecimento sobre (os mesmos, considerando-os como parte dos) domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social” (CORSINO, 2000), reconhecendo neles, características de patrimônio imaterial.

A inclusão dos espaços de comércio no Livro de Registro de Lugares, que é o instrumento no qual são inscritos “os mercados, feiras, santuários e praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas”², indica a preocupação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim como do poder público e da sociedade, com a preservação da dinâmica das trocas cotidianas que neles ocorrem, enquanto elementos que caracterizam as feiras como espaços privilegiados do exercício de práticas culturais significativas para a população das regiões onde se encontram.

Este processo de registro, permite uma interpretação que aproxima a noção de **Lugar** adotada pelo IPHAN, do conceito de **lugar praticado** (CERTEAU, 2014), resultando daí que usos e apropriações constantes do ambiente supracitado são características inerentes ao *modus operandi* de uma sociedade capitalista na qual o tempo, o próprio espaço, a humanidade e o que resulta da interação entre estes elementos por meio de processos produtivos, pode ser tomado como bem de consumo, o que por sua vez implica em processos de apropriação que conferem aos lugares um (ou muitos)

Sentido[s] cultural[is] diferenciado[s] para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. [...] **lugares focais da vida social de uma localidade**, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em

¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>. Acesso em: 9 set. 2018.

² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122/>. Acesso: 10 set. 2018.

representações simbólicas e narrativas, **participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais.** (IPHAN, Livros de registro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Grifos meus)

É possível compreender o comércio de rua como lugar privilegiado da dinâmica de ressignificação resultante da apropriação de bens através de diferentes formas de consumo, sendo – estas **formas de consumo** – o elemento que permite que o registro em questão seja interpretado como produto de uma vontade de manutenção das práticas atreladas às memórias e **culturas populares** (CERTEAU, 1995) ali expressas, de modo que o espaço físico onde ocorre pode ser tomado como um dos referenciais fundamentais para sua existência, assumindo a mutabilidade como característica central e dispensando a necessidade de estabilização de sua forma arquitetônica, já que ela depende das práticas que ali ocorrem (a saber: das formas de consumo dos bens disponíveis, dos espaços ocupados e das ideias produzidas e reproduzidas) e não o contrário. O que permite a ampliação da ideia de **lugar** no processo de salvaguarda³, tendo em vista que, enquanto espacialidade cotidianamente construída e reconstruída, ele guarda em si, em decorrência desse processo, elementos de identificação das comunidades e indivíduos partícipes do cotidiano da feira.

Nestes termos, o contato a Feira de Campina Grande enquanto espaço produtor e reprodutor de trocas simbólicas construídas em meio às trocas materiais características do capitalismo e o diálogo com os feirantes e fregueses que conheci no decorrer da prática da pesquisa ao longo da vida acadêmica, contribuíram para o estabelecimento da afinidade que passei a sentir em relação ao tema desde o período em que participei da equipe que elaborou o INRC da referida feira, o que me proporcionou uma imersão no cotidiano deste lugar por meio da realização de entrevistas com os indivíduos que dela fazem parte, assim como pela leitura de manuscritos, produções acadêmicas, literárias e da documentação elaborada a seu respeito e

³ De acordo com o IPHAN: “O Plano de Salvaguarda é um instrumento de apoio e fomento de fatos culturais aos quais são atribuídos sentidos e valores que constituem referências de identidade para os grupos sociais envolvidos, e que são registrados como Patrimônio Cultural Brasileiro, conforme o estabelecido no Decreto no. 3.551, de 4 de agosto de 2000”. (IPHAN, **Plano de Salvaguarda**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/684/>). Acesso em 20 set. 2018.

com a qual pude ter contato.

A partir de então, passei a ler jornais que relatam alguns dos aspectos deste e de outros ambientes comerciais na Província da Parahyba do Norte⁴ na segunda metade do século XIX. Este levantamento documental e a consulta à bibliografia referencial, proporcionaram uma melhor fundamentação do recorte temporal a que cheguei – a segunda metade do século XIX –, sem, contudo, restringir-me rigidamente a esse período, já que o objeto de que trata este estudo não pode ser encontrado especificamente em determinado conjunto de registros, de modo que as referências a ele encontram-se dispersas em diferentes suportes documentais produzidos em momentos distintos do período imperial.

Contexto que me chamou atenção por estar imerso em um efervescente ambiente político marcado pelas tensões entre grupos liberais e conservadores que se articulavam nos espaços de poder na Corte e nas províncias, buscando a realização de diferentes projetos de nação que iam de encontro a singularidade de um Império nos trópicos ao mesmo tempo em que se nutriam dos debates filosóficos, científicos, econômicos e governamentais produzidos ao norte da linha do equador. De modo que Império de D. Pedro II vivenciava a difícil tarefa de fiscalização, administração e manutenção das fronteiras de um território e de uma população ainda não completamente conhecidos e mapeados, portanto, não completamente controlados pelo poder central. Ao mesmo tempo em que todos estes aspectos foram também impactantes para a produção de uma imagem do monarca como elemento de identificação da nação (SCHWARCZ, 1998).

Além disso, havia a tensão dos embates internos e externos nos quais a nação teve participação, como a Revolução Praieira que envolveu as províncias de Pernambuco e Parahyba (1848) e as campanhas platinas, abrangendo os atuais países da Argentina, Uruguai e Paraguai, sendo elas: a guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), a guerra contra

⁴ Antigo nome do atual estado da Paraíba, adotado aqui pela predominância de seu uso na documentação do século XIX. Como ela, outras grafias de época serão reproduzidas sempre que possível, também porque compreendo que as formas de expressão escritas e faladas do idioma praticado, dizem algo a respeito de quem por meio delas se expressa, e mesmo que este não seja um trabalho voltado para problematização dos aspectos da linguagem no passado, acredito que estas características não devem ser descartadas. O mesmo não ocorrerá em relação às fontes e citações construídas em outros idiomas, que traduzi para que a continuidade da leitura em português não seja quebrada.

Aguirre (1864-1865) e a guerra do Paraguai (1864-1870)⁵. Conflitos que produziram demandas financeiras, humanas, de abastecimento e organizacionais diferenciadas das existentes nos períodos de paz, exigindo a manutenção da estabilidade em vários setores, por parte do governo imperial. Entre os quais, o suprimento e a defesa das províncias fronteiriças (GUAZZELLI, 2009), e a arregimentação de voluntários que contribuíram com donativos e com a própria participação nestes conflitos, sendo a Guerra do Paraguai aquela que produziu o maior empenho de recursos e combatentes (PACHECO, 2018) advindos de todos os setores da sociedade, mas atingindo principalmente a população negra e pobre, fosse ela livre, liberta ou escravizada – conhecida protagonista no comércio de rua e nas feiras do Brasil, figurando assim nas ruas e no cotidiano descritos em relatos como os de Koster (1816), Debret (1834-6) e Kidder (1845).

Ao longo deste período, fatores como: fim do tráfico atlântico⁶, a gradual extinção da escravidão legalizada⁷, assim como as constantes mudanças nos mercados interno e externo⁸ e na legislação referente à regulamentação do comércio⁹, me permitiram problematizar do processo de modificação das relações de trabalho culturalmente permeadas por características raciais e por perspectivas de acumulação do capital e obtenção do lucro em função da produção e exportação de gêneros agrícolas. Possibilitando também uma investigação dos fluxos de distribuição das mercadorias brasileiras e estrangeiras principalmente em território imperial e através do Atlântico em meio às modificações ocorridas no mundo do trabalho.

⁵ Para uma visão mais ampla dos conflitos supracitados, é recomendável a leitura de: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002

⁶ Com a Lei nº581, de 04 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm Acesso em: 22 abr. 2018.

⁷ Na forma das leis: nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm); nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei dos Sexagenários. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179463>); e, nº 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm). Acesso em: 22 abr. 2018.

⁸ A partir de 1850 a Revolução Industrial iniciou um processo de expansão no hemisfério norte ocidental, provocando o aumento da concorrência entre as indústrias de bens de consumo, assim como a integração de diferentes mercados, favorecendo uma expansão a nível mundial. Nesse contexto, surgiram novos arranjos em meio às relações internacionais. Envolvendo principalmente nações fornecedoras de matéria prima (e de mercado consumidor) e países produtores e exportadores de manufaturados. O que, entre outras coisas, justifica a ascensão do cultivo e exportação do algodão na região norte do Império brasileiro neste período.

⁹ Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm Acesso em: 22 abr. 2018.

Considerando-se que o aspecto racial do regime escravocrata brasileiro fundamentou-se (entre outras coisas) na estigmatização de aspectos físicos como a cor da pele e elementos estéticos enquanto **marcadores sociais** (ALMEIDA, 2009; MOUTINHO, 2004) de toda a carga de significados construída ao longo dos períodos colonial e imperial no Brasil, ao longo dos quais a produção fundamentou-se principalmente na mão de obra escravizada, conclui-se que além da desvalorização da força de trabalho de parte da população, este processo expôs os indivíduos negros e pardos, livres e libertos, a temores como o da reescravização, por exemplo, além de uma extrema precarização das condições de subsistência. Ao mesmo tempo em que o percurso da extinção do tráfico humano provocou a emergência pela comercialização de outros tipos de bens que permitissem a manutenção das condições de obtenção do lucro, já que o comércio escravocrata proporcionou o acúmulo financeiro mesmo no período em que foi proibido, quando o tráfico interprovincial não foi suficiente para suprir a demanda do mercado, o comércio ilegal de pessoas apresentou um nível de rentabilidade tão alto como os riscos a ele inerentes¹⁰.

No contexto de implantação destas normativas jurídicas, estrangeiros e nativos escravizados, bem como os descendentes destes, ao longo do período imperial não representam apenas mercadorias nos comércios interno e externo, mas (e principalmente) uma enorme força produtiva dos bens de consumo, dos serviços e das culturas locais. Gerando demandas por mudanças sociais, ocupando espaços e construindo saberes e costumes em diálogo com outros segmentos da população oitocentista. Somando-se a isso, a constatação de que a predominância das nacionalidades inglesa e portuguesa entre os comerciantes de grosso trato¹¹ nas Províncias do Norte do Império (FREYRE, 2000; SALES, 2012, 2017) e o papel das relações que estes indivíduos estabeleceram para com as elites locais, tendo em vista a manutenção de seus interesses comerciais no Brasil, através de estratégias de fixação territorial e do aprimoramento das redes de comunicação interprovinciais e internacionais, permitiram o mapeamento da inserção de determinados bens e práticas de consumo nos mercados locais ao mesmo tempo em

¹⁰ Os dados que fundamentam esta afirmação foram extraídos dos mapas elaborados pela pesquisa publicada no endereço: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates> Acessados ao longo do mês de dezembro de 2018 e adaptados na tabela Nº 1.

¹¹ Para saber mais sobre os comerciantes que movimentavam as importações e exportações de grandes volumes de mercadoria através do Atlântico, recomenda-se a leitura de: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830), Editora Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992, p. 324

que possibilitaram a identificação das **redes de sociabilidade** nas quais eles estiveram inseridos.

Por fim, foi crucial a observação de que as características de capital portuária da Cidade da Parahyba, possibilitaram uma comunicação relativamente ágil da província para com a Corte e as outras regiões do Império através do Atlântico, sendo o porto do rio Sanhauá, um dos principais veios de escoamento¹² dos bens advindos da produção local, e de recepção daqueles de outras origens que circulavam nas ruas da cidade.

Cidade da Parahyba, cultura e cotidiano nas teias mercantis do Império é, portanto, o título que define o foco desta pesquisa, ao mesmo tempo em que oferece a possibilidade de ampliação do seu escopo, já que as diferentes expressões do comércio direcionam os caminhos da análise para os costumes, as necessidades e os modos de ser e viver da população da capital da Província da Parahyba do Norte, na medida em que a demanda pela troca de bens de consumo e serviços se apresentou como impulso para a reprodução, adaptação e invenção do seu cotidiano.

1.1. Um objeto

FEIRA, s. f. lugar onde em certos dias semanaes, mensaes, ou de anno a anno concorrem tratantes, mercadores, e lavradores a vender os productos da terra, e das artes, e mecanicas. (BLUTEAU, verbete *feira*, tomo primeiro, 1789, p.605).

feira. S. f. **1.** Lugar público, muitas vezes descoberto, onde se expõem e vendem mercadorias. **2.** Exposição (2). **3.** Palavra que entra na composição dos nomes dos dias da semana, menos o sábado e o domingo. **Feira livre.** Bras. Feira (1) onde se vendem sobretudo legumes e frutas. (Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa, 1988, p.293. Grifos meus).

¹² Outro importante local de escoamento e recepção de mercadorias na província era o porto de Mamanguape. Além disso, é preciso lembrar que o trânsito na costa era constituído principalmente por pequenas embarcações cujos lugres de carga, descarga e pouso, nem sempre constam nas fontes, o que dificulta o mapeamento total do movimento de mercadorias neste território.

Necessárias para o fomento das economias e escoamento de produções locais, as feiras assumem importantes papéis no abastecimento das dispensas das casas e dos estoques de lojas, restaurantes e pequenos mercados. Configurando universos muito particulares, elas abrigam costumes e práticas relativos à ocupação dos espaços públicos em “dias semanaes, mensaes, ou de anno a anno” como marcos temporais para o consumo, às condições de manutenção de serviços urbanos, atravessando a geografia das cidades com as demandas dos muitos tipos de comércio que aglutinam, e aos mecanismos de controle e normatização dos mais diversos empreendimentos comerciais. Características tão atuais quanto resistentes e adaptáveis, identificadas em feiras de diferentes lugares e ao longo de distintos momentos da história, de modo que mesmo os significados agregados ao termo *feira* sofreram poucas modificações semânticas através do tempo, como indicam os registros supracitados, que guardam entre si quase 200 anos de diferenças no desenvolvimento da língua portuguesa praticada no Brasil.

No século XIX, a frequência com que se recorria ao comércio de rua e a concentração da oferta de determinados tipos de mercadorias em locais específicos da cidade, estiveram entre fatores responsáveis pelas demandas¹³ do ordenamento, da regulamentação e da vigilância das feiras. Neste período, o desenvolvimento técnico-científico promoveu modificações no espaço habitado através de um processo de urbanização cujo planejamento na Cidade da Parahyba foi descontinuado, por estar em consonância com as prioridades elencadas por cada presidente de província, e ao mesmo tempo limitado pelos recursos financeiros disponíveis para a implementação das ações que eles viam como necessárias, mediante suas próprias percepções a respeito dos estudos então desenvolvidos sobre a segurança e a salubridade dos espaços e aparelhos públicos, sempre com ênfase nos aspectos que particularmente lhes chamavam atenção (MAIA, 2007, 2012; SÁ & MAIA, 2012).

As feiras na capital da Província da Parahyba do Norte foram lugares nos quais (e em função dos quais) se desenvolveram práticas características do cotidiano de manutenção da acessibilidade das vias públicas, da legalidade dos bens envolvidos nas trocas que abrigaram e dos indivíduos que por elas passaram. Foram também lugares nos quais se desenvolveram diferentes práticas de negociação para a obtenção de vantagens econômicas, pela possibilidade

¹³ Através delas é possível acessar diferentes concepções elaboradas a respeito dos três elementos supracitados.

da barganha dos preços e termos de compras e trocas, num tipo de mecanismo de regulação dos valores das mercadorias de acordo com as demandas do público consumidor.

Do mesmo modo, o contato comercial promoveu o estabelecimento de laços afetivos e de confiança mútua entre fregueses e feirantes que, ao se deslocaram destes espaços, produziram formas de interação que não as necessariamente restritas às trocas comerciais. O convívio entre os indivíduos fomentou a manutenção das **relações de sociabilidade** caracterizadas por Georg Simmel (1983) como “forma autônoma de sociação”, isto é: como fenômeno no qual *o estar com um outro, para um outro, contra um outro* resulta em formas que existem por si mesmas, de modo independente dos conteúdos que as produziram (SIMMEL, 1983, p.168). Neste sentido é possível observar a construção de relações sociais no âmbito das feiras, por estas se colocarem:

[...] **no centro da vida citadina** [...], **[caracterizando-se como] um centro natural da vida social**. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem alguns incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades [...], é nela que circulam as novidades políticas e as outras. (BRAUDEL, 2009, vol. 2, p.16. Grifos meus)

Relações que carregaram para dentro destes ambientes conteúdos próprios de outros lugares alocados nos conjuntos da vida pública ou privada, compondo uma gama de elementos relativos às dinâmicas do ordenamento dos espaços e das práticas comerciais, proporcionando o acesso a determinados aspectos da cultura material e do cotidiano da capital de uma das províncias do norte do Brasil oitocentista. Incidindo sobre eles as demandas de um comércio que perpassou a vida cotidiana, do ponto de vista de aspectos que vão desde o abastecimento de água até o provimento de pólvora e bens de consumo de difícil acesso, passando pelos meandros de uma economia escravocrata e pelas contravenções praticadas em favor do lucro.

1.2. Método e teoria

Sob a perspectiva do diálogo entre os campos da história cultural e da história social, no que se pode denominar de uma história social da cultura (SOIHET, 1989), este estudo vai no

sentido da leitura de alguns dos modos pelos quais o comércio foi vivenciado, expresso e praticado ao longo da segunda metade do século XIX na Cidade da Parahyba, num exercício de exploração dos aspectos sociais, econômicos e culturais pertinentes ao ato de mercadejar, que em sua complexidade exige uma análise ampla e interdisciplinar. De modo que foram adicionados a este diálogo, elementos advindos de outros campos das ciências humanas, tais como: o conceito de **sociabilidade**, cunhado por Simmel (1983) e sua posterior identificação aos espaços, momentos e redes perceptíveis nos estudos elaborados respectivamente por Flávio José Gomes Cabral (2012) que aborda os **espaços de sociabilidade**, e Fernanda Martins (2007) que pensou as **redes de sociabilidade**.

Os desdobramentos deste conceito possibilitaram o estudo aqui desenvolvido, tendo em vista que o comércio oitocentista fez parte do estabelecimento dos espaços urbanos privilegiados para o exercício da **sociação** (SIMMEL, 1983), mesmo papel atribuído às praças, passeios públicos, clubes e igrejas, lidos enquanto **espaços de sociabilidade**, por permitirem e muitas vezes incentivarem as interações humanas em suas múltiplas formas, repetindo e reforçando o argumento de F. Braudel, é possível dizer que estes espaços promovem efetivamente: *encontros, conversas, insultos, ações violentas e acolhedores, incidentes e a circulação de novidades*. (BRAUDEL, 2009, vol. 2, p.16).

Ao mesmo tempo em que os momentos (dias e horários) nos quais ocorriam as práticas mercantis assim como os ritmos do próprio ambiente dos mercados, armazéns, tabernas e quitandas, oferecem uma noção a respeito das interações entre as pessoas, pela observação da frequência dos lugares em horários distintos, por indivíduos de diferentes grupos sociais com diferentes objetivos – uma observação historiográfica mas também antropológica, capaz de denotar os segmentos de atividades no interior do campo do comércio de rua na Parahyba oitocentista, que reuniam grupos identificáveis em torno de horários e funções específicos, validados por mecanismos internos e externos de reconhecimento social, alguns orientados por ofícios ou profissões específicas, por exemplo. Deste modo compreende-se que recortes espaciais e temporais são elementos constitutivos de uma tessitura que abrange as vinculações estabelecidas no dia a dia das **redes de sociabilidades** (THOMPSON, 1971).

Por sua vez, a ideia de redes constituídas nestes momentos e lugares, articuladas para

além do tipo de conteúdo formal a eles inerente (o da relação de troca e demais noções implicadas no processo), permite a observação de aspectos concernentes ao mundo do trabalho, as práticas de ascensão social e aos elementos por meio dos quais as desigualdades são identificáveis, e aqui a referência é feita não apenas em função da expressão da cor, condição étnico-racial que fundamentava muitas vezes a condição jurídica das pessoas citadas nas fontes, como também por meio de outros aspectos. O que direcionou esta pesquisa para a noção de **marcadores sociais da diferença**, campo de estudos das ciências sociais que busca investigar a constituição social das desigualdades entre os grupos humanos, nos quais se destacam os estudos de Heloísa Buarque de Almeida (2009) e Laura Moutinho (2004).

Outro conceito elencado é o de **lugar praticado**, que de acordo com Michel de Certeau (2014) constitui-se no espaço socialmente moldado e significado ao longo do processo de consumo expresso pela sua ocupação, de modo a produzir representações. Direcionando a análise para a noção elaborada por Roger Chartier (2015) que define a ideia de **representação** como diretamente vinculada à dimensão do campo de possibilidades de leitura dos objetos tornados documentos pelo exercício da historiografia, ele afirma:

[...] chamava a atenção para os gestos e comportamentos, e não apenas para as ideias e os discursos, e **considerava as representações** (individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas) não como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas **como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social**. (CHARTIER, 2015, p. 7. Grifos meus)

Advogando pelo alargamento do conjunto daquilo que pode ser tomado como objeto de estudo pela história e das ideias expressas por meio da escrita – impressas (manual e mecanicamente) em suportes de papel –, e lançando o olhar sobre o que chama de *gestos e comportamentos*, o autor observa nos mesmos a elaboração de representações do mundo cujos sentidos comportam mais do que as formas de interpretação que as relacionam a graus de aproximação com a realidade (daquilo que é mais ou menos factível, mais ou menos provável), mas que participam da construção da mesma na medida em que são produtos e produtoras do cotidiano vivido.

A segunda metade do século XIX foi o momento da ampliação numérica de publicações impressas na Província da Parahyba do Norte, o que se fez acompanhar de um alargamento das

temáticas por elas abordadas. O Brasil passava por um aumento da capacidade de produção de impressos, o que se evidencia pelo crescimento do número de periódicos que surgiram na época. Intrinsecamente vinculado a esse processo está o fato de que a imprensa periódica toma o lugar de transmissora privilegiada da informação e da notícia, assumindo um importante papel no aprimoramento dos processos de comunicação em larga escala. De acordo com Gervásio B. Aranha: “Por se constituir ao longo do século XIX, no único meio de comunicação com o grande público – mesmo que este em sua maioria não possuía qualquer nível de escolaridade –, a imprensa se insinua com toda a força na vida cotidiana”. (ARANHA, 2003, p. 89-90)

Tendo o conjunto de tais transformações afetado não somente o campo de uma crescente indústria destes impressos periódicos¹⁴ com a inserção de novos recortes temáticos, e mesmo com a criação de jornais especializados, a introdução da propaganda e do anúncio¹⁵, entre outros elementos, mas a toda a sociedade, que com eles passou a interagir cotidianamente. De modo que o processo de consumo da notícia por meio do jornal se faz notar nas **maneiras de empregar** os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 2014, p. 39).

Uma análise voltada para este tipo de fonte impressa do século XIX deve, portanto, levar em consideração que o processo de mudança acima mencionado se refere a modos de ser e viver em sociedade que são próprios daquela temporalidade e dos quais estes artefatos fizeram parte. Incluindo-se no circuito de produção e difusão informacional¹⁶, as feiras livres e os espaços de comércio, caracterizadas como lugares privilegiados de “um intenso intercâmbio de ideias”, se configuraram também como “ponto de difusão das notícias” (FONSECA, 2014, p. 27), de modo que esses locais podem ser entendidos como partes das redes de propagação de novidades, ao mesmo tempo em que informam os jornais com os conteúdos que circulam ‘de boca em boca’

¹⁴ Lília Moritz Schwarcz faz referência às inovações no campo da tipografia ao elaborar a trama a respeito do pai de Lima Barreto, em seu livro intitulado: *Lima Barreto: triste visionário*. Companhia das Letras. São Paulo. 2017.

¹⁵ O que possibilitou a realização de estudos como o de Gilberto Freyre, intitulado *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Global, São Paulo, 1 edição digital, 2012; e de Elaine Cristina Jorge Dias, sob o título: *Retrato falado: O Perfil dos Escravos nos Anúncios de Jornais da Paraíba (1850-1888)*. (2013).

¹⁶ Peter Burke, no livro *A cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*, identifica as feiras como ambientes centrais para atividades que vão desde apresentações artísticas, passando por pregações religiosas e serviços de alfabetização, até a transmissão de notícias por meio da oralidade mediante pagamento.

até finalmente se consolidarem em suas páginas, sendo objetos de variados tipos de abordagem.

Entendida como “integrante dos espaços públicos em transformação” (MOREL, 2009, p.170), a imprensa estabelece uma relação dialógica com o público e com as mudanças espaciais no interior das relações sociais convencionadas. Figurando como possibilidade de leitura a pesquisadores que por sua vez, se veem diante da oportunidade de uma interpretação que não se apropria unicamente do texto que lhe pode servir como fonte, mas considera o maior número de elementos implicados nas relações por meio das quais se prenunciam perspectivas de desenvolvimento das suas hipóteses, considerando por exemplo: o processo de produção da notícia e de editoração do material gráfico, assim como os elementos da composição física do impresso (número de colunas, afirmação do direcionamento político na capa/primeira página, imagens, etc.).

Além dos periódicos publicados na capital da província, outros tipos de fontes foram explorados no decorrer da investigação, são eles: de caráter iconográfico (mapas, plantas e imagens produzidas por viajantes como Jean-Baptiste Debret); de caráter oficial, como as Coleções de Leis Provinciais da Parahyba do Norte, os Relatórios de Presidentes de Província, a documentação da Secretaria de Polícia da Província, e os relatórios da Secretaria da Província e do Ministério das Relações Exteriores.

Entre os manuscritos consultados estão ainda alguns dos inventários produzidos ao longo do período abordado, fontes que têm muito a dizer a respeito dos padrões de consumo de bens duráveis entre a classe abastada que se articulava entre o domínio dos meios de produção, a administração imperial e a comercialização em “grosso trato”. Todos eles informam esta investigação a respeito do cotidiano do comércio na capital paraibana ao longo do período imperial, em função do esquadrinhamento dos seus lugares e dos papéis que lhes foram atribuídos no interior dos circuitos de recepção e escoamento dos gêneros de consumo que por ali passaram.

1.3. Organização do trabalho

O primeiro capítulo, intitulado *Narrativas possíveis sobre a capital da província da Parahyba do Norte*, apresentará ao leitor a Cidade da Parahyba por meio de alguns dos relatos existentes, elaborados imagética e discursivamente ao longo do século XIX e início do século XX, como os escritos do memorialista Walfredo Rodriguez, *Roteiro sentimental de uma cidade* (1994), e de Coriolano de Medeiros, *O Tambiá de minha infância* (1994).

Serão utilizados também os mapas elaborados por Juliano Loureiro de Carvalho; Carla Gisele Martins e Nelci Tinem (2005) a partir da documentação por eles coletada, sob a perspectiva de sobreposição das plantas da cidade da Parahyba para estudos comparativos no campo do urbanismo. Um dos documentos interpretados por estes autores foi também ferramenta para a compreensão do cotidiano da cidade ao longo deste trabalho; trata-se da *Monografia descritiva da cidade da Parahyba*, da autoria de Vicente Gomes Jardim (1887), em sua versão original (manuscrita), na qual o autor descreve o aspecto da cidade no final do século XIX¹⁷.

Alinhavando estes referenciais, serão analisados alguns anúncios e artigos de jornais que contribuirão para a elaboração de uma apresentação da cidade por meio das teias relacionais traçadas entre os comerciantes locais de si para si, em relação a outras cidades e nos limites das fronteiras provinciais. Sobre este fundo, as fontes constituídas por relatórios oficiais de Secretarias de Polícia, Coleções de Leis e Relatórios de Presidentes de Província, entre outros, servirão também para perscrutar o cotidiano do trabalho e do ócio, do permitido e do proibido, do desejado e do abjeto – tema que ocupa a centralidade do terceiro capítulo.

O segundo capítulo, intitulado *Daqui e d'além-mar: experiências com o comércio exterior*, referência as comunicações e vinculações entre pessoas advindas de diferentes continentes que produzem por meio desse contato cotidiano novos saberes e práticas. Ao longo do período abordado o porto da Capital da província recebeu embarcações de diferentes lugares

¹⁷ Outra versão deste trabalho foi publicada entre os anos de 1910 e 1911, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; e será preterida aqui em função do processo de edição por que passou para sua publicação, o que indica que provavelmente há alguma diferença entre os textos. O manuscrito está disponível no Arquivo Privado Maurílio de Almeida.

do mundo, e a documentação consultada¹⁸ faz referência às tripulações e, mais ou menos explicitamente aos modos pelos quais nativos e estrangeiros se relacionavam nos períodos de contato, sendo o comércio o *locus* privilegiado do desenrolar destas experiências, além de efetivar o intercâmbio de mercadorias e por conseguinte, a apropriação e a reinvenção dos usos dados a determinados bens de consumo.

Falar dessas pessoas e mercadorias e do desenvolvimento das relações que estabeleceram entre si é falar também do mercado e da feira, de saborear diferentes idiomas e vivências, das flutuações do comércio internacional e suas influências sobre as relações de sociabilidade, do tráfico de informações e de pessoas. E é o que se oferecerá ao leitor neste capítulo.

O terceiro capítulo, intitulado *Lugares do ócio e do trabalho: as feiras entre o permitido e o (in)desejado*, propõe introduzir na pesquisa o campo dos relatos das experiências de trabalho e de criminalidade vinculadas aos mercados e feiras existentes, por meio das fontes impressas anteriormente citadas. Além disso, os tecidos finos ao toque, os elixires milagrosos para os enfermos, as mangas proibidas pelo medo do cólera, a carne estragada jogada ao rio, o bom tabaco da terra, o lixo acumulado nas ruas e toda natureza de coisas que se pode sentir são também tema deste capítulo.

Por fim, sob o título: *Considerações possíveis*, expressam-se os caminhos percorridos para a elucidação das problemáticas propostas, sob a perspectiva de que este texto não apresenta soluções definitivas para elas, mas *a priori* procura contribuir para a produção de sentidos e interpretações dos modos de ser e viver na Parahyba oitocentista, abrindo espaço para novos questionamentos que determinam o horizonte de perspectivas desta investigação.

¹⁸ Refiro-me aqui, estatisticamente, às *Collecções de Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do Império do Brasil com suas Províncias e Paizes Estrangeiros*, disponíveis no endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> . Acesso em 09 de setembro de 2017.

2.NARRATIVAS POSSÍVEIS SOBRE A CAPITAL DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE

As formas urbanas são resultado de um processo complexo de elaboração e, como tais, se inserem em um contexto de produção e em um quadro cultural de inteligibilidade. (LEPETIT, 1990, p. 469-470)

As narrativas aqui analisadas foram selecionadas com o objetivo de identificar e problematizar o “contexto de produção” e o “quadro cultural de inteligibilidade” do processo de elaboração das formas urbanas a que se referem (LEPETIT, 1990). Resultantes da necessidade que seus autores sentiram de narrar as próprias experiências em meio a transição temporal, política e cultural que atingiu diretamente os espaços, seus usos e atribuições no período do **fim de século** (SCHWARTZ, 1995) que mais despertou expectativas e posteriormente, comparações por parte dos indivíduos que o vivenciaram. Esses relatos guardam a complexidade das fontes produzidas intencionalmente para a posteridade, demandando uma leitura **a contrapelo** (BENJAMIN, 2012).

Produzidas entre o final do século XIX e início do XX, as narrativas aqui abordadas descrevem aspectos do cotidiano da Cidade da Parahyba nesse período através de memórias feitas por seus autores que, ao relatarem episódios, pessoas e lugares de que se lembram quando revisitam suas experiências, elaboram também imagens da cidade que servem como pano de fundo para esta pesquisa, chegando a fornecer descrições espaciais que aglutinam em camadas o processo de modificação do espaço urbano. Como faz Walfredo Rodriguez (1893-1973) no livro *Roteiro Sentimental de uma Cidade* (1994) ao construir uma narrativa análoga a um passeio, conduzindo o leitor pelas ruas de sua memória:

Vamos entrar na Rua Maciel Pinheiro – **para ser mais fiel**, Rua do Comércio nela encontrando os negociantes de comestíveis: Augusto Falcão, na casa n.º 65 – **atualmente é** a Alfaiataria Griza – Figueiredo Júnior está no 24, Fonseca Irmão no 33, Benevenuto & Cia no 71 – **na atualidade é** um sobrado servindo de depósito sob o n.º 129 – o negócio de Antônio Luna fica no prédio n.º 73, no outro lado, sob o n.º 55, está Francisco Fernandes Pacote, no 64, está Lemos & Cia. e por fim, a grande casa de secos e molhados de Paiva Valente & Cia. – exato local **onde se encontra o atual** 'Banco do Estado', tendo aquela firma

como guarda-livros Antônio Lambet. (RODRIGUEZ, 1994, p. 50. Grifos e nota, meus.)¹⁹

Estas construções carregadas de significados atribuídos ao longo das diferentes experiências que os produziram, apresentam entre outras coisas, a característica da sobreposição de referenciais, de modo que ao percorrer o espaço da rua, o autor da fonte supracitada usa indicações de sua memória que já não existiam, mescladas àquelas com as quais interagiu no momento de produção de sua escrita, assim é possível acompanhar a diversificação do comércio naquele logradouro através do tempo, já que a antiga *Rua do Comércio* passara a se chamar *Maciel Pinheiro* com a virada do século, deixando de lado o nome atrelado a sua função, para assumir posteriormente o nome de um intelectual republicano do século XIX.

Do mesmo modo a predominância do mercado de gêneros *comestíveis* foi aos poucos substituída por outras atividades: o comércio de *Augusto Falcão* posteriormente se tornou alfaiataria, o de *Benevenuto & Cia* deu lugar a um depósito e o de *Paiva Valente & Cia* foi substituído pelo Banco do Estado, de acordo com as expressões destacadas no trecho supracitado.

Este tipo de elaboração escrita incide por sua vez, nas percepções do público a respeito dos espaços narrados, reverberando nas suas ações cotidianas, nos usos que fazem da cidade e nas memórias que nela produzem. Integrando esse contínuo e complexo processo de elaboração do espaço urbano, enquanto parte do conjunto de sentidos outorgados à vida social, à cultura material e aos costumes, sendo por isso, utilizadas como fontes de que se serve este estudo para a contextualização e problematização das formas e práticas do comércio na capital da Província da Parahyba do Norte.

O compartilhamento de memórias sob a forma de livros seguiu uma das tendências da produção incentivada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) – fundado em setembro de 1905, datando de 1909 o início de suas publicações – em seus primeiros anos, que espelhado nas práticas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – criado em 21 de

¹⁹ Guarda-livros: “empregado do comércio, ou profissional autônomo que tem por função fazer o registro da contabilidade e das transações de uma empresa de negócios, escriturando seus livros mercantis.” Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

outubro de 1838 –, produziu uma história preocupada com a memória administrativa e com a criação de heróis (SCHWARCZ, 1993; DIAS, 1996), ao que se creditava o fortalecimento do vínculo de pertencimento dos indivíduos com o território brasileiro enquanto nação (REIS, 2006), incorporando também o direcionamento de suas publicações para o que posteriormente se identificou como **paraibanidade** (DIAS, 1996).

Ao mesmo tempo em que compilaram documentação oficial e contribuíram com material bibliográfico para a revista do Instituto (discursos, estudos, biografias, etc), alguns destes homens escreveram sobre suas próprias experiências (ou de suas famílias) em espaços e momentos públicos, abordando por meio delas, elementos da vida dessa cidade. São aqui usados: o livro da autoria de Maurílio Augusto de Almeida, *Presença de D. Pedro II na Paraíba* (1975); os livros de memórias: *O Tambiá da minha infância* (1994), de Coriolano de Medeiros, cujo original data de 1942, e *Roteiro sentimental de uma cidade* (1994), de Walfredo Rodriguez (único dentre eles, que não fez parte do IHGP), cuja primeira edição é de 1962.

Além disso algumas produções elaboradas no século XIX são tomadas como fontes sendo elas: a versão manuscrita da obra de Vicente Gomes Jardim, *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte Capital da Província de Mesmo Nome* (1887)²⁰; e os relatos publicados pelos viajantes Daniel Kidder, autor de *Sketches of residence and travels in Brazil* (1845), e Henry Koster, que escreveu *Travels in Brazil* (1816). São usadas também as referências descritivas e imagéticas oferecidas pelo segundo tomo de *Voyage pittoresque et historique ao Brésil* (1834-1836), produzido por Jean-Baptiste Debret.

Cada um destes escritos corresponde a diferentes conjuntos de concepções e idealizações do espaço urbano, e estas por sua vez podem ser temporal e geograficamente localizadas através da investigação dos contextos em que se inserem. Estando também diretamente vinculados aos limites do traçado da cidade e aos diferentes resultados dos processos de expansão e

²⁰ O referido documento é parte do Arquivo Privado Maurílio de Almeida, trata-se de um manuscrito produzido em papel pautado e encadernado com capa dura, contendo 52 páginas numeradas manualmente e mais 12 sem numeração.

segmentação do local ao qual se referem, orientados pelas demandas específicas de cada momento de sua história.

O contato com essas construções discursivas lidas enquanto camadas constitutivas do processo de elaboração da cidade como **lugar de memória**, permite compreender que cada passo dos diferentes percursos descritos por esses autores carrega as marcas de suas próprias experiências e lembranças, bem como das observações que fizeram a partir das reminiscências de seus antecessores, da vontade de posteridade institucional e socialmente orientada e das diferentes intencionalidades inscritas na escolha de cada palavra e expressão descritiva, em “operações de demarcação” sobre os lugares, “compostas com fragmentos tirados de histórias anteriores e ‘bricoladas’ num todo único” (CERTEAU, 2014, p. 190), do qual tanto esta pesquisa como os mapas aqui utilizados também fazem parte.

De acordo com Pierre Nora (1993) a produção de todos estes registros é impulsionada por um “sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]” (NORA, 1993, p.13). Inspirados numa necessidade de memória que é também uma necessidade de história (NORA, 1993, p.14) compartilhada entre estes homens e as instituições às quais estiveram vinculados, surgem esses produtos-rituais, que são ao mesmo tempo resultados e mecanismos de recordação, comemoração e reelaboração performáticos do tempo, das pessoas e do espaço.

Em meio a esse processo a Cidade da Parahyba pode também ser interpretada enquanto **lugar praticado**, na medida em que se apresenta como “efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 2014, p. 184). Algo identificável nas interações cotidianas entre a administração da província, as iniciativas comerciais empreendidas por particulares e suas consequências. Todos estes elementos incidem sobre os modos pelos quais o espaço urbano foi ocupado, lido, interpretado e reformulado ao longo de sua existência.

Processo observado através de fontes como o “Comunicado” impresso na edição nº 685 de 14 de dezembro de 1864 do jornal *O Publicador*, onde um anônimo sob o pseudônimo “O inquilino” afirma que Victorino Pereira Maia & Cia. elevaram o preço dos aluguéis de modo prejudicial aos moradores, “Misericórdia!” ele inicia, “... os pobres a quem já tanto custa pagar os aluguéis das casas em que morão pelo preço em que se achão, estão ameaçados de ainda pagar mais 30 por %!”, apresentando mais adiante o argumento usado pelos proprietários: “Os Srs. V. P. Maia & C.^a lanção a culpa desse seu procedimento sobre a assemblea provincial, que a pretexto do calçamento de ruas carregou os proprietários com mais 25 por % sobre o preço locativo de seus predios”, e rebate:

A lei exige tão somente o pagamento dos 25 por % de cada predio, quando o calçamento passar pela sua frente; no entretanto que os Srs. Maia o exigem e mais 5 por %, desde já, ou do 1º de janeiro em diante. De sorte que **os Srs. Maia & C.^a recebem logo adiantado o que tarde ou nunca pagarão.** (O Publicador, 14 dez. 1864, p. 3-4. Grifos meus)

O trecho acima denota o aspecto de apropriação da rua por três instâncias diferentes de agentes, aparecendo inicialmente os inquilinos, usuários do espaço urbano afetado pela obra do calçamento e sobre os quais pesaria diretamente a ação dos dois outros agentes: a assembleia provincial, que – enquanto instância administrativa do Império – representa a vontade de modificação e normatização do espaço urbano e “os Srs. Maia & C.^{as}”, proprietários que adotaram a estratégia de usar a legislação recém-criada para aumentar seus lucros com os alugueis de seus imóveis, cujo valor de uso só seria acrescido de fato depois da conclusão das obras, de acordo com o argumento do apresentado pela publicação.

A observação deste e de outros aspectos da vida comercial permite a elaboração de uma imagem da Cidade da Parahyba fundamentada num percurso de referências das práticas mercantis ali vivenciadas durante o período imperial, analisando-se esse espaço urbano enquanto organismo em constante atividade e que se expressa por meio das múltiplas experiências de seus habitantes. Por isso, algumas das narrativas anteriormente engendradas constituíram um conjunto de parâmetros dialógicos cuja presença foi indispensável para composição da ideia que aqui se apresenta.

2.1. Do rio às águas e às casas, espaços de comércio e sociabilidades

Neste momento faz-se necessário retomar ao ponto inicial da cidade da Parahyba: o rio Sanhauá e seus afluentes. Via de trânsito naval e referência cotidiana para a parcela da população que recorria a água sob suas muitas formas – sendo as fontes e rios menores, mais assiduamente frequentados por lavadeiras, aguadeiros, marinheiros, pescadores e comerciantes, além de todos aqueles que dela necessitavam – o rio e as fontes aparecem como fios condutores que seguem em direção a outros elementos do espaço urbano.

Partindo do relatório apresentado em setembro de 1858 por Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, que aponta a navegação entre os recursos potenciais deste território, é possível dizer que os argumentos subsequentes que o então presidente da Província levanta sobre o porto localizado às margens do rio Sanhauá, vão de encontro à descrição posteriormente elaborada por Vicente Gomes Jardim²¹ em sua *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte*, que em 1887 inicia um *Prospecto da Cidade em geral* (JARDIM, 1887, p. 5) por meio da temática da demarcação fluvial do seu território. Tomando o mesmo curso d'água como centro de uma rede que acessa o Rio Parahyba e indicando um aspecto muito importante para a constituição do plano geográfico de uma cidade cujas raízes remetem ao período colonial.

Ao descrever ruas, praças, prédios e logradouros públicos e privados; oferecendo ao leitor um panorama da urbe ao final do século XIX que incluía rios, fontes e bicas entre outros elementos intrínsecos de um cotidiano urbano marcado desde a sua fundação pela presença indispensável da água, Jardim (1887) estabelecia os cursos d'água como limites e ao mesmo tempo como vias de transporte e comunicação entre localidades, além de proverem o abastecimento das lavouras, igrejas, casas e estabelecimentos comerciais. Os rios que entrecortam este território definem na sua escrita, a própria Cidade da Parahyba, o que é representado também sob o uso do lirismo, cuja função poética é atravessada por referenciais espaciais:

²¹ Vicente Gomes Jardim foi agrimensor dos terrenos da marinha da Província da Paraíba no final do século XIX.

Banhando a cidade os pés

Está o Rio Sanhauá,

Ao sul está o Marés,

Ao norte o Tambiá;

Mais alem Mandacaru,

Jaguaribe **a leste** está

Mui perto de Tambaú

(JARDIM, 1887, p. 5. Grifos meus)

Estabelecendo um quadrante que orienta a narrativa posterior usando os rios como marcos geográficos para norte, sul, leste e oeste, os versos não têm sentido meramente estético, sua função é a de uma rosa dos ventos em seu mapa escrito. Para o autor, não somente o núcleo urbano se encaixava nestes limites estabelecidos pelos rios supracitados, como a centralidade da povoação e suas áreas mais frequentadas eram voltadas para o rio Sanhauá, que na época abrigava um porto natural, numa disposição geográfica diferente das demais capitais marítimas do Império, em sua maioria com portos instalados diretamente na costa atlântica, característica anteriormente constatada por Candido Mendes, em seu *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias*, publicado em 1868²².

Evidenciando mais ainda o aspecto hídrico da capital, Coriolano de Medeiros e Maurílio Augusto de Almeida também apresentam memórias de uma Cidade da Parahyba de cujo solo brotavam fontes de “água puríssima que escoava abundante para a bica, água deliciosa e fresca, a mais potável de todas” (MEDEIROS, 1994, p. 45), que apesar dos elogios nem sempre preservou tais qualidades, principalmente junto as fontes onde era coletada ou usada

²² A referência completa deste que é considerado como o primeiro atlas do Brasil, é: MENDES, Candido. **Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias**: dedicado à Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrução publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico. 1868.

imediatamente nos mais diversos fins, numa cidade que vivenciou a virada para o século XX sem um sistema de distribuição ou de gestão deste recurso²³.

As águas advindas das fontes eram vastamente usadas na cidade, empregadas no abastecimento das residências, elas eram transportadas das fontes públicas até as casas desprovidas de poços ou cacimbas, por escravizados ou homens livres que a conduziam em barris sobre lombos de burros, ou oferecida aos compradores por aguadeiros que ao longo de todo o século XIX faziam diariamente os percursos das cacimbas, bicas e fontes até as casas e estabelecimentos comerciais da cidade. Além disso, a população recorria a elas e aos rios para praticar a higiene pessoal, de acordo com o relato de Almeida, eram corriqueiros os “banhos de pessoas despidas na Fonte pública do Tambiá, em Gravatá, na Cacimba do Povo, na Fonte dos Milagres e de Maria Feia” (ALMEIDA, 1975, p. 30).

A prática comum de banhar-se nas fontes públicas também figura no jornal *O Governista Paraibano*, onde se pode ler:

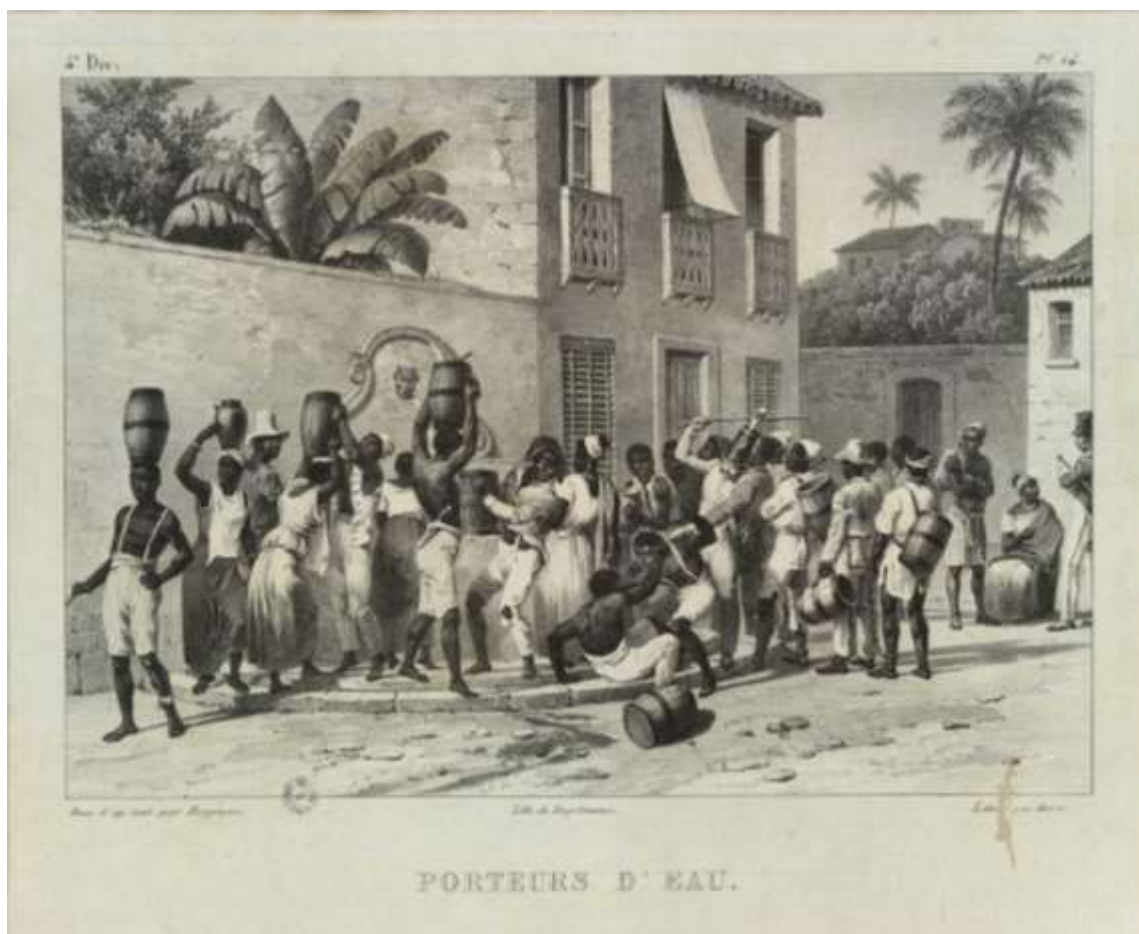
Ao major commandante do corpo de policia determinando que **faça conservar uma sentinella na bica do gravatá, não só para cuidar do asseio, e boa ordem**, que deve haver entre os que ali concorrem, **como para evitar que se banhe pessoa alguma**, mormente a horas do dia, **sendo presos os que transgredirem**, e recolhidos ao quartel do comando de S^{mc}, fazendo, logo que isto acontecer, communicação a Presidencia, e ao Dr chefe de policia (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 1850, nº17, p.4. Grifos meus).

Observando-se mais detidamente o trecho retirado d'O Governista Paraibano, nota-se que o seu autor sugeriu que os transgressores fossem “recolhidos ao quartel do comando de S^{mc}, fazendo, logo que isso acontecer, communicação a Presidencia e ao Dr chefe de policia”, remetendo à prisão no quartel como uma forma de punição que considerava adequada, diante do que é preciso lembrar que ela era também um mecanismo de recrutamento muito comum

²³ De acordo com a informação disponibilizada no site da Companhia de água e esgotos da Paraíba (CAGEPA), a distribuição de água encanada foi inaugurada na capital do estado no ano de 1912, e a implantação do sistema de esgotamento sanitário data de dez anos depois, em 1922. Disponível em: <http://www.cagepa.pb.gov.br/institucional/historia/> Acesso em 6 de jan. De 2019.

para a captação de indivíduos considerados “vadios” (PACHECO, 2017), com o objetivo de dar-lhes alguma função social positivada por estarem, a partir de então, a serviço do Império.

Do mesmo modo, a “boa ordem” de que deveria cuidar o referido “sentinella”, possivelmente também diz respeito ao papel deste na prevenção contra brigas ocorridas entre os usuários da fonte citada no periódico, tendo em vista que o mesmo ocorria em outras localidades, como consta na correspondência do chefe de polícia datada de 16 de fevereiro de 1861 e dirigida ao Subdelegado do 1º Distrito da Capital: “[...] para que evite e reprima as rixas, a que dão lugar os ajuntamentos que costumão haver na fonte do Tambiá e empeça a continuação de desarranjos nos tubos e torneiras da bica” (NEIVA apud LIMA, 2010, p. 245). O que evidencia o caráter de **lugar de sociabilidade** vinculado a estas fontes de água, na medida em que eram propensas a reunião de pessoas que para elas se dirigiam com o objetivo de abastecer-se (ou a outrem) e nesse processo levavam e trocavam conteúdos próprios que não necessariamente aqueles vinculados a função diretamente atribuída aos lugares em questão.



Porteurs d'eau. 1835. Johann Moritz Rugendas. Gravador: Laurent Deroy. Paris.

Litogravura. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994_item1/P269.html

Lugares de sociabilidade, as bicas fomentaram a construção de laços de amizade além de outros tipos de relações e formas de interação experienciadas nas suas proximidades e carregadas para longe delas junto com o complexo conjunto identitário e as teias relacionais representadas por cada indivíduo em seu cotidiano. Como na imagem acima, a maioria das representações advindas das mãos de estrangeiros e viajantes a respeito do cotidiano e da vida pública no Brasil oitocentista consiste em composições repletas de pessoas negras. Escravizadas ou não, elas foram protagonistas dos espaços públicos, agenciando suas relações em meio a estes contextos urbanos.

Ao mesmo tempo outros aspectos reforçam o caráter supracitado, pois se a água das bicas e fontes era considerada como mercadoria pelos aguadeiros ela também consistia em ferramenta de trabalho para as lavadeiras e, por outro lado, era vista como bem de rápido consumo por aqueles que procuravam ali se banhar. Graças a isso pode-se ler também esses marcos urbanos a que a população recorria como **lugares praticados** (CERTEAU, 2014, p. 184), dependentes e ao mesmo tempo constitutivos das situações vivenciadas. As bicas e fontes

podem ser compreendidas a partir de um enfoque multifacetado, de acordo com o qual representavam ao mesmo tempo lugares de trabalho, de sociabilidades e de relações de força e tensão entre a ordem que se impunha pela presença da autoridade publicamente reconhecida e a espontaneidade dos conflitos vivenciados entre os indivíduos que as frequentavam.

A existência dessas bicas e fontes também se vinculava diretamente às práticas do cotidiano da vida privada da população que, reservando espaços de seu tempo dedicados à espera da passagem do aguadeiro ou a chegada do empregado designado para a coleta do líquido, ou ainda, indo eles mesmos dividir com outras pessoas os breves intervalos nos quais se enchiam baldes d'água, condicionando os ritmos de trabalho no interior das casas ao ritmo (e em alguns casos aos preços praticados sobre) da capacidade de fornecimento das bicas da cidade.



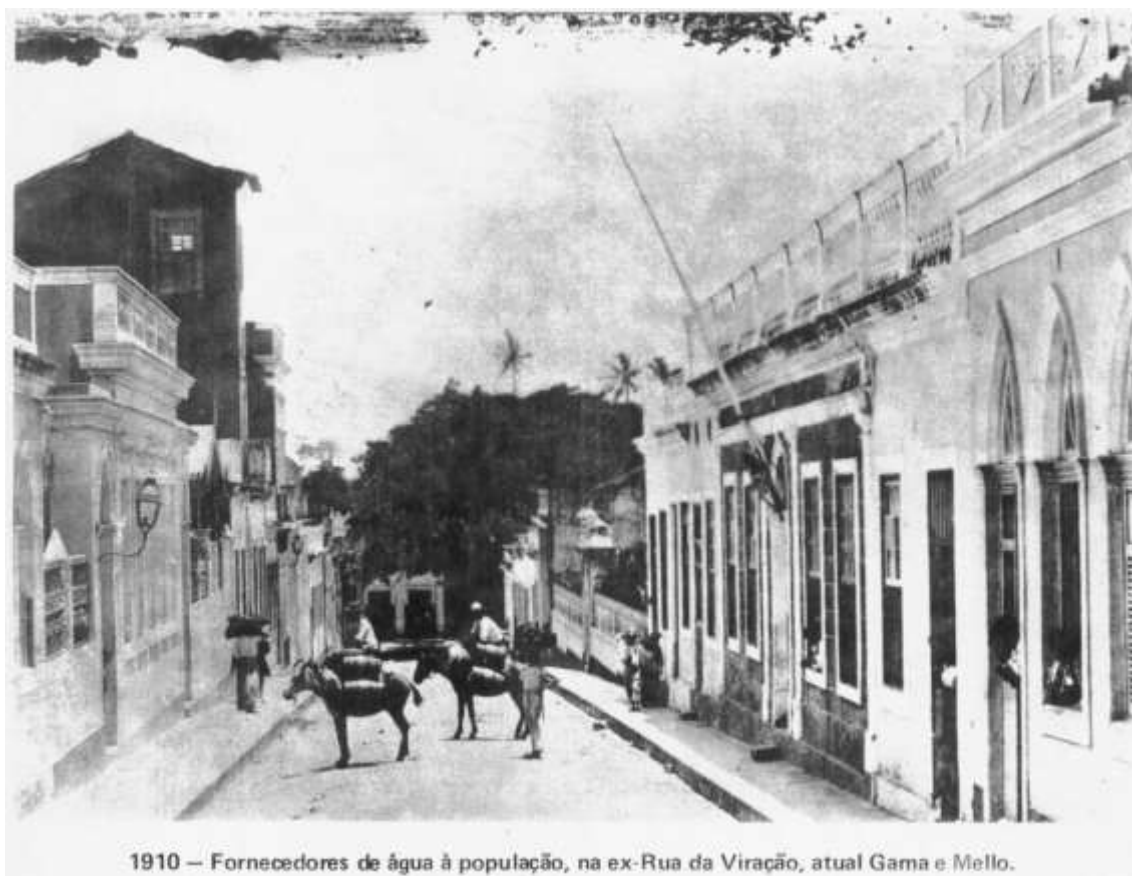
Aguadeiro.

Data: [18--]. **Descrição:** 27,9 x 18. Desenho no estilo chinês em papel de arroz e moldura de seda. aquarela, col.

Fonte: *Álbum de vestuário da América do Sul no século XIX*. Disponível em:

http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=32124

As referências a este ofício atravessaram o século XIX, entre as representações de aspectos do cotidiano na América do Sul e no Brasil, denotando a larga presença dos aguadeiros e a importância desta atividade para o funcionamento das cidades oitocentistas não somente do ponto de vista do abastecimento mas da circulação de moeda e de notícias, através de uma modalidade comercial que exigia a mobilidade constante em rotas predeterminadas por fatores como a abundância das fontes, a escacez ou redução em seus fluxos nos períodos de chuvas ou estiagem, e o afluxo de pessoas que a elas se dirigiam.



Fonte: RODRIGUES, Walfredo. **Roteiro Sentimental de uma Cidade.** João Pessoa: A UNIÃO, 1994. p. 145.

No início do século XX o abastecimento da capital da Paraíba ainda dependia dos mesmos métodos de captação de água utilizados no século anterior. A fotografia retrata aguadeiros sobre os lombos de burros (no centro) e carregadores (no centro e a esquerda), dois tipos de serviços largamente utilizados nas regiões onde se desenvolveu o comércio em suas várias modalidades, servindo ora a donas de casa, ora a negociantes de bens adquiridos e vendidos em larga escala. Cruciais em uma cidade constituída por ladeiras íngremes, como a atual João Pessoa.

Até que parte da cidade recebesse uma rede de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, o que só aconteceu no século XX, hábitos como beber água, cozinhar, banhar-se, limpar os espaços da habitação, lavar roupas e utensílios domésticos com mais assiduidade, foram se adaptando e readaptando para atender às demandas do fornecimento desse fundamental bem de consumo e aos ditames da onda de uma compreensão higienista da medicina, que classificava as fontes e formas de consumo mais salubres, ao mesmo tempo em que bania e incentivava a punição de antigas práticas de uso dos espaços públicos e da água.

Perpassando os hábitos de higiene cada vez mais influenciados pelas sucessivas descobertas a respeito daquelas doenças que recaíram sobre a população – predominantemente assumem esse papel a febre amarela e o *cólera morbus*, sendo ambas objeto de vários registros em jornais e nos Relatórios dos Presidentes de Província, por exemplo²⁴. A água corrente das bicas, nascentes e fontes já fora preferida em relação à das lagoas, de aparência parada e que chegou a ser apontada como uma das causas dos miasmas, denominação que naquele momento estava atrelada a uma explicação acerca das origens de diferentes moléstias que hoje são atribuídas a outras causas.

Outro exemplo das modificações operadas pelo uso da água na construção de novos hábitos de higiene pode ser encontrado na recomendação do *Conselho Geral de Salubridade Pública*, publicada na edição nº 30, de 1850, do jornal *A Ordem* (assim como em outros que circulavam na cidade no mesmo período) que, entre outras coisas, indicava a todos “Ter muito cuidado com o asseio das casas, fazendo cair as paredes, lavar o solo e tirar dos quintaes todo o lixo, lama, excrementos, matérias vegetaes e animaes em putrefacção, limpar as cacimbas e dar esgoto as agoas [...]” (*A Ordem*, 1850, nº30, p. 04). Percebe-se o interesse pelo ciclo de uso e descarte da água, além daquele direcionado aos hábitos de higiene praticados nos espaços das casas, intervindo direta e metodicamente em lugares que antes eram domínio de exercício dos saberes das donas de casa e de suas escravizadas, responsáveis pelo trabalho de limpeza e manutenção do asseio naqueles espaços.

Observa-se também nesta fonte, a influência de um modelo médico que remete ao século anterior, de acordo com Mariano (2015):

Lixo acumulado, água parada, **ruas estreitas e tortuosas, cemitérios, matadouros, feiras, tudo que pudesse formar ou difundir epidemias deveria ser prevenido e controlado**. A medicina urbana no século XVIII tinha o olhar voltado para o ar, a água, por exemplo, e não para o organismo, o corpo, o indivíduo. (MARIANO, 2015, p.27. Grifos meus)

²⁴ A respeito deste assunto, é recomendada a consulta às referências reunidas em: PINTO, 1977a e 1977b. Suas produções orientaram uma investigação preliminar aos arquivos consultados para a pesquisa que resultou nesta dissertação.

O que torna este indício revelador do processo de desenvolvimento da prática médica no Brasil Oitocentista, para a qual era preciso sanar os espaços urbanos e habitados, livrá-los dos dejetos causadores dos miasmas, de modo a manter, por meio da salubridade da estrutura cidadina, a saúde da população.

Além disto, é possível identificar toda uma rede de negociações que se iniciava com os aguadeiros, perpassava os processos de higiene das residências, das casas de comércio e dos matadouros e se estendia até as lavadeiras, que cedo eram vistas às margens dos rios e riachos; a água era também matéria-prima para as receitas de refrescos e petiscos vendidos nas ruas principalmente durante os dias quentes²⁵. Por fim, o ciclo se fechava com os carregadores de dejetos, incumbidos de levar e despejar longe das casas os excrementos humanos produzidos ao longo dos dias²⁶.

Este fluxo diário de pessoas configurava parte de uma geografia do comércio na cidade que se reelaborava todos os dias, encerrando uma sobreposição de microterritórios estabelecidos na longa, média e curta duração, o que é observável através dos jornais da época.

Nesse sentido a análise aponta referências a estabelecimentos que atravessaram gerações de uma mesma família sem mudar de endereço e função, ou o contrário, quando determinados negócios migravam constantemente de endereço entre a cidade alta e baixa, passando de mão em mão e adaptando constantemente o produto oferecido para acompanhar o mercado. Entre estes dois extremos haviam diferentes condições para os endereços comerciais, além das outras modalidades com que dialogavam, isto é: os ambulantes anteriormente referenciados e os navios comerciais, que ancoravam nos trapiches do rio Sanhauá para entre outras coisas, fazer negócios com o que quer que trouxessem de outras províncias do Império e lugares do mundo.

²⁵ Do que Jean-Baptiste Debret dá notícia, ao abordar o comércio de rua, em seu livro *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (Título traduzido para português como: *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*). Tomo II, 1836, p. 101. Que apesar de se referir às experiências do artista na cidade do Rio de Janeiro oitocentista, encontra aproximações com inúmeros outros lugares do Brasil.

²⁶ A respeito deste serviço, existem mais registros de sua existência na cidade de Recife, na mesma época; o que não impede o questionamento sobre o modo como era praticado o descarte desse tipo de dejetos na Cidade da Parahyba, figurando entre as possibilidades essa mesma prática. Recomenda-se a leitura do texto: CARVALHO, Marcus. *Os caminhos do rio: negros canoieiros no Recife na primeira metade do século XIX*. In: *Afro-Ásia*, 1997, p.75-93.

QUADRO I - Comerciantes com o maior número de estabelecimentos comerciais e propriedades urbanas na Cidade da Parahyba

Proprietários	Ruas	Quant. de Propriedades	Contribuinte	Comércios	Nº de Propriedades
Commendador Francisco Alves Souza Carvalho	Varadouro	1	Francisco Alves Souza Carvalho	Escritorio commercial	nº41
	Varadouro	5	N/Consta	N/Consta	nº6/nº7/nº40/nº48/nº52
	Direita	1	N/Consta	N/Consta	nº73
	Nova	3	N/Consta	N/Consta	nº34/nº36/nº58
	Carmo	1	N/Consta	N/Consta	nº16
	Convertidas	2	N/Consta	N/Consta	nº10/nº28
	S. Bento	1	N/Consta	N/Consta	nº1
Herdeiros do Commendador Victorino Pereira Maia	Misericórdia	1	N/Consta	N/Consta	nº1
	Nova	2	N/Consta	N/Consta	nº2/nº4
	d'Alagoa	7	N/Consta	N/Consta	nº2/nº16/nº43/nº45/nº47/nº65/nº73
	Varadouro	9	N/Consta	N/Consta	nº20/nº24/nº26/nº37/nº39/nº44/nº62/nº66/nº70
	Convertidas	14	N/Consta	N/Consta	nº23/nº23A/nº23B/nº25/nº27/nº29/nº31/nº33/nº35/nº56/nº85/nº87/nº95/nº97
	Ponte	1	N/Consta	N/Consta	nº36
	Fogo	1	N/Consta	N/Consta	nº11
Antonio Camillo de Hollanda	Convertidas	2	Antonio Camillo de Hollanda	Fazendas; Roupas e calçado estrangeiros	nº2/nº4
	Nova	3		N/Consta	nº26/nº60/nº78
	Matriz	1		N/Consta	nº7
	Fogo	1	N/Consta	N/Consta	nº79

FONTE: O Publicador, de 11 a 19 de abr de 1864/9 a 11 de set de 1865.

Cabe indicar alguns pontos-chave para a compreensão da dinâmica da cidade. Enquanto estradas como as de Mandacaru e Tambaú ligavam o núcleo urbano às propriedades rurais no sentido oriental (leste) e, mais adiante às praias povoadas por vilas de pescadores que negociavam o peixe com atravessadores e fregueses no lugar chamado Cruz do Peixe. Nas proximidades, ruas como a do Tambiá e das Trincheiras eram povoadas por casas intercaladas com pequenos sítios e chácaras, onde se cultivavam hortaliças e fruteiras irrigadas por fontes e cacimbas.

Na Cidade Alta, além da maioria dos prédios da administração provincial, ficava o espaço destinado ao Mercado Público, para onde se dirigia a maior parte dos vendedores de gêneros alimentícios, mesmo diante da ameaça de captura e alistamento no período de guerra. A Cidade Alta concentrava também sua parcela de comércio nas proximidades do Paço Municipal, além de uma das tipografias mais importantes da província na época, a Typografia de José Rodrigues da Costa, que, comercializava também livros de diferentes segmentos e material gráfico como.

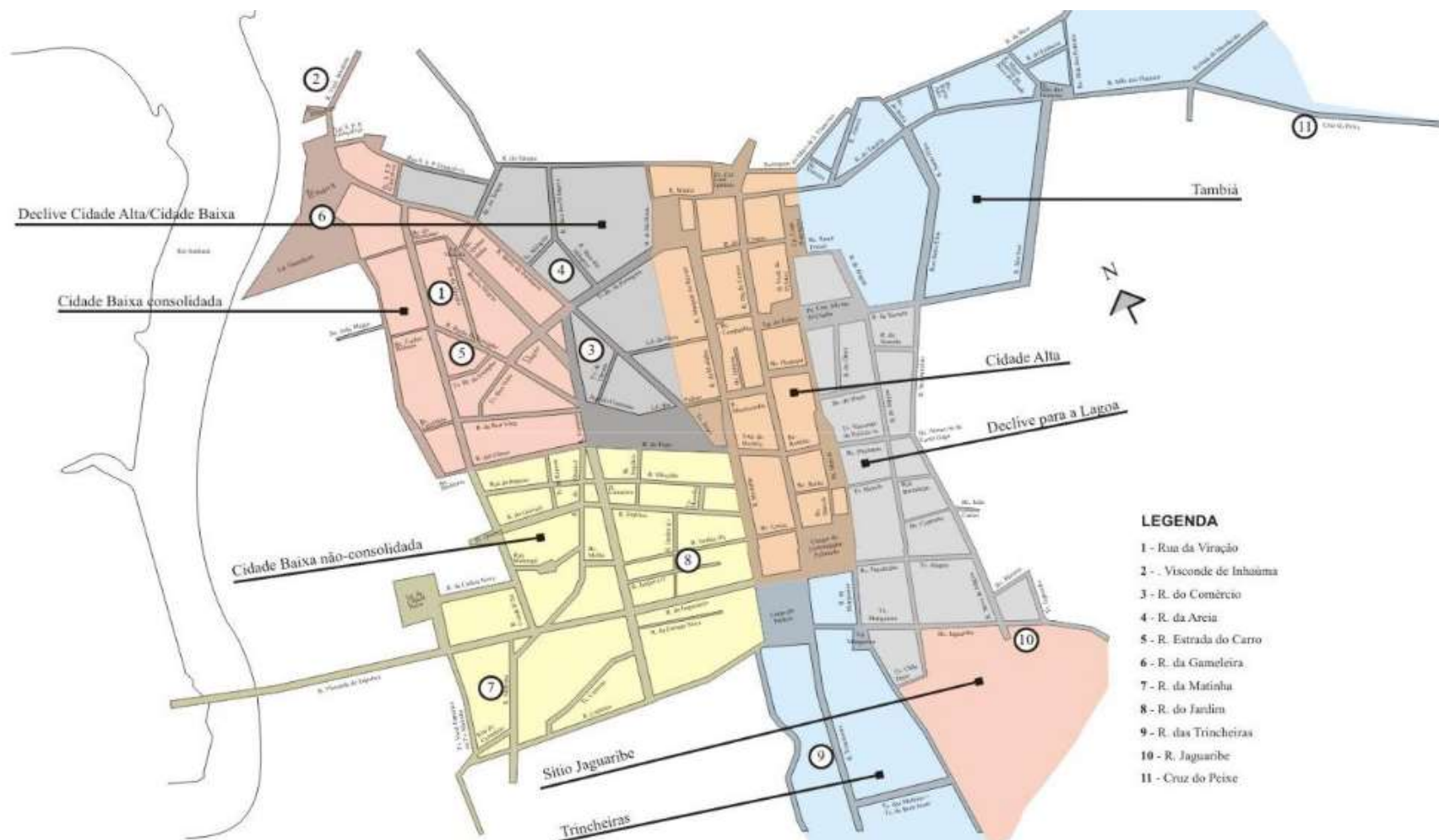
As ruas entre os territórios da Cidade Alta e da Cidade Baixa concentravam um grande e variado comércio, com tabernas, quitandas e casas alugadas, onde se vendia de tudo um pouco. Nestas ruas, estima-se que a intensidade do trânsito de pessoas e animais fosse maior, tendo em vista a frequência com que são citados as “correições” municipais e o trabalho dos fiscais quanto ao seu cumprimento. Localizando-se ali também, a Cadeia Pública, citada mais adiante como local de comércio de víveres e de corpos femininos.

A Cidade Baixa, por sua vez, abrigava a maior parte do comércio dito de Grosso Trato, desde o matadouro público, movido para “depois da ponte” em função da salubridade pública, passando pelos galpões de farinha, açúcar, algodão, couro e pólvora, domínio de comerciantes estrangeiros como Vitorino Pereira Maia, Carlos Holmes e Primo Pacheco Borges, até os trapiches do porto no rio Sanhauá, nas proximidades da Alfândega e da Mesa de Rendas, onde ancoravam barcas vindas do norte e do sul do Império, trazendo passageiros, notícias e mercadorias, todos frequentemente noticiados nos jornais.

De acordo com Maria da Vitória Barbosa Lima (2010) estes espaços fazem também parte de uma geografia da resistência da população negra, por meio da elaboração de rotas de fuga e

da tessitura de redes de proteção ao longo destes caminhos.

Mapa I - Áreas de comércio e esconderijos na Cidade da Parahyba (Século XIX)



Fonte: Lima, Maria da Vitória Barbosa. Mapa 12 - Áreas de comércio e esconderijos na Cidade da Parahyba (Século XIX). In: *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) Recife: 2010. p. 243.

A intensidade do fluxo de pessoas, animais e mercadorias na execução das várias diligências do cotidiano comercial, muito provavelmente contribuiu para a elaboração destes espaços e destas redes, tendo em vista a mobilidade proporcionada pelo comércio. Indícios como as solicitações a respeito do tráfico humano nos navios que adentravam a cidade, denotam a constante preocupação do poder provincial com as possibilidades oferecidas pelo espaço portuário. Ao mesmo tempo, outro indicador da mobilidade das pessoas escravizadas através destas rotas, são os frequentes anúncios de fugas de escravizados circulando entre Pernambuco e Parahyba, em redes estabelecidas pelos comerciantes das duas províncias.

2.2 Narrativas da Cidade: Das casas às ruas e ao rio

As leis municipais, por vezes funcionaram como objeto de reordenamento das atividades comerciais, como é o caso da Lei nº8, de 12 de setembro de 1851, por meio da qual o então presidente da província, Antônio de Sá e Albuquerque, fez saber que:

A Assembléa Legislativa, sob proposta da Camara Municipal da Capital, Decretou a Lei seguinte. Art. 1.º He prohibido nesta cidade, e povoações de seu termo a **venda de pólvora** em armazéns, lojas, tavernas e casas particulares, **podendo apenas ter qualquer estabelecimento para este fim em Sanhaoá.** [...]

Medida que aproxima as estruturas de armazenamento de pólvora da fonte mais abundante de água daquele perímetro urbano, num movimento que ao mesmo tempo em que indica o objetivo de aparente prevenção contra possíveis incêndios, concentra este tipo de comércio numa área já grandemente ocupada por negociantes de grosso trato.

Adiante, o artigo 2º, estabelece limites para a venda de bens cujos processos de armazenamento provavelmente não evitavam a proliferação de odores muito característicos, atrativos para os insetos e repulsivos para a junta médica que buscava sanar a cidade dos problemas creditados aos miasmas:

Art. 2.º Seis meses depois da publicação da presente Lei **só se poderá ter armazéns de carne secca, bacalhão, peixe e couros salgados na rua, que vai do sobradinho até a ponte do Sanhaoá**, sendo porém **permitido**, ainda depois d'esse praso, **ter-se em cada taverna de qualquer rua da cidade vinte arrobas de carne secca, e cinco barricas de bacalhão para a venda a retalho**. [...]

Permitindo, contudo, para a conveniência dos consumidores individuais, o equivalente a aproximadamente 300Kg de carne seca por taberna, além de cerca de 1250l de bacalhau em conserva, o que sugere a existência de estabelecimentos relativamente grandes e/ou uma elevada taxa de consumo destes tipos de proteínas entre a população. Complementarmente, há a hipótese de que parte desses alimentos era destinada a uma cadeia de distribuição nos arredores da cidade, seguindo dali através de caixeiros e almocreves²⁷ para vilas e propriedades rurais.

O 3º artigo retoma a preocupação central dos anteriores, desta vez, voltando-se para a produção local, cuja concepção em caráter manual não distinguia o espaço de confecção da mercadoria, do espaço público, representando para o presidente da província mais um risco a salubridade, pela exalação do pútrido aroma do couro cru secando ao sol, o que era diretamente relacionado aos miasmas que provocavam as febres que recaíam sobre a população:

Art. 3.º **Fica proibido o uso de estender-se couros salgados nas ruas, e pateos d'esta cidade, e só será isso permitido no lugar do Zumbi até Pedreiras, na ladeira de S. Francisco, e em Sanhaoá**, depois que para ali se removerem os armazéns de bacalhão, e carne secca; com tanto porem que assim um lugar, como em outro se reserve a estrada, que serve para o transito público. (COLLECÇÃO, 1851, p.22-23. Grifos meus)²⁸

Os três artigos supracitados, evidenciam uma vontade de organização, de delimitação do espaço e consequentemente das atividades comerciais, ao que se seguia uma reorientação das rotas de consumo e frequência das pessoas de diferentes segmentos da população.

²⁷ Indivíduos que conduziam animais de carga.

²⁸ COLLECÇÃO das Leis Provinciaes da Parahyba do Norte, promulgadas na Sessão Ordinária de 1851. Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa, 1851, p. 22-23.

Percebe-se nesta legislação um mecanismo por meio do qual se buscou impor uma lógica de ordenamento, asseio e – por que não? – segurança, no uso do espaço das ruas, na medida em que seu texto trata da concentração do comércio de determinadas mercadorias em áreas específicas do espaço urbano, possibilitando diversas ações, como: o rápido transporte e uso da água do Rio Sanhauá na eventualidade de um incêndio; a retirada das carnes expostas ao sol (interpretadas como produtoras de miasmas) das ruas nas quais o tráfego humano (e, portanto, a exposição aos miasmas) era mais intenso; ação em certa medida preservada na memória dos usos dos espaços urbanos, como indica Walfredo Rodriguez, ao registrar que a Rua da Viração, logradouro próximo à ladeira de São Francisco, ainda em suas memórias do final do século XIX, era popular pela concentração de açougues que ali se via (RODRIGUEZ, 1994, p. 48-49); e regulamentando as possibilidades de comércio varejista e atacadista, de gêneros de consumo como o bacalhau e a carne seca.

Complementando a legislação, os Relatórios de Presidente de Província contam com informações a respeito das mercadorias exportadas ao longo das administrações a que se referem. A partir deles, é possível observar que entre os anos de 1850 e 1875, gêneros de uso cotidiano como “café, fumo, arroz, carne, gomma, sabão, fructas, paos de lenha, aves, quadropedes, peixes secos, arêa de moldar, mel e cal” aparecem discriminados em meio aos gêneros que apresentavam grandes volumes de exportação, como “assucar, algodão, aguardente e couros”²⁹, por exemplo. Trata-se de parte da produção que a província remetia a outros lugares por meio do porto da capital. *Mappas* anteriores a este período indicam os portos de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Pará como os principais destinos das mercadorias parahybanas³⁰.

Assim, sendo o porto do rio Sanhauá o principal lugar de registro desta movimentação através dos órgãos de controle fiscal, como a Alfândega e a Mesa de Rendas, parte-se dele

²⁹ Informações extraídas dos Mappas A-35 e A-36, impressos no documento: RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o dr. Ambrozio Leitão da Cunha, em 2 de agosto de 1859. Parahyba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1859. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

³⁰ RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.o de agosto de 1849. Parahyba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

também como território central da movimentação lícita de mercadorias, já que no interior da província, as estradas e caminhos atravessados pelas tropas de almocreves e caixeiros eram pouco ou nada controladas do ponto de vista fiscal, o que dificulta a obtenção de informações mais precisas a respeito desse trânsito. Jornais interioranos, como o *Gazeta do Sertão* (Joffily & Retumba, 1888-1889) apresentam partes dessas rotas terrestres que chegavam a ligar diretamente o sertão parahybano ao litoral pernambucano, por exemplo.

Voltando à cidade da Parahyba, a importância do rio Sanhauá é evidenciada pela ampliação das suas estruturas de apoio ao longo do tempo, como indica a descrição da Praça Pedro II, a respeito da qual Vicente Gomes Jardim cita um “trapiche que antigamente se chamava ‘Trapiche Victorino Maia’”, às margens do rio Sanhauá, informando ser esta praça “o principal porto de embarque e desembarque” (JARDIM, 1887, p. 42) tendo sido edificada uma Capitania do Porto em suas proximidades, no ano de 1863 (JARDIM, 1887, s./p.), treze anos depois da supressão desse órgão, promovida pelo coronel José Vicente de Amorim Bezerra, anteriormente presidente da província³¹. Do mesmo modo as configurações espaciais e a finalidade daquele lugar mudaram. No princípio do século XX o movimento de grandes embarcações no Sanhauá caiu consideravelmente, mediante o processo de assoreamento do rio, extinguindo sua característica de porto natural, e a ascensão da zona portuária de Cabedelo.

Diante das observações relativas as características geográficas do lugar, passa quase despercebido o seu (já então antigo) nome, tomado de empréstimo ao comerciante português Victorino Pereira Maia que, tendo se instalado no início do século XIX na Cidade da Parahyba, fundou ali uma firma que teria sobrevivido à sua morte e passado às mãos de seus descendentes³², fazendo crescer seus negócios de modo a controlar parte do comércio da província (GUIMARÃES, 2015, p. 128). Além disso, o patrimônio reunido pelo comerciante ao longo dos anos de negócios no Brasil estava entre os de maior volume financeiro por volta

³¹ RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinária em 2 de agosto de 1850. Parahyba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/>. Acesso em: 03 fev. 2018.

³² Ao longo da pesquisa realizada até agora, foram identificados nas fontes: o comendador Victorino Maia e o major Victorino Maia, estando, o segundo, entre outros descendentes do primeiro. Já a empresa Victorino Pereira Maia & C.^a atravessa toda a segunda metade do século XIX, o que indica a possibilidade de não ter sido administrada apenas pelo primeiro Victorino, sobrevivendo a sua morte e a partilha de seus bens.

de 1860, quando emprestou dinheiro aos cofres públicos provinciais, assim como também fizeram o Barão de Maraú, os Comendadores Francisco Alves de Souza Carvalho, João José Innocencio Poggi, e Joaquim Moreira Lima (*A Regeneração*, 1861, nº28, p.2).

De acordo com o anúncio publicado no jornal *A Ordem*, na Rua do Varadouro encontrava-se um armazém onde o comerciante vendia farinha de mandioca na primeira metade do século XIX (*A Ordem*, 1850, nº31, p. 04). Tal localização lhe conferiu o privilégio de comercializar pólvora anos mais tarde, por atender aos requisitos expostos no artigo 1º, do supracitado Decreto nº 8, de setembro de 1851. Esse direito foi concedido também a uns poucos grandes comerciantes donos de armazéns às margens do curso fluvial, o que pode ser lido como medida de segurança contra o alastramento de possíveis incêndios em quaisquer outros lugares no interior da cidade.

Voltando aos caminhos percorridos por Vicente Gomes Jardim, aparecem em sua escrita mais alguns marcos que apresentam lugares e pessoas implicados na tessitura dessa história, como o Pátio da Alfândega, que segundo o autor abrigava o consulado provincial já em 1880, assim como o quartel dos Guardas da Alfândega, um cais e um porto denominado Capim (JARDIM, 1887, p. 42-43), um armazém, um posto de vigia (de acordo com o manuscrito, edificado em 1841) e um trapiche, cuja construção teria sido iniciada em 1833 e concluída em 1835.

Deslocando o olhar na direção do comércio terrestre, além do trapiche e do armazém que o viajante descreveu, podem ser encontradas nas listagens relativas à coleta da décima urbana, impressas n’*O Publicador*: “tavernas, boticas, armazens de emprensar, enfardar e depositar algodão (*O Publicador*, 1866, nº1085, p. 04), casas que vendem madeiras e taboados, caixas de jóias, fornos de pão”, e ainda “casas de jogo de bilhar e indivíduos que vendem bilhetes de loterias de outras províncias” (*O Publicador*, 1866, nº1084, p.3-4). Reuniam-se a maioria desses estabelecimentos citados na parte do núcleo urbano que então se chamava Cidade Baixa, local descrito por Walfredo Rodriguez no seu *Roteiro sentimental da cidade* como “Uma das primeiras ruas calçadas com pedras regulares de granito foi a do Sanhauá” (RODRIGUEZ, 1994, p. 23). Quanto àquela região da cidade, o autor ressaltava ainda que:

[...] a **Rua ‘Visconde de Inhauma’** que, em tempos mais remotos, se chamou dos **‘Ferreiros’**, no prédio n.º 34, negocia Antônio José Gomes, também **atendendo os seus patrícios no consulado de Portugal**. É um dos bons armazéns de gêneros de estiva, nos baixos daquele sobradão de quatro andares, como aliás são quase todos dêsse lado da rua. Sob o n.º 40, Alfredo Cerf e no 64, Lemos & Cia.; todos com o mesmo ramo de negócio. Os armazéns de Algodão, Açúcar, Couros e Sal, estão ali; o n.º 2 é de **Cahn Frères & Cia.**; o de n.º 6 de Castro Irmão; sob o n.º 42, está Paiva Valente; no n.º 34 negocia **a firma alemã Nessen & Cia.**; Severino de Castro Regis Franco está na casa n.º 20 e José Moreira Lima desenvolve suas atividades no prédio n.º 18, vendendo sal a granel. (RODRIGUEZ, 1994, p. 48. Grifos meus)

Abordando uma a uma aquelas que ele considera como as principais ruas do comércio da cidade, a grande maioria situada na Cidade Baixa, o autor enumera os prédios, localiza os tipos de comércio praticados em cada estabelecimento e os nomes de seus antigos donos, suas relações com a cidade e seus fregueses, os caixeiros sob o seu comando e suas nacionalidades, marcador social de uma identidade que se queria cosmopolita, que exportava em abundância, mas que consumia também abundantemente os produtos vindos do exterior.

Além disso, Kidder já observara esse aspecto de concentração do comércio na Cidade da Parahyba, quando de sua visita ao Brasil na primeira metade do século XIX, indicando duas vias principais que, sob seu olhar, passavam por um processo de melhoramento em relação às demais:

Estendendo-se a partir do rio haviam duas ruas, contendo os principais edifícios e estabelecimentos comerciais da cidade baixa. **Esta parte da cidade parecia estar melhorando. Vários prédios estavam em processo de construção**, os aluguéis eram altos e a verdade é que vinham aumentando recentemente. (KIDDER, 1845, p. 186. Grifos meus)³³

De volta à escrita de um brasileiro, o autor da *Monographia* indica ainda algumas referências localizadas na Cidade Alta, estando entre elas a informação de que a casa do mercado ficava onde então se localizava a Praça Comendador Silvino da Cunha (JARDIM,

³³ Tradução livre a partir do original: “Extending up from the river era two streets, containing the principal buildings and commercial establishments of the lower town. This part of the city seemed to be improving. Several buildings were in process of erection, rents were high, and real state had recently been on the rise”. (KIDDER, 1845, p. 186).

1887, p. 32), entre as ruas Visconde de Pelotas e Alagôa (JARDIM, 1887, p. 47), tendo sido conhecida como Praça do Mercado, “este edifício de um só pavimento [...] tem a frente voltada para Oeste e em frente do Paço Municipal. Foi edificado em 1854” (JARDIM, 1887, p. 50).

Quanto ao Largo da Viração, o mesmo autor afirma que uma das edificações que lhe fazia limite, uma construção de um bloco, dividida em três prédios, era aquela a que se costumavam referir como *Quitandinha* ou *Quitanda Nova* (JARDIM, 1887, p. 44), não tendo citado mais nada a respeito dessa edificação a não ser o nome, pode-se levantar a possibilidade de que tenha se tratado de um referencial comercial na cidade, informação que vai de encontro aos dados fornecidos pelas memórias de Coriolano de Medeiros, expressas em *O Tambiá da minha infância* que, especificamente quanto à *Quitanda* ou *Quitandinha*, inclui ainda a afirmação de que “esta denominação foi usada até quando o governo Alvaro Machado transformou o velho galpão – *a quitanda*, no Mercado Tambiá” (MEDEIROS, 1994, p. 30).

Sobre o mesmo prédio, é possível se considerar ainda a possibilidade de que se tratasse da *Quitanda*, à qual se referia João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da província em 1854, em seu relatório:

Entre as obras mais necessárias d’esta Cidade era sem duvida uma casa de mercado. Mandeï levantar a planta e orça-la. Depois do que, posta a obra em arrematação, contractou João José de Almeida a sua factura pelo preço de 4:113\$ reis, e deve conclui-la em Setembro do corrente anno. **O lugar mais conveniente para ella pareceo-me a praça que chamam de quitanda onde o povo está já acostumado a reunir-se para a compra diária dos viveres, e objetos que costumam ali serem oferecidos.** Esta obra pode considerar-se como a secção de um edifício de maiores proporções, no entretanto é tal que se nada exigir maior desenvolvimento, a obra poderá reputar-se completa em seu gênero.³⁴

Incluindo esse espaço na dinâmica de relações comerciais que principiaram no centro urbano e dele se deslocavam, sem lugar próprio ou estrutura de funcionamento que lhes conferissem legitimidade além do diário compromisso que tanto os negociantes como os

³⁴ RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinaria em 5 de maio de 1854. Parahyba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1854, p. 24. Grifos meus.

transeuntes tinham com o perambular em busca da melhor relação custo-benefício na venda, compra e troca de diversos tipos de mercadorias e serviços, a abordagem do referencial denominado Cruz do Peixe registra de modo mais específico o comércio como um aspecto da relação mantida entre diferentes lugares, dentro e fora do perímetro urbano. Essa dinâmica mais fluida pode ser percebida no mesmo Relatório de Bandeira de Mello, mais à frente, quando afirma:

Da entrada de Mandacaru para leste, começava a Cruz do Peixe, nome originado pelo cruzamento das estradas de Tambaú e Bessa. No local vinham os condutores de peixe pousar sua carga, incrementando uma feira de pescados, pois os atravessadores ali os adquiriam para vende-los na Quitanda ou nas ruas centrais da cidade.³⁵

Isso implica dizer que o comércio não se restringia a lugares fixos na cidade, mas espalhava-se pelas ruas, por onde quer que quitandeiras e vendedores ambulantes pudessem caminhar, oferecer, vender e trocar seus produtos e serviços, sendo os lugares de maior concentração comercial – fossem ou não projetados para este fim – uma opção que tanto quanto a rua, apresentava vantagens e desvantagens aos moradores da urbe.

Deixando para trás a Cruz do Peixe, indo em direção a cidade num movimento de complementaridade e ao mesmo tempo de sobreposição territorial, Coriolano de Medeiros inclui na lista de referenciais oferecidos por Vicente Gomes Jardim, o “lado norte” das ruas que formavam o bairro do Tambiá, afirmando, entre outras coisas, que “Neste trecho se contavam [...] boas mercearias. Destas, estimava-se a mais importante a do Bernardo, [...] um pequeno armazém, de grande movimento, onde se abasteciam moradores adjacentes e do bairro, e pequenos negociantes” (MEDEIROS, 1994, p. 27-28), reservando, em sua narrativa, um espaço pormenorizado para a questão da mercearia de Antônio-mão-santa (MEDEIROS, 1994, p. 69-73) que, sugere, esteve envolvido em mistério desde sua chegada à cidade, até que sumiu quando foi apontado como comandante de um bando de ladrões de cavalos que atuava na região.

³⁵ RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinaria em 5 de maio de 1854. Parahyba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1854, p. 25.

Por fim, direcionando novamente esta narrativa para a água e especificamente para os rios como elementos que possibilitam o estabelecimento de conexões por meio do transporte marítimo entre a capital e as demais províncias do Império, assim como com o mundo atlântico, fecha-se o ciclo aberto no princípio deste capítulo, falando de mais possibilidades de exploração deste recurso. Em muitas das fontes consultadas encontram-se registros de serviços de correspondência³⁶ e traslado de pessoas entre as províncias do Império do Brasil³⁷, assim como o transporte de gêneros produzidos nesse território, e de importação dos mais diversos tipos de mercadorias vindos do exterior. Abundantemente encontrados em fontes referentes ao período imperial, eles dizem muito sobre a mobilidade, a capacidade de interconexão e a dinâmica do Brasil e do mundo oitocentistas, objetos do próximo capítulo.

³⁶ Alguns dos jornais que circularam na província entre 1850 e 1875 mantinham seções destinadas à publicação de notícias de periódicos e cartas de correspondentes de outras províncias, embarcadas ocasionalmente em navios a vapor. Outros tantos chegaram a divulgar as cartas que chegavam pelos correios para determinados destinatários e mesmo que correspondências oficiais seriam enviadas através de quais navios, por meio de expedientes do governo. É o caso dos periódicos *A Regeneração* (1861-1862) e *O Publicador* (1862-1886).

³⁷ O jornal *O Publicador* – que de acordo com PEIXOTO (2017, p. 122), foi um dos periódicos mais duradouros da Parahyba, circulando diariamente entre 1862 e 1886 – chegou a registrar em suas páginas os nomes daqueles que entravam e saíam da província nos vapores, em sua seção “Passageiros”.

3.DAQUI E D'ALÉM-MAR: Práticas comerciais e relações de sociabilidade na cidade da Parahyba

Com o foco voltado para as interações vivenciadas por indivíduos envolvidos em atividades comerciais no contexto da Cidade da Parahyba ao longo do período imperial, este capítulo é dedicado a investigação dos modos pelos quais se davam estas interações, atravessando o campo das relações de trabalho e adentrando no universo dos laços de amizade e inimizade, das relações afetivas estabelecidas entre as pessoas que trabalhavam no comércio.

A partir de uma primeira leitura das fontes detectou-se a composição de **redes de sociabilidade** estabelecidas por estes indivíduos em diferentes ambientes, mas todas perpassadas pelas identidades reconhecidamente ligadas ao comércio representadas por cada um deles de modos próprios, diferenciados principalmente pelos papéis que eles assumiam em meio a essa dinâmica. Foi possível encontrar indícios destes aspectos através da leitura de jornais da época, entre os quais, *O Governista Parahybano*, *A Regeneração*, *A Ordem*, *O Publicador* e *O Despertador* (produzidos durante as décadas de 1840 a 1880), foram as principais fontes.

O tema do comércio e redes de sociabilidade na Parahyba oitocentista pôde ainda ser explorado por meio da documentação oficial produzida pela administração provincial, de onde informações como as advindas dos Códigos de Postura da cidade contribuem para a identificação de uma geografia dos referenciais comerciais – fixos e móveis –, lida aqui como elemento em constante diálogo com o estabelecimento das relações de associação entre os indivíduos.

Dialogando com autores como: Alcir Lenharo (1993), Sônia Maria de Magalhães (2004), Richard Graham (2013) e Gilberto Freyre (2006; 2012; 2013a; 2013b), foi possível compreender o comércio no Brasil oitocentista como o lugar do estabelecimento de relações de sociabilidade – do que Graham, Lenharo e Freyre apresentam indícios ao longo de suas escritas – e de parentesco – elemento mais que evidente na obra de Freyre e reforçado nas palavras de Lenharo (1993), já que de acordo com o autor:

Os laços de parentesco constituíam um dos recursos utilizados para que o comerciante estruturasse sua rede de negócios. Via de regra, **o parentesco servia como ponto de apoio para se firmar na praça comercial**; pode-se encontrar uma diversidade de casos em que o parente constituía-se na fonte fornecedora dos gêneros de abastecimento”. (LENHARO, 1993, p.37. Grifos meus)

Indicando que as relações de parentesco enredavam pessoas alocadas em todo ou quase todo o caminho atravessado pelas mercadorias, e partindo do controle sobre a produção que permitia o encaminhamento da distribuição e o manejo dos preços, de modo a manter no seio da família todo o patrimônio advindo destas atividades.

Este mesmo comércio brasileiro no oitocentos foi também lugar do exercício de influência política sobre a organização social – a respeito do quê Graham (2013) fala do seguinte modo:

Pelos estatutos [do Celeiro Público da cidade de Salvador], **o administrador tinha de ser um comerciante de reconhecida honestidade** [...]. Designado pelo período de um ano de cada vez, não recebia pagamento por seu serviço [...]. **Mas ele também tinha muito poder**. (GRAHAM, 2013, p. 151. Grifos meus).

Destacando o caráter público da figura do comerciante que assumiria o cargo de administrador, como sendo o de maior relevância para a comprovação da conduta do indicado, que tinha de construir ao longo da vida uma imagem ilibada, pessoal e profissionalmente, num objetivo que o autor indica ter sido muito mais idealizado do que efetivamente atingido. Transmitindo uma sensação de confiança digna do poder que lhe seria conferido em relação a um espaço apinhado de disputas tanto quanto de produtos, como o Celeiro Público de Salvador.

Indicando em seguida não somente o poder de polícia, portanto, de agente para uma suposta “manutenção da ordem” naquele espaço, atribuído ao administrador, mas referenciando o tipo de gratificação a ele concedida, que era o “acréscimo de prestígio e autoridade”. (GRAHAM, 2013, p.152), num movimento cumulativo para o qual quanto mais prestígio e autoridade se tem em função de um padrão de conduta publicamente exigido, mais prestígio, autoridade e poder se ganha no exercício de uma função atravessada pela característica da publicidade.

E esse é um dos pontos de maior importância quando nos voltamos para a segurança pública no século XIX. Na maioria dos relatórios provinciais é reafirmada a necessidade de *manter a ordem e assegurar a tranquilidade* (LIMA, 2002). Mesmo que ao adentrarmos nas narrativas administrativas a condição geral da província não indicava que houvesse realmente uma tranquilidade. Contudo, essa constante ressalva nos leva a considerar o temor das autoridades administrativas no tocante a revoltas e levantes, sendo estes muitos comuns no decurso do Oitocentos em várias escalas de alcance da ação popular.

Além disso, sendo o comércio o principal mecanismo de captação e escoamento de produções locais, regionais e globais; influenciando diretamente costumes como a alimentação, o vestuário, o mobiliário, a transmissão de notícias e ideias e a consolidação territorial de algumas cidades, dominando um campo de abrangência política, econômica e social em todo o mundo sob influência ocidental. Citando Burton (1978, p.101), Magalhães (2004) explica este último aspecto:

[...] as vendas constituem a terceira fase do processo de formação das cidades e nelas podia-se encontrar de tudo, desde alho e livro de missa até cachaça, doces e velas. ‘Esta corresponde a ‘pulperia’ das colônias hispano-americanas, ao ‘emporium’ de aldeia da Inglaterra, combinado com a ‘grocery’ (mercearia) e a ‘public house’ (botequim). (MAGALHÃES *apud* BURTON, 2004, p.58. Grifos meus)

De modo que a capacidade e o papel das vendas, como meios de comunicação entre o local e o global no processo de suprimento das necessidades de determinada população, ou mesmo no percurso de elaboração de uma cultura consumidora, está entre os fatores determinantes para a fixação dos núcleos urbanos, seja atraindo as pessoas, seja sendo atraídas por elas. Num movimento dinâmico que proporciona a observação de aproximações entre esses estabelecimentos comerciais alocados em partes distantes do mundo.

Contudo, as diferenças entre as experiências comerciais são tantas quantos forem os núcleos urbanos que com elas se desenvolveram e cabe ressaltar que a problematização de aspectos tão característicos exige uma compreensão da dinâmica das experiências sociais no interior das relações mercantis em cada um desses núcleos, o que demanda um estudo prévio das especificidades do local. O estudo sobre este aspecto da Cidade da Parahyba ao longo do período imperial, exigiu também a leitura de uma bibliografia voltada para a problematização

do contexto em que estas experiências se deram, para o que as autoras: Linda Lewin (1993); Solange Pereira da Rocha (2001; 2007 e 2009); Maria da Vitória Barbosa Lima (2010); e Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (2014), contribuíram por meio de seus escritos, tratando respectivamente: do papel da constituição familiar no âmbito da vida política paraibana; das experiências da população negra em meio à sociedade escravista desta província; dos diferentes significados da liberdade para a população negra escravizada, liberta e livre neste território ao longo do século XIX; e das culturas políticas e da vida social na Parahyba oitocentista.

Tomando as relações de sociabilidade (SIMMEL, 1983) como mecanismos de reconhecimento dos lugares ocupados por cada indivíduo, estabelecendo ao mesmo tempo, espaços de negociação e de trocas entre os mesmos, que, articulados em redes (MARTINS, 2007) compostas por comerciantes, produtores e fregueses, homens e mulheres, livres, libertos e escravizados que circulavam diariamente nos mercados, trapiches e vias públicas, construíram importantes aspectos das esferas política, produtiva e comercial, conclui-se que essas relações constituíram uma parcela significativa da experiência desta cultura comercial oitocentista.

3.1 Dinâmica das experiências sociais nas relações mercantis na Cidade da Parahyba

Nas tramas do comércio na Cidade da Parahyba transitavam pessoas de todas as camadas da sociedade oitocentista, das mais abastadas, das empobrecidas e escravizadas, assim como das populações urbana e rural. Alguns dentre estes indivíduos deixaram registros de suas relações em fontes que aqui serão exploradas através de três grupos identificados nas fontes: os caixeiros, as quitandeiras e os estrangeiros.

Escolhidos como focos de observação principalmente pelas diferenças que apresentam entre si, estes três grupos possibilitaram a exploração de inúmeros aspectos que exerciam forte influência sobre como cada pessoa era vista e tratada naquela sociedade, demarcando (embora não definitivamente e nem invariavelmente) campos de possibilidades, de ação e articulação para cada um deles, dentre estas características estão: raça, condição jurídica, gênero, nacionalidade e poder aquisitivo. Todos fortes marcadores identitários presentes nas relações estudadas a seguir.

3.1.1. Caixeiros

Os caixeiros e emissários – ou comissários – eram indivíduos que circulavam em nome de seus patrões entre as lojas as mais variadas, do grande e do pequeno comércio, fazendo cobranças, anunciando mercadorias recém-chegadas, negociando dívidas, mantendo correspondência com compradores antigos e arregimentando novos clientes. Esses homens, que gozavam da confiança de patrões e fregueses, embora não apareçam com frequência nas narrativas historiográficas, eram figuras comuns nas ruas das cidades oitocentistas.

Quanto àqueles que viveram e atuaram na Cidade da Parahyba, seus nomes e alguns dos movimentos de suas vidas estritamente vinculadas à atividade mercantil aparecem nos jornais sob a forma de anúncios, por meio dos quais comerciantes procuravam por caixeiros de confiança e boa lida com determinados tipos de negócios.

De acordo com o anúncio publicado em julho de 1864:

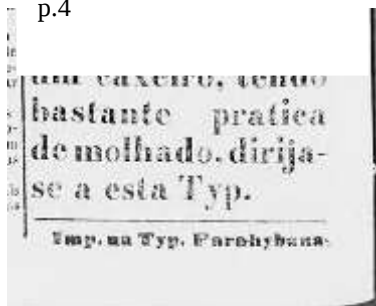
Precisa-se de um moço para **caixeiro de uma casa de molhados**, que tenha as habilitações necessárias, ao qual não se duvida dar bom ordenado. Quem se achar nestas circunstâncias dirija-se a esta typographia, que se lhe dirá quem pretende. (O PUBLICADOR, 1864, p.04. Grifos meus)

Notam-se aqui algumas características da profissão mais ou menos correntes em todo o território imperial, a primeira delas é a de que a função de caixeiro era eminentemente masculina, o que se explica pelos atributos e papéis sociais conferidos a homens e mulheres no Brasil oitocentista. Naquele momento, a rua, a vida pública e a política por exemplo, eram espaços predominantemente masculinizados, e quaisquer mulheres que adentrassem estes espaços, eram submetidas a lógica dos julgamentos masculinos ao seu respeito, como é o caso das quitandeiras, abordadas mais adiante.

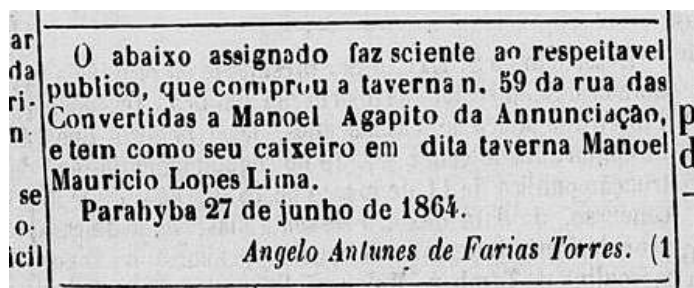
Por sua vez, os rapazes utilizavam o mesmo meio quando procuravam se empregar nesse ramo, anunciando suas pretensões, como o que se segue: “Um rapaz brasileiro, solteiro e que tem alguma pratica de commercio offerece-se para caixeiro de qualquer estabelecimentos commercial n’esta praça ou fora della. A tratar na rua Nova d’esta cidade n.14”. (O PUBLICADOR, 1864, nº 477, p.4)

Outros anúncios seguem estes mesmos padrões:

A Regeneração, 1861 nº23
p.4



O Publicador 1864, nº545, p.4.



Além destes, nos quais os aspectos: da experiência, notável no primeiro anúncio através da formulação *tendo bastante prática*; e da publicização do ato de vinculação entre o novo dono da taverna e o caixeiro nominalmente identificados. Em todos os anúncios encontrados o aspecto da *confiança* – palavra chave para o bom exercício da profissão – aparece como mecanismo de estabelecimento e manutenção das redes de sociabilidade, uma vez que o caixeiro se ancora na fama de seu patrão, reforçando a imagem dele e construindo sua própria nessa profissão. Daí não se configurar como uma relação de trabalho impessoal, mas como uma expressão pública de confiança, como forma de legitimação da idoneidade dos indivíduos que estabelecem este vínculo. Também não eram incomuns situações como a que segue, em que o espaço destinado aos anúncios do jornal se torna também espaço de reforço do vínculo estabelecido entre ex-empregado e patrões:

O abaixo assignado faz sciente ao respeitável corpo do commercio, que desde o dia 13 do corrente deixou de ser caixeiro dos Srs. Figueredo & Irmão; **agradecendo aos mesmos senhores as delicadas maneiras com que sempre o tratarão durante o tempo em que esteve em sua casa.** Parahyba 16 de agosto de 1864. Antonio Joaquim Soares. (O PUBLICADOR, 1864, nº587, p.04. Grifos meus)

Ocupando um lugar ao mesmo tempo orientado pelo meio do qual esses indivíduos circulavam e mediado por suas atitudes em relação a ele, os caixeiros assumiam papéis situados no limiar entre a vida pública e privada, lidando com aspectos como: o convencimento para a execução das vendas; a conveniência e a pertinência do modo como se portavam para com o público com que lidavam, fossem comerciantes ou compradores; e a delicada função de mediadores em transações financeiras que poderiam se estender por anos a fio – como as

operações de crédito a que Raimundo Faoro se refere ao afirmar que o momento de maior atividade dos caixeiros e emissários no século XIX foi:

(...) um grande capítulo na história econômica do Brasil, o que circula em torno do comissário, turvado, ensombrecido, esquecido. Dele, comerciante urbano, se irradiarão a energia, o sangue e a vibração que vivificam a fazenda, ditando a quantidade e a qualidade do plantio. **Senhor do crédito será o senhor da safra, decretando a grandeza ou ruína do fazendeiro.** (FAORO, 2000, p. 16. Grifos meus)

Desse modo é possível ler a história do caixeiro Manoel Maurício Lopes Lima e de seu empregador, Angelo Antunes de Farias Torres, por meio das páginas d'*O Publicador* (1864, nº 545, p. 04), na medida em que se vai desenrolando o conflito em que os dois se envolvem quando da compra da taverna localizada no número 59 da Rua das Convertidas.

3.1.2. Quitandeiras

“[...] várias africanas velhas e libertas que por ali moravam e se ocupavam, durante o dia, em vender hortaliças e doces pelas ruas da cidade” (MEDEIROS, 1994, p. 30).

Coriolano de Medeiros inclui nas memórias de sua infância vivida ao final do século XIX³⁸, um ofício já há muito tempo exercido por mulheres negras no Brasil. O relato dele é atravessado pelas generalizações características da linguagem de um homem que viveu o período entre os séculos XIX e XX num país marcado por profundas mudanças políticas – como a transição do regime imperial para o republicano (tendo como marco: 15 de novembro de 1888) e a implementação da Lei Áurea (em 13 de maio de 1888) –, carrega as marcas de seu próprio tempo ao referenciar as mulheres empregadas neste ofício como “africanas velhas e libertas”, indivíduos cujas origens e faixas etárias eram variadas e que encontraram na produção de

³⁸ Biografia de João Rodrigues Coriolano de Medeiros (Fundador) da cadeira de nº 7 da Academia Paraibana de Letras. Disponível em: <<http://www.aplpb.com.br/academia/cadeiras-01-a-10/149-coriolano-de-medeiros>>. Acesso em 9 mar. 2018.

guloseimas e na venda de hortaliças, um modo de inserção no circuito produtivo urbano, por meio da perpetuação de uma atividade antes executada sob a égide da escravidão.

Fossem escravizadas, libertas ou livres, as quitandeiras estavam presentes nas ruas dos núcleos urbanos ao longo dos períodos colonial e imperial desde o século XVIII, como aponta Graham ao destacar a proeminência de mulheres entre os vendedores ambulantes:

Examinei 843 licenças [para negociar nas ruas de Salvador] concedidas nos meses de janeiro de 1789, 1807 e 1819, relativas a um total de 977 vendedores. [...]. Somando as 106 pessoas de cor aos 382 escravos para os quais os donos obtiveram licença, **concluí que metade de todos os vendedores era negra ou mulata (488 dos 977), na maioria mulheres.** Entre as licenciadas principais, **as mulheres tinham maior probabilidade de ser vendedoras** (75% das mulheres, em comparação com 48% dos homens). Entre os 382 escravos mandados para a rua, apenas quatro eram homens. Assim, **dos 977 vendedores, 866, ou quase 89%, eram mulheres.** (GRAHAM, 2013, p.66. Grifos meus).

De acordo com Elaine Cristina Jorge Dias (2013) – em quadro de sua autoria, intitulado “Serviços de escravos oferecidos e procurados nos anúncios de aluguel noticiados nos jornais da Paraíba (1850-1888)”, – das 65 requisições constantes nos periódicos que analisou, três estavam relacionadas a vendedores de tabuleiro, sendo dois relativos a mulheres e um a homem (DIAS, 2013, p.41). Um número relativamente pequeno quando comparado ao universo representado pelo campo estudado, que mesmo não sendo considerado como representativo da totalidade de vendedores de rua existentes na província, oferece um indicativo sobre o assunto, tendo em vista que não restam muitos vestígios de registros sobre esta ocupação na província da Parahyba do Norte.

O que permite acompanhar a seguinte afirmação:

Sabemos que um grande número de escravos vivia na cidade. Muitos deles se dedicavam às tarefas domésticas e tinham mais contato com seus senhores, o que poderiam reverter em vantagens ou desvantagens sociais, econômicas ou políticas. Contudo, **interessam-nos aqueles cativos que tiveram a oportunidade de trabalhar longe da vista dos senhores,** em ocupações como **aguadeiros, quitandeiras, cozinheiras, lavadeiras, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, carregadores, ferreiros, enfim serviços especializados ou não.** Esses escravos poderiam ser vistos circulando pelas áreas de comércio da Cidade Baixa. (LIMA, 2010, p. 242. Grifos meus)

Como uma construção a respeito deste espaço urbano, através da elaboração segundo a qual circulam pessoas negras empregadas em diversos ofícios, concentrando geograficamente o fluxo de mercadorias e serviços na Cidade Baixa, próxima ao rio Sanhauá, aos trapiches e galpões a partir de onde se negociava, carregava e descarregava mercadoria de *grosso trato*³⁹. Esta localização favorecia o contato destes trabalhadores com pessoas vindas de outras províncias e de outras partes do mundo.

Por sua vez, abordando especificamente as atividades das mulheres escravizadas na capital da província da Parahyba do Norte, Solange Pereira Rocha observa que “negras de taboleiro” atuavam no chamado “comércio miúdo”, vendendo os mais variados produtos: legumes, verduras, bolinhos, cuscuz de milho, de arroz, pastelões, arroz doce, frutas variadas, alfenim, pastéis de nata e outras mercadorias” (ROCHA, 2001, p. 30), sendo requisitadas até nos jornais da época que “traziam estampados anúncios, em que moradores citadinos, com alguma renda, procuravam uma ‘negra de taboleiro’” (ROCHA, 2007, p. 325), como também se pode constatar em anúncio veiculado n’*O Publicador*:

Compra-se uma escrava com 35 a 40 annos de idade, **que saiba cosinhar e vender taboleiro**, sendo sadia e sem vícios; a tratar com a viúva do Barreto no sítio do Boi-xoco. (O PUBLICADOR, 1866, Nº1141, p. 04. Grifos meus)

A respeito deste ofício, a autora apresenta ao leitor Gertrudes Maria (ROCHA, 2001, p. 29), cuja trajetória acompanhou em sua tese (ROCHA, 2007), e para quem a atividade de quitandeira, exercida na cidade da Parahyba ao longo da primeira metade do século XIX ofereceu não só a possibilidade de negociação de sua condição de escravizada, como também proporcionou o estabelecimento de laços de amizade no interior de redes sociais, laços esses dos quais a personagem pôde se valer quando necessário (ROCHA, 2007, p. 88-89)⁴⁰. Para a historiadora Vitória Lima, é provável também que justamente o bom desempenho de Gertrudes Maria em seu ofício tenha despertado o interesse de dois senhores que a queriam forçosamente

³⁹ O termo se refere àqueles comerciantes que negociavam quantidades grandes de mercadorias, relaciona-se ao que atualmente é denominado, comércio de atacado.

⁴⁰ Uma das fontes usadas pela historiadora para a construção da história de Gertrudes Maria é a *Apelação Cível à penhora da escrava Gertrudes*, 1828-1842. Documento manuscrito que faz parte do acervo do Arquivo do Tribunal de Justiça da Paraíba.

adquirir (LIMA, 2010, p. 284-285), de modo que a reescravização⁴¹ – em função das qualidades e conduta que ela pode ter fomentado e desenvolvido, objetivando a alforria cujo processo já estava em curso⁴² – ao lado do rapto, por exemplo, representavam um risco real para escravizadas, libertas e negras livres que se empregavam no comércio de rua, evidentemente não apenas na Cidade da Parahyba, mas em todo o Brasil no período imperial.

Para estas mulheres somava-se à possibilidade de reescravização, o risco de rapto, a respeito do que Gilberto Freyre afirma que: “Quitandeiras desapareciam com os tabuleiros de manga, de banana, de angu, de doce de goiaba” (FREYRE, 2012 [1933], p. 63), ao constatar, em muitos dos anúncios de jornais por ele elencados em pesquisa sobre as caracterizações que eram atribuídas à população negra escravizada, notícias de desaparecimentos de mulheres empregadas neste tipo de ofício.

Havia também notícias a este respeito na Parahyba, como se pode ver no anúncio impresso no jornal *A Regeneração*, por meio do qual Cypriano d’Arrochellas Galvão – eleitor da freguesia de Santa Rita e proprietário do Engenho Oiteiro de Sebastopol – anunciava a fuga de Maria, mulher “criola, representando a idade de 40 annos pouco mais ou menos”, uma escrava de ganho que “**andava vendendo taboleiro** quando evadiu-se e é de presumir que esteja acoutada pela capital de seus subúrbios” (A REGENERAÇÃO, 1861, nº32, p.04 - grifo meu).

Em casos de fuga, esse tipo de anúncio indica o quanto podiam ser tênues as relações de confiança entre senhores e escravizados que trabalhavam no “ganho”, já que a relativa mobilidade destes indivíduos lhes permitia estabelecer relacionamentos que escapavam ao controle pretendido. Por outro lado, nos casos de raptos esta mesma mobilidade representava um risco não só pelo temor da reescravização (para libertos), como também pela desconfiança que esse tipo de ato produzia entre os senhores enquanto iguais, principalmente no período

⁴¹De acordo com Lima: “Os processos de Gertrudes Maria [...] revelam que a prática de reescravização nem sempre era realizada por seus antigos senhores desejosos de reaverem seus cativos, mas por terceiros, que buscavam reaver valores cedidos aos seus devedores” (LIMA, 2010, p. 291).

⁴² Gertrudes Maria seria alforriada sob condição (LIMA, 2010, p. 286).

posterior à Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831 e à Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850.

Provocações e ofensas para com as quitandeiras também permeavam o cotidiano. Coriolano de Medeiros rememora a quitandeira jocosamente apelidada “Compasso”, que vendia arroz-doce pelas ruas, anunciando sua presença com um versinho, ao que tinha como resposta provocações que o autor atribui aos garotos da época, e completa sua descrição caracterizando-a como “uma cabocla feíssima, alta, caolha, claudicando de uma perna” (MEDEIROS, 1994, p. 77). Responder vigorosamente a essas provocações pode ter contribuído para a ridicularização desta mulher, de modo que mesmo a memória de sua existência foi reduzida à ofensa que lhe impuseram como marcador identitário.

Há ainda o caso veiculado em anúncio no jornal *O Publicador*, em 14 de dezembro de 1864, no qual nota-se uma associação de caráter depreciativo da figura das quitandeiras com a atividade da prostituição:

A bem da moral pode-se as autoridades competentes que lancem suas vistas para **um corrilho de negras quitandeiras**, junto a ermida da cadeia velha, que não respeitando as famílias que por perto moram, e muito menos as que por fatalidade ali tranzitam, **quando estas helenas, em communhão com seus adonis, largam as palavras mais obscenas que dar-se pode**; sendo d'estas a principal uma santarrona a quem chamão - quenga rachada - que levada de zelos amorosos, estando a brigar com o ex-praça policial de nome Balduino (sacerdote bachante) **pronunciavam as mais infames e tôrpes palavras, quando ali passava uma família distinta**. Portanto **roga-se aos senhores fiscaes que as façam remover d'aquelle lugar**, e a policia que lhes deem um lugar distincto *na casa retumbante* quando taes naídes quitandeiras assim praticarem. (O Publicador, 14 de dezembro de 1864, nº685, p.4. Grifos meus)

A ofensa contida no relato supracitado toma por pretexto uma vinculação das referências feitas: a profissão de quitandeira, que numa breve leitura pode ser interpretada como aquela que anda fora de casa, aquela cujo espaço é o da rua, o público, sendo públicas também as suas ações e - seguindo a linha de raciocínio que orienta a publicação - seu corpo, na medida em que é tomado como objeto de intervenção dos agentes públicos; em oposição a figura da dona de casa, dita respeitável e moralmente aceita porque reservada, a quem pertencia a privacidade do lar e da intimidade, a que se preservava tanto quanto possível da exposição ao cotidiano popular.

Por sua vez os personagens da literatura grega evocados no anúncio, especificamente Helena e Adônis, famosos amantes que segundo algumas interpretações da narrativa homérica provocaram a longa guerra narrada na *Ilíada* por não respeitarem a instituição do casamento, referenciam esta ideia do adultério ou da prática do enlace amoroso fora das relações maritais como práticas negativas, portanto, ofensivas e reprováveis no interior de uma cultura que se queria católica apostólica romana. Reforçando essa reprovação por meio do uso pejorativo da expressão “sacerdote bachante”, que designava os líderes do culto ao deus Baco, cujos domínios eram o da festa, da ebriedade e do prazer; evoca-se mais uma interpretação feita por oposição à cultura e moral cristãs daquele momento, muito mais alinhadas a austeridade, a sobriedade e a demonização do prazer físico.

A este conjunto de sentidos completamente negativizados atrelados a modalidade de trabalho “quitandeira”, a pessoa (ou as pessoas) por trás da autoria do anúncio, agregaram também, e antes de tudo, aspectos raciais como fatores negativos, remetendo a uma série de elaborações construídas através de centenas de anos e que inclusive fundamentavam a escravização de pessoas negras como instituição necessária a manutenção do poder por meio do domínio da força produtiva, através do período colonial e ao longo de todo o recorte imperial.

De modo que, enquanto mecanismo útil a manutenção do sistema escravocrata, a negativização de aspectos físicos como a cor da pele foi (e é, porque permeia práticas racistas existentes até o presente momento) um exercício de “sequestro” de qualquer possível valoração positiva e criadora de formas de expressão e de memórias também positivas das identidades que representam as comunidades que compartilham destes aspectos, neste caso, a cor da pele. “Sequestrando” do indivíduo a positividade de sua própria identidade, a sociedade oitocentista pôde reforçar a sua vontade de desarticulação daquelas pessoas que desejava subjugar.

Diante de um cotidiano de ofensas tão frequentes e por vezes sob ameaça de manifestações de violência física, restava àquelas que tinham meios para tanto procurar socorro junto a conhecidos com quem estabeleciam afinidades quando não lhes bastava a proteção de um senhor – para o caso das escravizadas – ou padrinho que pudesse intervir em seu favor, colocando em ação a força de uma dinâmica construída através de anos de relações, por vezes bastante conflituosas.



No original essa imagem não possui título, portanto, para melhor identificação no texto foi atribuído pela autora do trabalho o título “Vendedora em quitanda”. Marc Ferrez. 187-. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1450895/icon1450895.html

A imagem produzida por Ferrez na década de 70 do século XIX é emblemática quando relacionada a outros relatos do Brasil oitocentista. Debret, por exemplo, relata por meio de aquarelas e escrita a abrangente presença de mulheres negras envolvidas em atividades comerciais na Corte do Império. Do mesmo modo, Graham as encontrou no Bahia e Freyre na província de Pernambuco. Na Parahyba, sua presença foi discutida por Lima e Rocha, historiadoras que perscrutaram aspectos do cotidiano destas mulheres, dando visibilidade aos protagonismos assumidos por elas na sociedade oitocentista.

3.2. Estrangeiros nas praças de mercado da Cidade da Parahyba

O comércio, principalmente aquele dito *de grosso trato* praticado na Cidade da Parahyba, contou com forte presença de estrangeiros para a sua movimentação. Os primeiros indícios que surgiram sobre isso, constataram que entre os seus herdeiros foram distribuídos espólios valiosos para a época. Além de garantias que só teriam lugar em meio a relações de sociabilidade que promovessem o seu favorecimento. Os sucessores do português Victorino Pereira Maia, por exemplo, aparecem na lista que trata da coleta da décima urbana do exercício de 1864, impressa no jornal *O Publicador*, sendo todas as propriedades a que se referem tais impostos localizadas na Rua do Varadouro, cujos proprietários aparecem como *Herdeiros do commendador Victorino Pereira Maia* (*O Publicador*, 1864, nº484, p. 03).

O português Victorino fora também membro da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos (*A Regeneração*, 1862, nº74, p. 04), o que é mais um indicativo da posição social que ocupava, já que esta organização:

[...] junto às Irmandades da Misericórdia e às do Santíssimo Sacramento, no Brasil, eram **compostas por membros da elite imperial**. No que refere à religiosidade católica, **tais instituições detinham partes importantes do capital simbólico da Igreja Romana**. (PONTES, 2008, p. 41 - grifos meus)

Tendo seu nome associado ao de funcionários da administração pública, médicos e outros comerciantes, Victorino fez parte de uma rede de sociabilidades que incluía a elite política, religiosa e comercial da Província, assim como negociantes de outros lugares, restando ainda saber se o alcance de sua influência se estendeu a membros não tão abastados da sociedade. Aparentemente, essas múltiplas redes em que se inseriu lhe conferiram *status* social e credibilidade no campo da atuação profissional.

Outro estrangeiro: Carlos Holmes, comerciante inglês que teria se instalado na capital da província no início do século XIX (GUIMARÃES, 2015, p. 128), sendo identificado também a “um comerciante de grosso trato”, que comprava e revendia terras e escravos e outros produtos” (LIMA, 2010, p.172), cuja presença gravada por uma variedade documental, teria sido marcante pelos inúmeros laços que esse personagem estabeleceu com diversos indivíduos,

fossem ricos ou pobres, livres, libertos e escravizados, de modo que diferentes historiadores apresentaram várias faces desse indivíduo em suas narrativas.

Dono de uma olaria na Rua da Gameleira, assim como de algumas propriedades dentro e fora da Cidade da Parahyba, sendo uma delas no Varadouro⁴³, o que lhe dava acesso privilegiado ao uso do aparato existente no porto do Rio Sanhauá, Holmes figura nas produções supracitadas como um comerciante cujas redes relacionais se estendiam praticamente em todas as direções pois, ao mesmo tempo em que manteve contato com proeminentes homens de negócios como afirma Lima, ao descrevê-lo,

Em 1842, numa ‘carta de destrato’, isto é, em uma rescisão de contrato de compra e venda entre o senhor Francisco Xavier de Abreu e **Carlos Holmes**, este **foi descrito como solteiro e marcando presença na Capital da Província em época anterior a 1834**. Era um ‘comerciante de grosso trato’, **comprava e revendia terras e escravos e outros produtos**. Apesar da falta de clareza na redação do contrato, **o documento expressa que ele, Carlos Holmes, tinha negócios com George Agnsoy Carruthers, James Carruthers e Leslie Alexander**. (LIMA, 2010, p. 171-172. Grifos meus)

Foi também testamenteiro e herdeiro dos bens de Francisco Gangá e Cosma Correia, um casal de “pretos forros” (ROCHA, 2007, p. 318), que lhe deixou algumas casas em importantes ruas da capital da província. Outro – talvez o principal – motivo que levou as duas pesquisadoras – Solange Pereira da Rocha e Maria da Vitória Barbosa Lima – a estudar Holmes foi o modo como concedeu liberdade, por meio de cartas de alforria, a cinco das pessoas escravizadas a seu serviço. Fato que Lima narra mais detidamente em sua Tese de Doutorado:

Em três cartas de alforria, o negociante inglês, Carlos Holmes, concedeu a liberdade a cinco de seus vários escravos. **Apenas no caso de Eugênia e de suas filhas o senhor concedeu a liberdade com condição de que elas o servissem até a morte ou até que mudasse de ideia, reescravizando-as ou libertando-as em definitivo**. Acreditamos que essa alternativa é a mais provável de ter ocorrido. Mas, dezessete anos depois, reaparece esse senhor libertando outro escravo, Simeão, crioulo, comprado a José Francisco Alves Pequeno. O liberto comprou sua liberdade pelo valor de 1:000\$000 réis, em 1860, quando a propriedade escrava já não se fazia mais tão acessível como na primeira metade do Século, e **Carlos Holmes, enquanto ‘negociante’**,

⁴³ Conforme listagens relativas à décima urbana de 1864, publicadas nas edições nº 484 e 493 do jornal *O Publicador*. Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

possivelmente, sofria os sintomas da época. (LIMA, 2010, p. 171. Grifos meus)

Além desses e outros dados já compilados sob um recorte específico de análise do cotidiano da escravidão na província da Parahyba do Norte, pouco se sabe a respeito de Carlos Holmes. Como ele, outros homens de negócios como Victorino Pereira Maia, Primo Pacheco Borges, Joaquim José de Oliveira Apolim, Francisco Felix do Rego, Antônio Rodrigues da Costa, Demosthenes da Silva Lobo e João José de Medeiros Correa estiveram diretamente implicados nas redes relacionais proporcionadas pela atividade comercial na Parahyba oitocentista.

QUADRO II - Comerciantes Estrangeiros e tipos de negócio domiciliados na Cidade da Parahyba

Proprietário	Rua	Quantidade de Imóveis	Contribuinte	Tipo de Negócio	Valor do Imposto	Nº do Imóveis
Primo Pacheco Borges	Ponte	1	Primo Pacheco Borges	Armazem de Vender e Escritorio Commercial;	40\$000	nº35
	Ponte	1	Primo Pacheco Borges	Armazem de Vender	30\$000	nº50
Frederico Beuttenmuller & filhos	Convertidas	1	Frederico Beuttenmuller & filhos	Loja de Fazendas	30\$000	nº90
	Convertidas	1	Frederico Beuttenmuller & filhos	Loja e Taverna	12\$800	nº124A
Bernardo Nora	Convertidas	1	N/Consta	Loja de Fazendas	40\$000	N/Consta
	Convertidas	1	N/Consta	Roupa e Calçado Estrangeiros	80\$000	N/Consta
Antonio Dagoberto Polari	Convertidas	1	N/Consta	Loja de Fazendas	20\$000	N/Consta
Theobaldo Butter Browne	Varadouro	1	N/Consta	Escritorio Commercial	12\$800	N/Consta
D. João Busson	Areia	1	N/Consta	Escritorio Commercial	12\$800	N/Consta

FONTE: O Publicador, de 11 a 19 de abr de 1864/9 a 11 de set de 1865. E alfandega. Lançamento sobre as lojas, tabernas, escritorios e outros estabelecimentos sujeitos ao imposto de que trata o regulamento de 15 de junho de 1844, para o exercício de 1865 a 1866.

O quadro acima foi elaborado a partir dos dados contidos na documentação: *Colecta da decima urbana do exercicio de 1864, feita pelo consulado provicnial da Parahyba*. Cujo texto do cabeçalho da publicação: "Parahyba. Consulado provincial em 8 de maço de 1864. Pelo consulado provincial se manda publicar pela imprensa a collecta dos predios urbanos e de outros impostos de lançamento, afim de poderem aquelles que se julgarem prejudicados, apresentar suas reclamações perante a mesma repartição até o dia 31 de maio proximo, ficando peremptas depois deste prazo. O administrador, Antonio de Souza Gouvêa. *Colecta da decima urbana do exercício de 1864, feita pelo consulado provincial da Parahyba*".

3.2.1 Navios, navegantes, conflitos e epidemias

O porto da capital da província recebeu embarcações de diferentes lugares do mundo. A documentação consultada faz referência às tripulações e, de modo mais ou menos explícito, aos modos pelos quais nativos e estrangeiros se relacionavam nos períodos de contato, sendo o comércio o *locus* privilegiado do desenrolar destas experiências, além de efetivar o intercâmbio de mercadorias e, por conseguinte, a apropriação e a reinvenção dos usos dados a determinados bens de consumo.

Falar dessas pessoas e mercadorias e do desenvolvimento das relações que estabeleceram entre si é falar também do mercado e de suas influências sobre as relações de sociabilidade, assim como sobre o tráfico de informações e de pessoas.

Além disso, foram investigadas as doenças e suas relações com as movimentações nos portos, por meio das medidas adotadas quanto aos enfermos e às mercadorias registradas junto aos consulados, a Santa Casa de Misericórdia e a documentação produzida pela administração da Alfândega. E através da leitura atenta da bibliografia produzida a respeito nos últimos anos.

Em maio de 1867 o tema era abordado do ponto de vista do chefe da Secretaria de Polícia, que ao relatar a investigação que fez a partir da situação de uma embarcação sob suspeita de transportar indivíduos doentes até aquele porto, elabora orientações que sugere ao vice-presidente da província e que ao serem publicadas na íntegra no jornal oficioso, *O Publicador*,

mesmo que não acatadas, provavelmente ganharam visibilidade suficiente para influenciar os hábitos da população e reforçar o estado de suspeição dedicado a toda embarcação vinda da Corte no período da Guerra do Paraguai.

Iniciando a sua abordagem do tema com o relato da investigação a seguir:

Repartição da polícia, Maio 14

Secretaria da policia da Parahyba 14 de maio de 1867 - N. - Illm. Exm. Sr. - **Constando-me ao chegar no porto desta cidade, á 11 do corrente, o vapor <<Tocantins>> procedente do Rio de Janeiro, que nelle se tinha dado casos de colera-morbus, pelo que estivera de quarentena no porto da cidade do Recife**, fui pessoalmente a dito vapor, d'onde antes da visita da policia já haviam abusiva e irregularmente sahido passageiros, entendi-me com o respectivo commandante, que apresentou limpa a carta de sua viagem; ouvi dos passageiros vindos do Rio de Janeiro e verifiquei não ser exacto o boato espalhado e sim que **apenas tinham fallecido na viagem do Rio para a Bahia tres individuos, sendo um de thisica e dous de diarrhéa chronica trazidas do acampamento no Paraguay.**(O Publicador 1867, ed1399, p.01. Grifos meus)

No qual já se inserem elementos importantes para a análise, entre eles: a rapidez na disseminação de informação, mesmo que não devidamente confirmadas quaisquer de suas versões, e por outro lado, a preocupação em checá-las, que nesse caso pode-se atribuir a experiência com epidemias e vivenciada no passado recente da província, que atravessou o período imperial enfrentando ondas frequentes de doenças como o próprio “colera-morbus” e a febre amarela. Além disso, esse trecho é indicativo do estado de suspeição construído em torno de toda notícia relativa doenças vindas por mar, assim como em torno de todo indivíduo vindo doente vindo de fora da província.

Partindo deste constructo em relação aos indivíduos doentes e a situação de suspeição das embarcações que adentravam no porto da capital, o autor elabora o argumento central na fundamentação do estado de suspeição de toda embarcação e tripulação vinda das províncias do Sul e da própria Corte do Império, a saber: o contato com países estrangeiros, especialmente com aqueles envolvidos na guerra.

No entanto **sendo certo que naquelle acampamento, e no Rio de Janeiro, principalmente em os hospitaes militares, d'onde constantemente estão vindo soldados** licenciados e com baixa, **grassa aquella terrível epidemia incontestavelmente contagiosa; julgo ser necessario tomar-se algumas providencias preventivas** do desenvolvimento della, nesta cidade e provincia, e por isso levando ao conhecimento de V. Exc. Esse occorrido, **lembro as que me parecem mais urgentes** para que V. Exc. Dê as ordens precisas a fim de serem postas em execussão.(O Publicador, 1867, nº 1399, p. 01. Grifos meus)

O documento propõe, por fim, a adoção de medidas que considera preventivas no combate ao colera-morbus, destacando suas sugestões como as que lhe parecem mais urgentes para proteger a população do alastramento de qualquer epidemia advinda da costa atlântica, sendo elas:

1.º **Não cheguem ao Varadouro os vapores e mais navios** que, procedentes de lugares onde está grassando a epidemia, **trouxeram á seu bordo affeciados della, e sem ficarem aquelles no Cabedello sem contacto com a gente de terra, e estes em tratamento no Lazareto da Ilha Restinga.**

2.º Na mesma Ilha ou Lazareto fiquem também de quarentena os que vierem do acampamento, hospitaes do Rio de Janeiro e lugares em que reinar a epidemia, **ainda que não affetados della.**

3.º Marcar-se o praso da quarentena, fornecendo-se previamente os preparos necessarios para a recepção e estadia d'aquelles que a houverem de fazer.

4.º Providenciar-se sobre a limpeza e o asseio das ruas, casas e quintaes da cidadem como a respeito dos viveres **de um modo activo e energico.**

Deus guarde a V. Exc. - Illm. Exm. Sr. Barão de Maraú, vice-presidente desta provincia. - O chefe de policia Antonio Joaquim Buarque de Nazareth". (O Publicador, 1867 nº1399, p. 01. Grifos meus)

Tais medidas expressam exatamente o sentimento de desconfiança em relação a todo elemento advindo de fora da província naquele momento, na medida em que propõe uma atitude impeditiva em relação aos navios e indivíduos vindos não somente de lugares que estejam reconhecidamente passando por epidemias, mas também daqueles vindos do Rio de Janeiro e dos campos de guerra. Sugerindo ainda a submissão a quarentena mesmo daqueles indivíduos que se apresentem saudáveis. De modo que um dos impactos da Guerra do Paraguai sobre esta província diz respeito ao medo da propagação de epidemias trazidas por indivíduos que poderiam ser advindos da própria Parahyba, e que tendo participado do conflito e retornado em

função de condições incapacitantes para a atuação em batalha eram vistos como verdadeiros agentes transmissores de doenças.

A respeito deste mesmo aspecto existem relatos como o encontrado no jornal *O Governista Parahybano*, de 15 de junho de 1850 (nº6), no qual é possível identificar práticas aproximadas daquelas recomendadas pelo chefe da polícia em 1867, portanto quinze anos depois.

Ao provedor da saúde, em resposta ao seu ofício desta data que visto como o doente de bordo do do navio inglês *Nawal* por Smc. Visitado, esta em convalescença das febres, **não havendo receio de contagio, pode ser admitido o dito brigue a livre pratica**, levantando-se a quarentena por Smc. Imposta. E **como conste que a peste tem diminuido consideravelmente nas províncias de Pernambuco, e Bahia, convem que as embarcações dellas procedentes sejam aqui admitidas, uma vez que não tragão ao seu bordo affectados das febres.** (O Governista Parahybano - 15 de junho de 1850, nº06 p. 03. Grifos meus)

A partir desta fonte é possível observar que o período de sua produção foi de considerável retração do processo de contaminação endêmica, de acordo com o autor, o que justifica uma maior permissividade não só no caso do navio que é objeto desta fonte, como no caso das embarcações advindas das províncias vizinhas, mantendo-se, contudo, a proibição da admissão no porto daqueles que transportem indivíduos doentes.

É preciso considerar também a autoria da nota publicada neste jornal que era, naquele momento, de caráter oficial. Na posição de presidente da província, o autor muito possivelmente expressou na resolução supracitada a necessidade de manutenção da circulação da rota de comércio necessária ao escoamento dos bens produzidos em território parahybano, assim como a recepção de mercadorias, pessoas e notícias de fora da província, evitando o isolamento da mesma, e principalmente da capital, num contexto em que a comunicação fronteiriça acontecia mais frequentemente do que a comunicação de muitas cidades do interior com a própria cidade da Parahyba, o que é objeto da abordagem de muitos relatórios dos presidentes da província.

Para tanto o recurso às medidas de quarentena como protetivas em relação a população local, foi estratégico no sentido de manter o fluxo de embarcações e de comunicação ao mesmo tempo em que preveniam minimamente a possibilidade de contaminação. E nesse sentido é

possível afirmar que as experiências vivenciadas na década de 1850 encaminham as recomendações expressas pelo chefe de polícia em 1867, já que no número 30 do jornal *A Ordem*, de 28 de fevereiro de 1850, e anterior ao relato de junho de 1850 citado acima, foram expressas as seguintes orientações:

FEVEREIRO 12 - Ao Cirurgião-mór, provedor de saúde, em resposta a seu officio de 10 do corrente, que segundo lembra, é conveniente, e **fica estabellecido o lugar defronte á Ilha do Tiriri para a quarentena das embarcações affectadas da febre**, e derão-se as ordens neste sentido, **ordenando-se que os navios surtos no porto, que se achão affectados, sigão immediatamnete para qeulle lugar** d'onde só sahirão depois de declarados livres do mal; e **que os que entrarem na barra sigão até o dito lugar do Tiriri, aonde fundearão pedindo visita de saude**, para o que fará o signal com dous tiros concecutivos, e **só depois que houver declaração de estar o navio livre do contagio poderá chegar ao porto desta Cidade**: O que tudo comunicou-se a Smc. Para seu governo.

[...]

- **Ao Consul Inglez**, no mesmo sentido; e **pondo à disposição de S. S.^a o lazareto, que se acha prompto, para o curativo dos estrangeiros affectados**. (A Ordem - 1850, nº30, p.02. Grifos meus)

O desvio das rotas em direção a ilha onde havia um lazareto, para inspeção e possível quarentena das embarcações antes da entrada no porto da cidade, bem como o processo de sinalização para tanto, foram pensados para evitar ao máximo o contato das tripulações com os moradores da cidade em caso de confirmação de qualquer suspeita de contaminação. Mantém-se aqui o aspecto de suspeição em relação a navios e tripulantes, exceto em casos de confirmação da estabilidade do estado saudável de todos.

Por sua vez, a comunicação ao cônsul inglês a respeito da disponibilização do lazareto da própria ilha do Tiriri para o tratamento das tripulações que compartilhem desta nacionalidade, sinaliza não somente a frequência da recepção de embarcações britânicas neste porto como reafirma a importância da parceria comercial estabelecida entre o Brasil e a Inglaterra para as províncias do norte do império, de modo que preservar pela salubridade do porto, da cidade e dos estrangeiros que para lá se dirigiam, além de manter sob controle doenças epidêmicas dentro da própria província, sinaliza preocupação com as vidas dos indivíduos das nações ditas amigas, o que garante a manutenção dos laços de cordialidade necessários aos

interesses comerciais envolvidos, já que haviam ingleses entre os produtores e grandes comerciantes da região.

MAPA II - Ilha do Tiriri



Fonte: Mapa construído a partir do cruzamento de dados das fontes com referencial geográfico da ferramenta digital Google Maps.⁴⁴

No próximo sub-ítem foram analisadas as formas de entrada e distribuição de bens de consumo que não aqueles produzidos no interior da província, sob a perspectiva das trocas que representam para com as culturas advindas de outros territórios, por meio da recepção, adaptação e reprodução de costumes e práticas estrangeiras na Cidade da Parahyba.

⁴⁴ Dentro do círculo vermelho: localizada às margens do rio Paraíba, distante da entrada fluvial da cidade (cuja direção é indicada pela seta vermelha): o rio Sanhauá, e contando com o fluxo das águas em direção ao mar, por estas condições no século XIX esta ilha foi considerada a localização ideal para a quarentena das embarcações com indivíduos infectados. Disponível em: <https://goo.gl/maps/kvnWdJCqxBrGfH1A>. Acesso em: 17 fev.2018.

3.3 Mercadorias e costumes estrangeiros na cidade

Este item aborda especificamente o tema do fluxo de mercadorias importadas, considerando aspectos que dizem respeito: aos atravessadores e suas práticas, como a fixação de entrepostos comerciais e a introdução da frotas e tripulações inglesas no emprego do comércio de cabotagem praticado na costa brasileira; aos tipos de produtos estrangeiros comercializados na capital da província, o que se fará por meio dos anúncios de jornal; e seus impactos nos padrões de consumo e costumes locais, lidos principalmente através dos inventários de alguns indivíduos, entre comerciantes, produtores e membros de tradicionais famílias abastadas locais.

Retomando as leituras anteriores, é preciso lembrar que Stuart B. Schwartz e James Lockhart (2002), ao abordarem o tema da expansão do mercado construído na costa brasileira em direção aos sertões, atribuem um lugar de importância ao comissário, ou caixeiro. Responsável pela circulação de produtos das mais variadas origens fora das capitais, estes homens eram (ao menos inicialmente) membros das próprias famílias dos comerciantes já estabelecidos nas cidades maiores - no caso dos estrangeiros, prática comum na província de Pernambuco era a de que os comerciantes de outras nacionalidades estabelecidos naquela praça comercial só contratassem para os seus serviços homens vindos também de fora do Brasil.

Quanto aos registros advindos do Consulado da Parahyba no período entre 1849 e 1850, as informações que se seguem (assim como as anteriormente expostas) contribuem para a construção de uma ideia a respeito do início do período estudado, por não existirem informações suficientes para contemplar todo o período entre 1850 -1875.

Quadro III - Exportações registradas pelo consulado da Província da Parahyba em 1855

Nomenclatura	Destinos	Unidades	Quantidades
Aguardente	Gram-Bretanha	Medidas	87
Algodão	Gram-Bretanha	Arrobas	176.073
Arroz	Gram-Bretanha	Arrobas	9
Assucar	Gram-Bretanha	Arrobas	176.137
Café	Gram-Bretanha	Arrobas	3
Couros Salgados	Gram-Bretanha	Libras	115.700
Farinha	Gram-Bretanha	Alqueires	3
Feijão	Gram-Bretanha	Alqueires	2

Lenha	Gram-Bretanha	Cento de Achas	3
Madeira	Gram-Bretanha	Toros	10
Milho	Gram-Bretanha	Alqueires	70
*Relativos a cada espécie de mercadorias			

Fonte: Adaptado a partir do *Mappa geral dos generos de producção e manufactura nacional, despachadas para exportação, para fóra do Império, pelas mesas de Consulado* (1855, sem paginação). Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/421814> Acesso em 22 fev. 2018.

De acordo com Schwarcz e Lockhart (2002), o mercador português atuava sobre a economia colonial tendo como foco de suas atividades o comércio de importação e exportação, fundamental para a economia e para a construção de relações de sociabilidade, assim como para o estabelecimento de laços de parentesco, numa prática que atravessou este período, mantendo-se ao longo do Império:

Muito mais importantes para o Brasil eram aqueles que realizavam o comércio atacadista de importação e exportação com a colônia, geralmente remetendo vinho, cobre, ferro e tecido e **importando açúcar, fumo e couro. Estes atacadistas costumavam ter participação nos navios e carregamentos, e os lucros que obtinham eram geralmente investidos em terras ou em casamento com membros da nobreza.** (SCHWARCZ e LOCKHART, 2002, p. 264 - grifos meus)

Mesmo genericamente indicados, “açúcar, fumo e couro” são acrescidos pela exportação de algodão no período imperial, como indicado no quadro anterior. Da mesma maneira que o domínio português sobre as relações comerciais foi sendo subdividido em áreas de maior ou menor influência de outras nações sobre a mercancia no Brasil ao longo deste período, como é o caso dos ingleses, que sob o pretexto da importação do algodão como matéria-prima para a indústria têxtil, provocaram um aumento na demanda por este produto, que chegou a superar os índices alcançados pelo carro-chefe da economia colonial, o açúcar; o que aponta o impacto significativo das relações entre Brasil e Inglaterra no oitocentos, ao mesmo tempo em que é indício de uma prospecção prévia dos territórios próprios para o cultivo, para o quê a parceria e a presença dos interesses e indivíduos advindos deste reino em território brasileiro foram fundamentais.

De acordo com o mapa elaborado por Gilberto Freyre em *Os ingleses no Brasil*, (2000, p.224) sua presença se torna marcante em algumas províncias ao norte do império brasileiro ao longo do século XIX. A criação destas comunidades e representações locais atendeu muito bem

aos interesses destes estrangeiros no Império, o que possibilita a estimativa de que o seu campo de influência não era restrito somente as áreas costeiras no que diz respeito às províncias nortenhhas.

Por outro lado a co-participação no direito sobre navios e mercadorias (no oitocentos chamada de consignação) é prática comum na província da Parahyba mesmo no século XIX, orientando mais uma vez a interpretação de que esta prática que inicialmente vem atender a uma necessidade financeira - a de dinamizar a eficiência e baratear os custos das rotas - tendeu não só a permanência como possibilitou novos desdobramentos para o estabelecimento de relações de sociabilidade, fosse entre comerciantes de grosso trato, fosse entre eles e a nobreza da terra, já que não somente aqueles se responsabilizavam pelo processo de exportação de matéria prima advinda dos campos dominados por estas famílias abastadas, e de importação de bens de consumo valorizados entre esta pequena parte da população, como a elas se vinculavam através de laços parentais, dentre eles o casamento. (como é o caso de Victorino Maia e do Barão de Maraú, comerciante e nobre que uniram suas famílias através do casamento entre seus filhos).

Por sua vez, o autor de “As Tropas da Moderação” (Lenharo, 1993) destaca a força da presença dos laços familiares e - diante do que foi dito anteriormente e identificado ao longo da pesquisa que culminou neste estudo, seria prudente agregar ao seu argumento os laços - de nacionalidade, para a construção de vastas redes de distribuição de bens e circulação de capital através do interior do império brasileiro, notadamente nos territórios hoje identificados a região Sudeste do Brasil, já que ele se refere a Corte e a província de Minas Gerais.

Os laços de parentesco constituíam um dos recursos utilizados para que o comerciante estruturasse sua rede de negócios. Via de regra, **o parentesco servia como ponto de apoio para se firmar na praça comercial; pode-se encontrar uma diversidade de casos em que o parente constituía-se na fonte fornecedora dos gêneros de abastecimento.** Também são constantes os casos de famílias inteiras dedicadas ao comércio, o que lhes permitia uma associação de esforços e divisão de tarefas que as beneficiavam conjuntamente. **Apesar de serem casas independentes entre si, consignavam gêneros de uma só vez, unificando a obtenção das mercadorias na fonte, quando não fossem também parentes os próprios fornecedores.** Há casos ainda mais singulares, como o de **comerciantes que também eram os próprios proprietários e que através de suas**

embarcações organizavam o auto-suprimento. (LENHARO, 1993, p.37. Grifos meus)

Indícios desse tipo de prática se apresentam a todo momento nas fontes, principalmente nas publicações oficiais, através das quais é possível encontrar pais e filhos como proprietários de diferentes endereços no núcleo urbano da Cidade da Parahyba ao mesmo tempo em que aparecem como responsáveis por mais de um estabelecimento comercial, ora negociando em um nicho específico de mercadorias, ora atuando em mercados distintos, e em ambos os casos usando estratégias para atingir o maior público possível.

Quanto aos casos que o autor considera “singulares”, é possível também encontrar comerciantes estrangeiros associando-se em prol da consignação de navios para carregamento da produção local (assumindo o papel de atravessadores dessas matérias-primas e itens refinados em grandes quantidades, do que advém sua caracterização como negociantes de *grosso trato*), e mesmo para importar bens de consumo para a comercialização na capital e distribuição para os sertões por meio de seus entrepostos comerciais. Num movimento indicativo da força dos laços de nacionalidade no momento da formação de redes de sociabilidades e parcerias comerciais. Como são os casos encontrados na grande maioria dos jornais paraibanos oitocentistas, notadamente aqueles de caráter oficial ou oficioso da segunda metade do século.

Além disso Alcir Lenharo observa também um processo de mudança nos hábitos de consumo existentes na Corte, o que pode ser lido como um sintoma do que vinha ocorrendo em todo o império a partir da introdução de negociantes estrangeiros nas capitais brasileiras, segundo ele:

[...] a Corte constituía-se no mais importante entreposto comercial de todo o Centro-Sul e, portanto, era ponto de atração e repulsão de população, o que garantia um significativo deslocamento de pessoas em todas as épocas do ano. Em termos de consumo, deve-se também considerar os novos padrões instituídos pela presença de delegações diplomáticas e altos comerciantes, além dos estratos burocráticos e militares ali estabelecidos. (LENHARO, 1993, p.33. Grifos meus)

Foi possível identificar nas províncias do Norte do Império este processo de polarização do movimento comercial, em torno dos maiores portos situados em Pernambuco e na Bahia, e

de aglutinação de indivíduos advindos do aparato administrativo, militar e comercial, o que é característico da instauração de uma estrutura de funcionamento diferenciada daquela praticada no período colonial já que o Império exigia novas e diferenciadas formas de controle e administração do território, dos indivíduos e dos bens de consumo e matérias-primas, fossem ali produzidos, ou para lá importados. De modo que mesmo os padrões de consumo se modificaram através do tempo, tendendo a inserção cada vez maior de produtos estrangeiros no cotidiano das capitais, a partir de onde se espalharam para os sertões. Numa estrutura que obedecia a uma lógica de distribuição comumente iniciada na Corte, como indica o próprio Lenharo:

Um número significativo de navios aportava no Rio de Janeiro para aí se abastecerem. **O movimento do porto se completava com a redistribuição para outros centros de consumo de uma parte de suas importações, efetivada através da cabotagem e do comércio interior, estruturado sobre a organização mercantil das tropas de mulas.** (LENHARO, 1993, p.33-34. Grifos meus)

Parte desta rede de interiorização do mercado e de monopolização do mesmo em teias parentais e redes de sociabilidade construídas sob o pano de fundo da nacionalidade, era estabelecida por via marítima através da costa, para o quê a presença estrangeira no mercado de transporte e negociação por cabotagem foi fundamental, no sentido de dinamizar a troca de produtos, de notícias e o intercâmbio de pessoas e capital através dos portos de norte a sul do Brasil oitocentista. De modo que é possível encontrar não somente navios estrangeiros empregados no comércio atlântico, de exportação e importação, como também nos circuitos de prática da cabotagem.

Em meio a este contexto, muitos tocaram o porto da província da Prahyba, fossem alugados por comerciantes - em sua maioria também estrangeiros - fossem trazidos pelas demandas surgidas em suas próprias rotas, entre eles: o *Suzan*, o *Planet*, o *June*, o *Vivid*, o *Maria Burip*, o *Philip Hoequard*, o *Batersby* e o *BrocLing*; todos presentes no porto do rio Sanhauá, o que consta em registros que se concentram principalmente entre as décadas de 1850 e 1860⁴⁵.

⁴⁵ A Esperança, A Ordem, A Regeneração, O Governista Parahybano e O Publicador, edições de 1850 a 1864.

Todo o cuidado era dispensado para com tais embarcações, no sentido da preservação de suas condições e cargas, tendo em vista não somente a situação de difícil navegação da ponta do Cabedello, como o fato de que, em sua maioria, carregavam bens que representavam grandes fortunas para o mercado local, e com elas, maiores perspectivas de arrecadação sobre o comércio:

Tocou e vingou as pedras do arrecife na barretinha do Leitão na Ponta do matto do Cabedello no dia 29 do passado às 6 e 1/2 da tarde proximo ao lugar em que se perdeu a galera *Edmond*, **o brigue Inglez Susan, consignado a V. P. Maia, com carregamento de fazendas. Salvou-se toda a carga sem avaria, e espera-se salvar o navio.** Apenas o Governo soube d'esse sucesso deu todas as providencias, tendentes a se não repitirem as scenas do *Edmond*. **Mandou pôr à disposição do consignatário a lancha da Alfandega, e remeiros, assim como a da Capitania do Porto. Fez marchar uma força de primeira linha.** (A Ordem, 1850, nº26 p.3.Grifos meus)

Diante da perda financeira e do desgaste nas relações comerciais representados pelo caso do navio *Edmond*, as autoridades locais mobilizaram esforços no sentido de proteger a carga e evitar saques, fazendo “marchar uma força de linha” e ainda disponibilizando as lanchas da Alfândega e da Capitania do Porto, bem como seus remeiros, de modo que é possível mensurar a partir destas atitudes, o valor da manutenção da província da Parahyba na rota dos navios estrangeiros que praticavam a cabotagem sob contrato de consignação com os comerciantes ali instalados, tratava-se também de manter estes indivíduos e seus investimentos em território parhybano.

Para tanto, o exercício da cabotagem em costas brasileiras por navios e tripulações estrangeiras, fora regulamentado através do Decreto nº 2.647 de 19 de setembro de 1860, o *Regulamento das Alfândegas e Mesas de Rendas*, que lhe dedica especificamente o Capítulo 12º, intitulado *Do Commercio e Navegação de Cabotagem*, segundo o qual:

Art. 486. O transporte de generos e mercadorias de qualquer origem de huns para outros portos do Imperio, constitue hum privilegio exclusivo das embarcações nacionaes.

Exceptuõ-se:

§ 1º O de mercadorias pertencentes á carga do navio estrangeiro: 1º, que tendo dado entrada por franquia em hum porto do Imperio, seguir para outro antes de findo o prazo da mesma franquia; 2º, que tendo dado entrada por inteiro, seguir para outro diferente porto do Imperio com toda, ou parte de sua carga, despachada para consumo, ou para reexportação; 3º, que conduzir colonos, ou passageiros de qualquer especie, com que tiver entrado, e sua bagagem. [...]

Art. 488. As mercadorias, ou generos não comprehendidos nas disposições do art. 486, que forem transportados de huns para outros portos alfandegados do império em navios estrangeiros, serão tratados como se procedentes fossem de portos estrangeiros ainda que nacionaes sejam, e não o sendo, ainda que tenham já pago direitos de consumo. (Coleção de Leis do Império do Brasil - 1860, p. 412 Vol. 1 parte II. Grifos meus)

Tratando das condições sob as quais as embarcações estrangeiras poderiam exercer a navegação de cabotagem na costa brasileira, o § 1º define três condições de exceção ao Art. 486. A primeira delas diz respeito a franquia do contrato, antevendo uma possibilidade de uso prático do tempo de permanência de tais embarcações nos portos, por isso tal medida se apresenta como estimulante em relação ao aprimoramento do desempenho da velocidade ao longo dos percursos.

Quanto a velocidade da inserção dos produtos estrangeiros no mercado do Brasil imperial, é possível dizer que os anúncios tiveram um grande papel na divulgação deles como novidades e signos de determinado status, seja pela demonstração de poder aquisitivo que representavam, seja pela capacidade de aproximação em relação aos padrões de consumo considerados estrangeiros.

Por outro lado, a expansão do mercado de importação proporcionou uma ampliação da variedade de itens encontrados à venda, como é o caso do anunciante que, n' *O Publicador*, faz saber aos clientes que no número 32 da Rua das Convertidas “há para vender boa carne secca de Macáo a 200rs. a libra, bem como ovas de camorimpim e tripas seccas vindo tudo ultimamente pelo vapor Persinunga” (*O Publicador*, 1864, nº 474, p. 04), ao mesmo tempo em que o conhaque inglês era também vendido nas páginas do jornal entre outros produtos (*O Publicador*, 1864, nº 529, p. 04), como o “papel inglês”, oferecido nas páginas d' *O Publicador*, em 1864 (*O Publicador*, 1864, nº 531, p. 04).

O que possibilita uma compreensão das relações de interdependência entre a construção dos espaços de sociabilidades da Cidade da Parahyba e das experiências que os atravessaram cotidianamente. Partindo do atendimento às demandas de necessidade básica, como o abastecimento de água, a obtenção do elemento proteico (na forma do peixe e da carne bovina, por exemplo) e mesmo de frutas e verduras, assim como de cereais para o consumo diário, é possível captar o processo que, a longo prazo, levou a uma configuração de referenciais geográficos para as relações de sociabilidade vinculadas a uma cultura específica do comércio e da troca de bens e serviços.

Este aspecto leva a uma interpretação das experiências das modalidades de negociantes analisadas aqui, empregados no comércio da capital da província da Parahyba do Norte, como indícios das redes criadas por indivíduos sob diferentes condições étnico-raciais e jurídicas, cuja análise foi o foco deste capítulo.

Considerando o ambiente comercial – a venda, a quitanda, o galpão, a feira e a rua, por exemplo –, como um espaço de articulação destes indivíduos, trabalhou-se o argumento de que a possibilidade de contato direto entre eles fomentou a manutenção das relações de sociabilidade nas quais se engendraram. Uma vez que a sociabilidade pode ser caracterizada como *forma autônoma de sociação*, isto é: como fenômeno no qual *o estar com um outro, para um outro, contra um outro* resulta em formas que existem por si mesmas, de modo independente dos conteúdos que as produziram (SIMMEL, 1983, p. 168). O que significa que os vínculos e relações estabelecidos no contexto das feiras e mercados, tendo por pano de fundo o comércio, tendem a se deslocar deste pano de fundo para produzir formas de interação que não as estritamente econômicas, necessariamente a ele vinculadas.

O comércio de rua e aquele praticado nos mercados, armazéns e tavernas da Cidade da Parahyba no século XIX não dependiam apenas do que se produzia no seu entorno⁴⁶, mas participavam de diferentes modos do processo de retroalimentação de redes de distribuição de

⁴⁶ Embora houvesse uma produção local relativamente movimentada ao longo do período estudado. Refiro-me a propriedades como o sítio Boi-Só que pertenceu a Simplicio Narciso de Carvalho onde era produzida uma variedade de víveres comercializados no núcleo urbano, ao sítio Aburinosa, mais conhecido por seu dono, o inglês Ricardo Rogers; entre outros. (RODRIGUEZ, 1994, p.12 e 26.

suprimentos engajadas em grandes e pequenos circuitos, identificáveis em todos os âmbitos da vida em sociedade, desde a necessidade de produção e distribuição em larga escala, do que o açúcar, o bacalhau, a pólvora, as práticas do comércio marítimo, sua regulamentação e os registros dos valores que movimentavam são exemplos; até as formas cotidianas de aquisição e utilização, sendo algumas destas práticas: a farinha revendida em frações, o oferecimento de produtos nas ruas e de porta em porta, as trocas de bens e favores que compunham uma economia fundamentada na confiança, no que seria uma espécie de código moral e dos costumes⁴⁷.

Neste espaço – entre a produção e o consumo – desenvolveram-se modos de ser e fazer o comércio que acabaram por conferir ao organismo social múltiplos sentidos, correspondentes a demandas que variavam de pessoa a pessoa e de relação a relação, constituindo “(...) as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (CERTEAU, 2014, p.41).

Os deslocamentos dos negociantes, mascates e caixeiros, que constantemente mudavam de endereço (fosse de província, de nação e mesmo de continente) para conquistar novos mercados, fixando entrepostos, empregando filhos, sobrinhos, genros e afilhados, homens de suas confianças⁴⁸, ao mesmo tempo em que consolidavam também por meio destes agentes, relações com produtores e comissários do comércio local no nível mais capilar do cotidiano.

Outro elemento a ser considerado é o da difusão de diferentes idiomas e modos de expressar correspondentes a situações onde o lucro ou a troca justificavam o estabelecimento de amizades ou mesmo a gravidade das desavenças. A hibridização (BURKE, 2003) dos modos de viver, dos horários e ritmos cotidianos, dos modos de vestir, de informar, de tratar os males do corpo e da alma, de cozinhar e comer, *uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar* (CERTEAU, 2014, p.41). São alguns dos aspectos que se apresentam quando o estudo

⁴⁷ Um conjunto que corresponde, entre outras coisas: “(...) a cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam nas ações no mercado”. (THOMPSON, 1998, p.204), normas que não se fixavam na legislação e que se adaptavam aos condicionamentos dos meios nos quais e pelos quais existiam, mas que se materializavam em práticas vividas no cotidiano.

⁴⁸ Prática que Stuart B. Schwartz e James Lockhart caracterizaram como recorrente ao longo do período colonial (SCHWARTZ & LOCKHART, 2002, p.264), passando por modificações que a reordenaram, mas que possibilitaram a identificação de correspondências durante o império.

das relações comerciais ultrapassa inventário das trocas de bens por moedas, notas, promissórias e endividamentos; na tentativa de alcançar a vida cotidiana por meio da busca e exame de possíveis indícios, *dos pormenores mais negligenciáveis* (GINZBURG, 1989, p.144) que dela restam na documentação.

4.O COMÉRCIO ENTRE O PERMITIDO E O (IN)DESEJADO: crimes, contravenções e subversões no mundo dos negócios

A proposta central deste capítulo é introduzir na pesquisa o campo dos relatos das experiências de trabalho e de criminalidade vinculadas ao comércio, tendo em vista os conceitos e temas abordados nos capítulos anteriores, sendo eles: no primeiro, os espaços da cidade e seus usos e atribuições, seus referenciais sócio-geográficos e formas de ocupação imersos no mundo das trocas comerciais; e no segundo, os indivíduos envolvidos com a prática do comércio e as teias relacionais das quais faziam parte, observando alguns dentre aqueles que faziam parte de três dos ofícios diretamente envolvidos no ato de mercadejar - os caixeiros, as quitandeiras e os comerciantes de grosso trato.

Nos capítulos anteriores, foi discutida a hipótese do papel central do comércio para o desenvolvimento do núcleo urbano em suas estruturas física e legal, assim como para o fomento de relações de sociabilidade que se estenderam em ações envolvendo e vinculando indivíduos identificados a grupos sociais econômica e juridicamente distintos, constituintes de uma sociedade complexa, produtora e reprodutora de uma cultura própria, e por isso mesmo consumidora⁴⁹ e criadora da experiência coletiva relativa à Cidade da Parahyba no período imperial.

Assim como nos capítulos anteriores, a problemática deste foi elaborada numa tentativa de compreender a dinâmica do espaço comercial, lido aqui como **lugar praticado** (CERTEAU, 2014); apresentando-se a esta interpretação enquanto núcleo das relações sociais em suas tensões e contradições, enfatizando neste momento, o estudo das fontes que ajudam a determinar os limites do que se constituía enquanto ordem pública e das práticas que atravessavam e dialogavam com o que era legalmente permitido: os crimes e contravenções. Enfaticamente, foram observados aqueles relativos ao comércio, seja pelo envolvimento de

⁴⁹ Para Michel de Certeau (2014), consumir é também criar, não só reproduzir mas adaptar, modificar e subverter o bem de consumo e - eu acrescento - a própria experiência no tempo num ato social perceptível no cotidiano individual, através dos muitos níveis e facetas de cada realidade imersa no todo coletivo em questão: a Cidade da Parahyba ao longo do período imperial.

peessoas cujos interesses estavam vinculados ao comércio, seja por ser ele o objeto direto da ação considerada criminosa ou da contravenção cometida.

Em meio às notícias dos jornais e Livros de Notas da Secretaria de Polícia é que tais ocorrências aparecem com mais frequência, e se nos primeiros estas notícias são revestidas de uma linguagem que varia entre a chacota, a reclamação, o apelo, e mesmo a provocação dirigida a determinados indivíduos ou às autoridades policiais e aos fiscais da ordem pública; nos Livros de Notas e de Correspondência, são comunicadas de modo rápido e objetivo, elencando aspectos que naquele momento eram constitutivos da caracterização de um crime, de modo que entre os dados fornecidos pelos autores de tais documentos (comumente escrivães), estão os gêneros, condições jurídicas, uma breve descrição do ocorrido, um contexto para o fato narrado, assim como - aspecto importantíssimo naquele momento - as cores e, sempre que possível, as nacionalidades dos envolvidos. Elementos distintivos, cercados de adjetivos que lhes conferem valorações negativas sempre que os autores são identificados à população negra, fossem eles escravizados ou não.

Marcas de uma cultura de negatização das identidades negras em formação no Brasil daquele momento, de acordo com Isildinha Baptista Nogueira (1998):

A rede de significações atribuiu ao corpo negro a significância daquilo que é indesejável, inaceitável, por contraste com o corpo branco, parâmetro da auto-representação dos indivíduos. [...] a cultura necessita do negativo, do que recusado, para poder instaurar, positivamente, o desejável. Tal processo inscreve os negros num paradigma de inferioridade em relação aos brancos. (NOGUEIRA, 1998, p.46. Grifos meus)

Numa rede de significações construída e reforçada pelos inúmeros aparatos de comunicação da época, dos quais a documentação jurídica e a comunicação oficial entre órgãos de polícia faziam parte, mas sendo o principal dentre eles, o jornal, por ser o de mais rápido e maior alcance no tocante a disseminação de ideias entre a população.

Através dos periódicos é possível captar parte do conjunto de indícios produzido pela sociedade oitocentista, por meio de manifestações relacionadas a uma miríade de coisas, entre as quais é evidente a identificação daquilo que não era moralmente aceito a uma representação estética (que no caso das narrativas se configura como adjetivações) negativizada, o que ocorria

em oposição ao “parâmetro de auto-representação dos indivíduos” a quem se dirigia a maior parte da imprensa, a população branca. Produzindo portanto, uma identificação racializada e negativizada sempre que a autoria ou coautoria de um crime era atribuída a algum indivíduo pertencente a população negra.

Outro conjunto de fontes usado neste capítulo é o das Posturas Municipais da Cidade da Parahyba e da legislação imperial, tanto criminal como comercial (compreendendo-se aí também alfandegária e naval). Já que os limites impostos por elas é que são objetos das transgressões que produziram a documentação supracitada, sendo condicionantes das realidades vivenciadas por todos os indivíduos nascidos no império, bem como daqueles pertencentes a outras nações e que neste território viviam e atuavam. Mesmo que para estes a margem de tolerância em relação a quebra de tais limites sempre fosse tão elástica quanto a força econômica do país do qual advinham ou da riqueza que movimentavam, o que é notável no caso dos marinheiros ingleses nesta província, que predominantemente vindos a bordo de navios comerciais, faziam dessa condição uma espécie de salvo-conduto para suas ações frente as regras locais, envolvendo-se constantemente em atritos com os guardas do porto e da alfândega da província.

Aqui também são analisados episódios que permitem problematizar as relações dos indivíduos pertencentes a este império para com os estrangeiros que aqui, como em outras províncias do Norte, participavam ativamente do fluxo comercial marítimo, fossem como proprietários ou consignatários de grande parte da frota naval que praticava o comércio de cabotagem na costa brasileira, e daquela dedicada ao comércio com o exterior, fosse exportado a produção local, fosse trazendo bens de consumo estrangeiros.

Em função das condições acima dispostas, o capítulo é dividido em eixos de abordagem que correspondem a discussão dos crimes e contravenções relativos ao comércio, encontrados nas fontes, e seus impactos nos processos produtivos da província, com foco nos relatos encontrados que dizem respeito a: adulteração de cargas vindas de outras províncias; a manutenção de estabelecimentos abertos depois do toque de recolher; prisões por ebriedade; conflitos entre a guarda da capitania do porto e as tripulações estrangeiras (principalmente

ingleses, que aparecem em muitos dos relatos encontrados como protagonistas, vítimas ou coautores de contravenções e crimes, encontrados nos jornais da época) entre outros aspectos.

Por fim as Posturas Municipais e Relatórios dos Presidentes de Província são lidos como caminhos para os posicionamentos das autoridades locais a respeito dos crimes e contravenções supracitados, além de outros tantos que neles figuram. Investigando nas suas próprias composições os objetivos possíveis para a elaboração e execução das mesmas. De modo a compreender o funcionamento da estrutura local da administração imperial, assim como problematizar o entendimento das autoridades em relação a população sobre a qual incidem, retomando o diálogo anteriormente citado sobre indivíduos de diferentes nacionalidades, cores e condições jurídicas.

Ao mesmo tempo em que serão usados jornais, que em muitos momentos propagam relatos de aspectos do cotidiano que permitem a elaboração de diferentes imagens dos mundos sobrepostos no ambiente do comércio. Referentes principalmente a população negra, que constituía a maior parte da população da província da Parahyba do Norte no oitocentos. Já que este ambiente se configura como lugar de sociabilidade entre diferentes indivíduos, sendo ao mesmo tempo (do ponto de vista de uma sociedade escravista) lugar de suspeição e de tensão entre o permitido e o indesejado, por comportar pessoas que representaram a força de trabalho enquanto experienciavam situações de vulnerabilidade, negociando constantemente espaços de atuação e inserção nessa sociedade.

Além disso, ao longo de todo o texto, o diálogo com os conceitos vinculados a população negra escravizada, livre e liberta no século XIX, permitiu a elaboração de perspectivas que partem das fontes encontradas para uma interpretação das formas sociais de representação desta população no sentido da construção dos aspectos relativos a ideia de criminalização presente principalmente no discurso oficial. Ao mesmo tempo, é traçado um perfil das possibilidades de resistência e sobrevivência que partiam das diferentes teias relacionais nas quais alguns indivíduos estavam envolvidos.

4.1. Caminhos das contravenções: o comércio e a população escravizada na Cidade da Parahyba

Os Códigos de Postura Municipal tinham a finalidade de orientar o ordenamento urbano, regulamentando a feição de sua estrutura e direcionando os usos que os indivíduos faziam dos espaços públicos. Sua existência, contudo, não é suficiente para afirmar que havia a perfeita observância de suas regras, pelo contrário, os Livros de Correspondência da Secretaria de Polícia e os jornais impresso na capital da província, trazem à tona indícios da constante transgressão destas regras.

O ofício dirigido ao delegado Manoel Tertuliano Thomas Henriques Delgado, em 2 de janeiro de 1851, trata da transgressão do toque de silêncio. Nele o autor do ofício, Claudio Manoel de Castro (chefe de polícia da cidade), afirma:

Ill^{mo}. Ex^{mo}. S^r.

Chamo atenção de V.S^a. para o **abuso que está sendo tolerado pelas Patrulhas e Inspectores de Suas razões de consentirem que depois do toque de silêncio** estejam as **tavernas abertas**, o que jamais deverá ser tolerado, antes os infractores punidos com prisão, caso não se queirão prestar as admoestações das mesmas Patrulhas, e Inspectores, e nesse sentido V.S^a. dará suas ordens ao subdelegado desta cidade.

Deos guarde V.S^a. = Secretaria de Polícia da Parahyba 2 de janeiro de 1851.
Ill^{mo}. S^r. D^r. Manoel Tertuliano Thomas Henriques Delegado desta Cidade =
O Chefe de Polícia = Claudio Manoel de Castro. (1851, Livro de Correspondência da Secretaria de Polícia da Parahyba. Grifos meus)

Note-se a observação feita pelo chefe de polícia da cidade, de que outros agentes da ordem⁵⁰; “patrulhas e inspectores”, entre cujas atribuições estava fazer cumprir a lei, (conjunto do qual as posturas faziam parte), consentiam ou permitiam a continuidade das atividades comerciais em tavernas a noite. Ora, transgredir as próprias atribuições de suas funções, poderia representar consequências punitivas para estes indivíduos. Estas, porém, aparentemente eram

⁵⁰ A historiadora Maria da Vitória Barbosa Lima fala sobre a importância da **ordem** como princípio que fundamenta o Estado imperial, discursiva e estruturalmente, em sua dissertação intitulada: *Crime e Castigo A criminalidade escrava na Paraíba (1850-1888)* (UFPE, 2002).

inferiores aos benefícios recebidos em função do ato, as benesses advindas dos proprietários das referidas tavernas deveriam ser suficientemente convincentes para estes indivíduos.

A manutenção destes estabelecimentos abertos ao longo da noite após os horários estipulados pela postura, por sua vez era considerada perigosa, entre outras coisas, por que proporcionava a aglomeração de pessoas, fato considerado problemático para as autoridades por não permitir o total controle sobre ações, ideias e intenções que podiam circular em momentos como este, e por isso eram objeto de repressão do poder imperial, o que traz destaque aos objetivos da existência de tal legislação, que neste caso, era principalmente o de impedir o máximo possível o contato entre homens livres, libertos e escravizados, evitando a construção de redes de apoio e solidariedade que possibilitassem as práticas de consumo dos bens, dos espaços e destas ocasiões no sentido daquilo que Michel de Certeau chama de **táticas**, e que o autor define como:

... um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível [...] **a tática depende do tempo**, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. **Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformar em ocasiões** [...] a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas **a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’**. (CERTEAU, 2014, p.46-7. Grifos meus)

O que permite compreender que as transgressões desse tipo são ocasionais, não necessariamente planejadas, mas dependentes da conveniência e das vantagens de sua manutenção aos envolvidos. Não havia um contrato, um acordo formal que comprometesse aquelas pessoas; os frequentadores continuavam nas tabernas depois do horário permitido por motivos próprios e individuais, os comerciantes os mantinham ali por interesses financeiros assim como os fiscais e patrulhas que faziam vista grossa para o ocorrido também viam nisso oportunidade de lucrar de algum modo.

A confluência de todas estas pessoas nestes acontecimentos transformados em ocasiões não estava predeterminada por uma legislação, por uma formalização, mas acontecia e se caracterizava como burla apenas em relação a uma formalização, a um “próprio” encarnado pela legislação, pela normativa que por meio da enunciação pública e de um aparato institucional, buscava regular os hábitos e costumes, sendo também ela, em sua formulação,

guiada por interesses que incidiam diretamente sobre estes mesmos indivíduos. Daí o “acontecimento” de manterem-se pessoas nas tabernas depois do toque de silêncio tornar-se “ocasião” produzida pela “decisão, ato e maneira” de aproveitá-la. (CERTEAU, 2014)

Por outro lado, o “próprio” vinculado pelo autor ao conceito de **estratégia**, contava com o domínio do tempo e do espaço, com o planejamento e com a tentativa de previsibilidade, caracterizando-se segundo ele, pelo:

... **cálculo das relações de forças** que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela [a estratégia] **postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio** e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. (CERTEAU, 2014, p.46. Grifos meus)

A pesquisa desenvolvida pela historiadora Maria da Vitória Barbosa Lima (2002), indica, que as Posturas Municipais na Província e especificamente na Cidade da Parahyba já previam infrações cometidas por escravizados, assim como buscavam controlar suas ações cotidianas, pelo menos desde 1831 (LIMA, 2002, p.47), mesmo que de modo disperso, ela constatou que tais referências se espalhavam nas Posturas sob os títulos de: “ ‘salubridade’ (medicina e higiene), ‘servidão pública’ (serviços públicos), ‘medidas acerca do comércio e prevenção de fraudes’, ‘polícia preventiva’ (jogos, brinquedos, sambas, vozerias, ofensas à moral)” (LIMA, 2002, p.47). Num movimento que indica a vontade de controle como forma do exercício do poder por parte dos legisladores do Império. Assim prever, planejar e calcular são características que este “próprio” certauniano assumiu naquele momento, e que lhes garantiram também a manutenção do funcionamento da escravidão institucionalizada por décadas.

Observando um processo de desenvolvimento legislativo de algumas vilas e cidades da Província, que se estende entre 1850 e 1888, a autora ainda constatou que: “Os assuntos mais tratados [nas referidas Posturas] dizem respeito às proibições de vozerias, vendas de bebidas, tomar banho em locais com água para beber e jogar lixo na rua. [...] [sendo os menos frequentes]: sambas e dança “estrepitosa”, venda de substâncias venenosas, ajuntamento em lojas e jogos”. (LIMA, 2002, p.51). O que pode ser lido como um processo de estabelecimento de **estratégias** dado a longo prazo, alimentado, portanto, pela experiência que se acumulava ao

longo do tempo e se compartilhava entre os legisladores das Posturas de cada lugar. O “próprio” (CERTEAU, 2014), identificado ao poder da administração imperial, concebia a todo tempo estratégias preventivas e punitivas para com as pessoas escravizadas.

O que pode ser lido também através do diálogo com Clarissa Nunes Maia, para quem os aspectos de maior interesse político eram previstos no movimento estratégico de produção da legislação em pauta, constituindo a própria legislação *um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio*, a autora afirma que:

... o fato dos escravos entrarem em **contato** com os homens livres nas mais diversas situações do dia-a-dia, **tornava necessário que** estes também **fossem coibidos** em praticar certas ações com eles, **como beber, dançar e jogar, o que poderia criar simpatias entre os dois grupos**. (MAIA, 1996, p.66. Grifos meus)

Ampliando, conseqüentemente, as possibilidades de articulação dos escravizados em seu próprio favor. De modo que evitar o *contato*, as *simpatias*, entre pessoas sob diferentes condições jurídicas, era a estratégia produzida pelo poder imperial por meio das posturas municipais para limitar o campo de ação dos indivíduos escravizados em uma sociedade na qual a instituição da escravidão já vinha ruindo. Circunscrevendo ao mesmo tempo o lugar da população pobre e livre ou liberta, que gozava de diferente estatuto jurídico mas acabava sob as mesmas penas que a população escravizada quando em contato com ela em ocasiões que se configuravam como momentos de transgressão da norma.

Por isso esta legislação toca também as pessoas livres e libertas, ainda de acordo com Maia: “ao controlar os cativos, os governos locais tiveram também que controlar os homens livres, uma vez que eles tinham uma convivência próxima o suficiente para prejudicar a vigilância sobre os escravos”. (MAIA, 1996, p.65), o que explica o tom não específico das Posturas quanto ao toque de silêncio, ela não se referia somente aos escravizados, mas a todos e principalmente aos comerciantes donos de tabernas, atingindo diretamente os seus rendimentos e provocando articulações com os inspetores e patrulhas em função da manutenção de um comércio tão lucrativo quanto ameaçador da manutenção do sistema escravista de produção, mesmo a nível local. Importava, portanto, coibir estas ocasiões, impedi-las de torarem-se hábitos e se

alastrarem entre as pessoas tornando mais difícil o estabelecimento do controle policial, social e fiscal sobre a população negra escravizada ou não.

Ainda quanto aos registros criminais envolvendo escravizados, produzidos ao longo da segunda metade do século XIX na Cidade da Parahyba, a investigação desenvolvida por Maria da Vitória Lima aponta que justamente a transgressão do toque de recolher era a ocorrência mais frequente dentre aquelas por ela encontradas: “Andar à noite após o toque de recolher e sem bilhete do senhor”, representou 34,9% das 192 “infrações escravas” registradas na documentação relativa ao período que vai de 1850 a 1888, sendo este o maior percentual contabilizado entre dezoito diferentes tipos de infrações identificados (LIMA, 2002, p.121). A autora afirma ainda que ao longo dos anos o número de infrações desse tipo caiu, levantando a hipótese de uma relação direta desta prática com a fuga de escravizados, que, ainda segundo ela, apresenta uma queda de registros neste mesmo período.

Diante disto é possível estabelecer uma conexão entre estes dados e a transgressão atribuída aos patrulhas, inspetores e donos de tabernas, de modo que desrespeitar o toque de silêncio e manter os estabelecimentos abertos após o horário estabelecido, possibilitou o agrupamento de pessoas e elevou os níveis de interação entre estes indivíduos, criando e fortalecendo redes de sociabilidades e de solidariedade, funcionando como aparelhos de comunicação e resistência em relação ao sistema escravista, contando, entre outras coisas, com rotas de fuga identificadas pela pesquisa desenvolvida por Lima (2002).

Já nos anos 50 do século XIX, e posteriormente estendendo-se e conquistando a simpatia de indivíduos diretamente vinculados à administração imperial na província, como é o caso de Coaracy, taquígrafo empregado na Assembleia Provincial, e morador da Rua do Carro (que fazia esquina com a Rua das Convertidas, na Cidade Baixa) que na década de 1860 foi acusado publicamente por meio da imprensa, por Bernardino José de Souza, de “acoitar em sua casa escravos”, prática avaliada pelo autor da nota publicada com as seguintes considerações: “o exemplo é contagioso, e esse contágio perigoso, pode trazer, pelo menos, perturbação da paz doméstica, que é **um grande mal na sociedade**” (O Publicador, 1866, nº1230, p.04, grifo meu). Fala que retoma a ideia anteriormente abordada de que o controle dos espaços e das práticas era essencial ao controle dos indivíduos escravizados, já que o estabelecimento de relações de

sociabilidade entre estes indivíduos e outros livres e/ou libertos, fossem pobres ou não, fugia ao controle pretendido pelas autoridades e se constituía como perigoso, ameaçador, “um grande mal na sociedade” escravista.

A historiadora Maria da Vitória Barbosa Lima ainda traz, em investigação posterior, um mapa da cidade no qual indica a relação das áreas de comércio com esconderijos em possíveis rotas de fuga existentes no perímetro urbano, o que reforça ainda mais a vinculação aqui estabelecida entre o comércio e a população escravizada como uma relação complexa e não somente orientada pelo viés do trabalho, mas guiada pelo estabelecimento de relações de sociabilidade e principalmente de solidariedade, levando em consideração sua afirmação de que:

... **interessam-nos aqueles cativos que tiveram a oportunidade de trabalhar longe da vista dos senhores**, em ocupações como aguadeiros, quitandeiras, cozinheiras, lavadeiras, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, carregadores, ferreiros, enfim serviços especializados ou não. Esses escravos poderiam ser vistos **circulando pelas áreas de comércio da Cidade Baixa**. (LIMA, 2010, p.242. Grifos meus)

Isto reforça a ideia da existência de uma forte conexão entre as possibilidades oferecidas pelo comércio e as articulações e engajamento da população escravizada empregada em ofícios relativos ao ganho, o que foi discutido no capítulo anterior sob o ponto de vista das quitandeiras e suas relações de sociabilidades. E que pode ser retomado a partir da fonte anteriormente citada, na qual Bernardino José de Souza identifica não só o indivíduo que acusa (Coaracy), como o motivo mais específico de sua acusação, que é a influência deste homem sobre a sua escravizada Theresa que, segundo ele: “Tendo por costume recolher-se às 8 para 9 horas da noite, depois de **seu trabalho de vendagem de tableiro**, acontece que no dia 7 do corrente mez [de outubro] recolhera-se contra seu costume e minhas ordens às 10 horas da noite”(O Publicador, 1866).

O cruzamento dos dados fornecidos pelo relato supracitado com aqueles levantados por Lima (2010) indica que a circulação destas mulheres e de outros indivíduos sob o mesmo estatuto jurídico e empregados em ofícios e funções relacionados ao comércio, através das ruas da Cidade Baixa, não por acaso abriu as portas para a estruturação de rotas de fuga e esconderijos.

Ao mesmo tempo é necessário observar que a geografia desta parte da Cidade da Parahyba e a posição de suas ruas em relação ao rio, ao porto e mesmo às estradas que levavam aos sertões e zonas rurais possibilitava melhores oportunidades para este fim. Uma observação mais atenta do mapa produzido por Lima (2010) permite a elaboração de possíveis rotas, entre elas pode-se pensar os pontos que vão do interior da Cidade Baixa, nos referenciais 4, 3 e 8, todos a meio caminho da Cidade Alta, e indicando locais de maior fluxo do comércio varejista, daí irradiando em caminhos possíveis até o porto do rio Sanhauá, nos referenciais 1, 5, 6 e 2, de onde o embarque clandestino em navios e balsas até as proximidades ou mesmo rumo a pontos fora da província parecem os rumos mais frequentes. Ou caminhando para o referencial 7, nas proximidades da principal saída da cidade para os sertões; e ainda estabelecendo trilhas pelos sítios e chácaras nos arredores, caminhos indicados pelos referenciais 9, 10 e 11.

Deste modo, pensar no comércio praticado pela população negra é enveredar pelas práticas de sobrevivência e subsistência, locais de vulnerabilidade onde os discursos difusos sobre o comportamento destes homens e mulheres são envoltos por estratégias de resistência (impetrados por eles) e opressão (geralmente representados pelas autoridades provinciais).

A associação de uma sociedade escravista e hierarquizada que concebia a população negra de forma subalternizada e que tinha no comércio uma de suas principais formas de expandir o poderio político e econômico, além de fomentar as redes de sociabilidade. Permite vislumbrar algumas situações que serão descritas e analisadas mais adiante.

As práticas individuais postuladas contra os sujeitos negros comerciantes também foram inseridas nesse debate, dentro de uma lógica relacional entre ação e discurso. Ação, compreendida como os atos que foram efetuados contra e pelos indivíduos negros, e discurso que surge na forma dos relatos produzidos pelas autoridades administrativas e policiais sobre os fatos ocorridos. A partir destes pontos é que são investigados os lugares sociais dos sujeitos negros envolvidos no ato de mercadejar e representados em alguns relatos e narrativas que apresentam casos conflituosos nos jornais e fontes policiais.

Um relato do jornal Gazeta da Parahyba traz à tona alguns resquícios sobre os conflitos e percepções acerca do comércio.

Pergunta-se qual o é o subdelegado do 2º districto d'esta capital, se o Sr. Miranda Pedra ou as criadas de servirem em sua casa, pois tendo no dia 26 do corrente, à chegada do trem do horário, os mascates que vinhão da feira de Santa Rita, subindo o becco do Castro, succedeu o covado que um d'elles trazia na mão, introduzir-se entre as canelas de uma preta velha, que trazia um taboleiro a cabeça, acontecendo da-lhe uma queda, espalhando os bolos e dinheiro que vinham no taboleiro, tendo dita preta apanhado o que havia chaido e tendo ido hoje a casa do subdelegado, esse consentio que a questão fosse resolvida por uma de suas criadas tendo sido os mascates obrigados pelas mesma criada a pagar 3\$000rs. (Gazeta da Parahyba, 1889, nº431, p.03. Grifos meus)

Os dados extraídos desse recorte informam sobre o lugar de vulnerabilidade da mulher negra comerciante, exposta às desventuras do cotidiano, dentre elas agressões físicas. Na esperança de ter respaldo da autoridade policial e se sentindo ofendida, a mesma, o procura para obter a restituição de seu desagravo, situação que é tratada com desdém ao ponto da autoridade, conforme é relatado, nem se dar uma trabalho de ouvi-la, deixando ao encargo de suas criadas decidirem o desfecho da disputa, o que provavelmente é motivo do tom jocoso da nota publicada, expressando por meio da ironia, não sua opinião sobre o ocorrido com a idosa, mas lançando seu foco sobre o campo e modo de ação do subdelegado, objeto central da crítica.

Por outro lado, os sujeitos participantes do ato contra a mulher negra, também estavam inseridos no ato de comerciar, revelando um circuito de extensão do comércio da capital: a feira de Santa Rita, cujo contato foi dinamizado pela construção da linha férrea⁵¹ que passou a ligar as duas cidades com mais agilidade do que as estradas o faziam até então. Proporcionando a inserção destes indivíduos em outro circuito comercial, e integrando esta cidade à zona de influência da capital da província, mobilizando agilmente pessoas e mercadorias entre estes dois pontos.

Diante do exposto, duas questões se colocam no tocante às sociabilidades cotidianas. A primeira no tocante ao potencial do comércio como elemento fortalecedor dos laços de interação entre os indivíduos, indica que ao mesmo tempo em que as distâncias eram “encurtadas” pela possibilidade de utilização de um meio de transporte mais rápido, estes meios de transporte poderiam redirecionar essas alianças para outros lugares e pessoas numa dinâmica

⁵¹ A linha férrea passou a funcionar no ano de 1881 na Província da Parahyba.

de movimentos mais ágeis e ativos em relação ao andamento deste mesmo processo antes da implantação da linha férrea. Diante do quê, novamente surge a ação do mascate (antes identificado ao “comissário” ou “emissário”, ou ainda ao “caixeiro”, como foi discutido no capítulo anterior) como responsável pelo estabelecimento e mediação de muitas destas relações.

A segunda questão é a de que esses mascates demonstraram uma percepção muito próxima a do subdelegado perante a condição social da mulher negra naquela sociedade (representada pela trabalhadora idosa citada na fonte), uma condição atravessada pelo estigma da escravidão institucionalizada que já estava extinta formalmente desde 1888, evidenciando o fato de que numa sociedade culturalmente atravessada pela escravidão tal como ela aconteceu no Brasil não é possível extinguir a mentalidade e a cultura de violência que o escravismo representa apenas interrompendo legalmente o processo do uso da mão de obra escravizada no cotidiano. A partir do quê pode-se concluir que não bastou a abolição da escravidão para que a população negra tivesse acesso ao exercício da cidadania tal como indivíduos brancos a exerciam no cotidiano. Havia um longo caminho de lutas pela frente, e estas lutas ainda estão em curso no momento em que eu escrevo estas breves linhas sobre o tema.

A cultura acima referida fica mais evidente ao final da nota supracitada, arrematando a compreensão de que esse relato se refere menos aos atos cometidos contra a mulher negra e idosa, ou ao comportamento moral ou legalmente orientado dos homens envolvidos. Estando muito mais ligado as disputas entre as autoridades locais, que, na construção de sua narrativa e das ações que originaram o relato, utilizaram da vulnerabilidade da população negra e dos comportamentos transgressores cometidos contra estes indivíduos, para atacar e expor outras autoridades. Prática indicativa de um processo de destituição da identificação de humanidade para com a população negra (Nogueira, 1998).

De acordo com a Nogueira (1998) este processo foi reforçado pela constituição de um discurso cientificista fomentado desde um pouco antes da abolição formal do trabalho escravo no Brasil. Para ela, todo o processo que culminou na extinção da escravidão enquanto instituição no Brasil, não foi suficiente para garantir cidadania a população atingida, enfaticamente, a população negra. Seu argumento é o de que:

Embora lhe tenha atribuído a cidadania, na realidade não a libertava, pois não lhe garantia as condições necessárias para o exercício dessa cidadania; e, além disso, **não obstante a abolição, permaneceria por tempo indeterminado o cativo psíquico de uma imagem que, com o crivo da ciência** [tal como era concebida na época], **justificaria uma “inumanidade” do negro.** (NOGUEIRA, 1998, p. 77. Grifos meus)

O que permite a compreensão do contexto produtor da fonte aqui discutida, no qual, a sutileza do processo de “inumanização” da mulher negra, idosa e trabalhadora em questão, é expressa pelo autor da nota, assim como pelos demais envolvidos, de modo muito naturalizado e igualmente violento, numa reprodução dos comportamentos e modos de pensar escravistas. O que Nogueira chama de “cativo psíquico”, contribuindo com a identificação de parte da problemática e complexa herança do período escravista da história brasileira.

Como o relato descrito anteriormente, encontram-se outros nos jornais, como o caso da escravizada Paula, propriedade do Sr. Joaquim da Silva Coelho.

Fugio no dia dous do corrente da casa do abaixo assignado, **a escrava** crioula, preta de nome Paula, cuja escrava foi do falecido Placido e ultimamente do Sr. Joaquim da Silva Coelho, de quem a cumprei; a idade de mais de trinta annos, estatura baixa magra andar apressado levou vestido de chita escura e chale de algodão pouco uzado. **Consta que tem sido encontrada em diversas ruas da cidade com taboleiro vendendo frutas e verduras, e as vezes sem taboleiro.** Roga-se portanto as authoridades policiaes a captura da dita escrava, o mesmo a qualquer pessoa do povo e a l’evem à rua do Boi-xoco, sitio da viúva do Barreto. João Paes Barreto de Mello (O Publicador, 1867, p.04. Grifos meus)

A fuga de Paula como em muitos outros casos, pode ser interpretada como um ato de resistência ao sistema escravista que a colocava como mercadoria e no qual estava inserida como parte de um circuito de compra e venda do qual a própria fonte supracitada dá notícia, relatando que pertenceu ao “falecido Placido e ultimamente do Sr Joaquim da Silva Coelho” antes de ter sido vendida mais uma vez para João Paes Barreto de Mello, o autor no anúncio. Considerando-se que a mulher escravizada fosse empregada no ganho, é possível supor que ela, enquanto mercadoria, tinha também um preço de compra alto, por representar uma margem de lucro considerável a quem a possuísse. O cálculo dessa atividade era estabelecido a partir de um percentual que possibilitava ganhos tanto para proprietários como para os próprios cativos que geralmente o utilizavam para comprar sua liberdade. Ademais, a ampliação da circulação

dos escravizados, como já afirmamos, os permitia burlar o sistema social de propriedade, inclusive, inserindo-os em práticas consideradas criminosas.

O processo pelo qual Paula e muitas pessoas escravizadas passaram ao longo da vida e que está acima descrito como o registro daqueles a quem ela pertenceu, portanto: o processo de venda e revenda. É para Lima (2002) parte daquilo que caracteriza uma existência perpassada pela violência, segundo a autora, a violência da coisificação, aliada a submissão de sua identidade a características comerciais, é também uma *violência que constituiu* a própria experiência escravizada no oitocentos, permanecendo ligada a cada indivíduo a ela submetido, *que reagia, quando possível, com mais violência*. (LIMA, 2002, p. 37). Por isso a fuga pode ser considerada como uma resposta ao sistema escravocrata, por violar o direito instituído de propriedade de um indivíduo sobre outros. Negando a este senhor a continuidade do usufruto de si e do seu trabalho, Paula atingira diretamente a extensão de sua liberdade de ação, revelando a fragilidade do direito de propriedade sobre outros seres humanos, que era um dos sustentáculos de toda a cadeia produtiva do Brasil imperial.

Sua fuga, além de transgressora da ordem do sistema escravocrata e criminosa - pois pertencendo a alguém, ela não poderia subtrair-se do domínio desta pessoa - configurava em si uma forma de contravenção em relação ao sistema, já que Paula provavelmente manteve-se nas proximidades da cidade, aparentando, para quem não tinha conhecimento do anúncio, normalidade ao realizar o que muito provavelmente já fazia parte do conjunto de suas atividades cotidianas: a venda com e sem taboleiro. Outra hipótese é a de que a mulher, mesmo que nunca tivesse trabalhado no ganho, estivesse aproveitando da “normalidade” de se ver mulheres negras vendendo os mesmos itens que ela todos os dias pela cidade, para se misturar a elas, num exercício **tático**, de aproveitar o momento ou a situação que viveu e não se arriscar pelos arrabaldes da cidade e interior da província.

É possível também que ela nunca tenha sido vista, como diz o autor do anúncio, mas apenas confundida com outra mulher, pelo mesmo motivo elencado há pouco: a frequência das mulheres negras envolvidas em atividades comerciais nas ruas, aliado a outro fator que é a sua própria invisibilidade diante do olhar das pessoas brancas, um olhar generalizador e silenciador

das diferenças pessoais, numa relação de **alteridade**⁵² (TODOROV, [1983] 2010) onde tudo o que não é branco (numa sociedade onde essa característica é fator de positividade e distinção social), é sumariamente generalizado e reduzido. Nesse cenário eram poucos os momentos nos quais importavam as características pessoais de quaisquer indivíduos negros, um destes momentos era o de fuga dos mesmos quando escravizados, ou quando eles (escravizados, livres e libertos) cometiam algum crime e estavam foragidos.

No interior do comércio, era possível que estas pessoas também cometessem crimes contra as normativas que orientavam e regulavam os processos de negociação, de acordo com a fonte que segue:

No dia 31 de do passado pelo fiscal da cidade alta **foi preso o escravo Feliciano** de D. Camilla, **porque como carnicheiro infringio as posturas da camara botando na balança, além do peso verdadeiro, um outro falso de chumbo que foi apresentado ao Dr. Chefe de Polícia.** O art.11 das posturas municipaes diz assim: Todo aquelle, que vendendo ao publico qualquer substancia falsificar os presos, balanças ou medidas, será multado na quantia de 8\$000, e soffrerá 8 dias de cadeia. (O Publicador, 1864, nº 652, p. 01. Grifos meus)

As motivações de Feliciano para tal ato são desconhecidas, haja vista, que não existe o contradito do mesmo. Entretanto, as consequências são narradas levando em conta a aplicação legal das normativas que regiam o ordenamento social. Destaca-se que a punição relatada não foi uma exclusividade do caso de Feliciano, pois o carnicheiro Francisco Meirelles Peixôto, que era livre, passou pelo mesmo, o que permite a retomada do debate a respeito da problemática da condição jurídica dos indivíduos considerados criminosos, no momento da aplicação da punição. Em alguns casos, o mesmo valia para escravizados, livres e libertos, indicando que havia relativo nivelamento quanto a condição destes indivíduos sob responsabilidade do Império quando do cumprimento da legislação penal, principalmente no que diz respeito àqueles identificados à população pobre, e que por isso provavelmente frequentavam os

⁵² A lógica aplicada por Tzvetan Todorov em *A Conquista da América: a questão do outro* ([1983] 2010) é completamente válida para reforçar o argumento de que no processo de construção e manutenção de uma identidade brancocêntrica, todos os seus *outros* (principalmente a população negra e os povos ancestrais escravizados nas Américas, neste caso) são anulados de diferentes formas, uma delas é a generalização que torna estes indivíduos iguais, como se fossem meras cópias uns dos outros, invisibilizando não só características próprias e identificadoras de diferenças entre diferentes grupos sociais, como também, traços individuais específicos de cada pessoa.

mesmos espaços de trabalho e lazer, compartilhando momentos em comum, o que tornava a todos potencialmente perigosos e conseqüentemente, objetos do máximo controle e vigilância.

Contudo, Feliciano tinha uma proprietária. D. Camilla é inicialmente citada porém parece ser resguardada de qualquer acusação, tendo em vista que apenas sobre o escravizado é que recai a culpa pela prática criminosa, permitindo a ela não passar pelo constrangimento de ser implicada no caso, já que numa sociedade para a qual o espaço público da rua e do jornal (da exposição) era um privilégio para os homens e um constrangimento para as mulheres brancas e, sobretudo as proprietárias (a quem cabia o domínio do espaço e da vida privada no interior da casa), tal citação seria motivo para embaraçar qualquer mulher identificada às condições anteriormente citadas. O que não quer dizer que ela não fosse a responsável por arcar com as conseqüências da punição de seu escravizado, no tocante a quitação da multa, mesmo que provavelmente todo o valor fosse convertido em dívida do homem para com ela.

Por outro lado, a pena de prisão atribuída a Feliciano seria reforçada pela legislação citada no anúncio, um dos traços que diferenciam esta, da situação de Francisco Meirelles Peixôto, que nem mesmo teve a violação revelada. Ao escravizado caberia o cumprimento rígido da pena mesmo que, em conseqüência de sua própria condição jurídica, ele estivesse apenas cumprindo alguma ordem dada por sua senhora, circunstância que nem mesmo é considerada na fonte. De modo que toda e qualquer culpa assim como a punição devida, foi sumariamente atribuída a Feliciano, um homem negro e escravizado, portanto objeto de suspeição cotidiana numa sociedade escravocrata.

Em contrapartida, outros indivíduos que não estavam identificados a população negra, escravizada ou pobre, também protagonizaram cenas criminosas nas ruas da Cidade da Parahyba, provocando medo com o caos que espalharam em um episódio particularmente interessante e revelador das relações de força envolvidas no comércio marítimo praticado na costa do império brasileiro, dentre eles os marujos que desembarcavam na província.

4.2. Livres, libertinos e revoltados: o caso dos marujos dos navios britânicos

Os crimes e contravenções vinculados ao espaço comercial na Cidade da Parahyba, contudo, não estavam estritamente ligados a apenas uma parcela da população, tampouco não podem ser somente ligados a população brasileira. Em alguns momentos, cidadãos estrangeiros livres são identificados em condutas contrárias à legislação, seja comercial, seja Imperial, possibilitando uma investigação que aqui será apenas delineada, e que diz respeito ao questionamento da força e interesses que guiavam a atuação do aparelho da administração imperial nas relações diplomáticas brasileiras nestes momentos de tensão e no peso do comércio como agente central em meio a estes interesses.

A seção *Noticiário* do jornal O Publicador que circulou no dia 22 de fevereiro de 1866, traz o relato que se inicia da seguinte forma:

Disturbios. - Na noite do dia 19 do corrente **a maruja de alguns navios britânicos, á carga em nosso porto, atacaram varias pessoas, que passavam pela rua d'Arêa, e pretenderam penetrar á viva força em algumas casas,** cujas portas soffreram das violencias, mas resistiram as tentativas. (O Publicador, 1866, quinta-feira, 22 de fevereiro, nº1036, página 01. Grifos meus)

O autor do relato não identifica inicialmente possíveis motivos para a revolta destas pessoas, embora evidentemente eles tenham se voltado contra a população e contra as autoridades locais, chegando a ameaçar indivíduos dentro de casa, e alcançando a rua da Arêa, um dos caminhos entre o porto e a Cidade Alta, onde, naquele momento, se concentravam os prédios da Administração Provincial e casas das pessoas mais abastadas da cidade. Num percurso aparentemente direcionado, mesmo que a fonte não entre em detalhes específicos a respeito do que reivindicavam estes marujos. E continua:

No dia seguinte, 20, á tarde **a tripolação de um dos navios sublevou-se, e maltractou, ou quiz maltractar, ao respectivo capitão, que teve de pedir o auxilio da força publica. Á qual tambem resistio aquella maruja.**

N'essa noite saindo dos **outros navios** parte da respectiva maruja, **agrupou-se no largo em frente á capitania, e principiou a gritar,** e fazer disturbios, **depois de haver tomado bebidas nas vendas alli existentes.**

Um soldado da guarda do Varadouro indo ver o que causava aquella gritaria, ou dispersa-los, foi **perseguido a pedradas** até o corpo da guarda, que, sendo muito pequena, nada poude fazer. (O Publicador, 1866, quinta-feira, 22 de fevereiro, nº1036, página 01. Grifos meus)

No dia seguinte, e com mais detalhes, pode-se pensar melhor sobre o ocorrido: inicialmente, uma tripulação inteira se volta contra o capitão que, por sua vez, recorreu a força pública provincial, diante da qual a mesma tripulação apresentou resistência. Além disso, note-se que não há neste momento, indícios de que tal resistência tenha sido contida ou minimamente controlada. Acrescentando duração de caráter contínuo ao acontecimento, o autor ainda afirma que durante a noite parte dos marujos de *mais de uma* embarcação “agrupou-se no largo em frente à capitania, e *principliou a gritar*, e fazer distúrbios, *depois de haver tomado bebidas nas vendas alli existentes*”, o que indica que além de terem feito uma resistência fortuita ao corpo policial, aos guardas da capitania ou a quem quer que tenha tentado lhes conter ao longo da tarde, estes marujos ainda conseguiram sair de suas respectivas embarcações e levar o conflito até a Capitania, restando saber o que gritavam eles, o que queriam e porque o faziam desse modo, o que o narrador do relato não chega a informar.

Além disso, surge na fonte um elemento anteriormente referenciado neste capítulo, mas que se apresenta como problemático também nesta situação, as tabernas e vendas de bebidas, pontos de encontro, discussão e articulação de ideias entre as parcelas da população sobre as quais recaía mais fortemente o controle do império: as pessoas pobres, entre as quais aqui são incluídos os marujos. Considerados como perigosos lugares de sociabilidades que o Império tentava controlar a todo custo, visando prevenir entre outras coisas, motins como o que é relatado aqui e no qual, sob influência do álcool e motivados por insatisfações e ideias que representavam riscos à ordem vigente, e que provavelmente já vinham alimentando - desde um momento que para esta pesquisa é impreciso (e por isso se apresenta como fonte de exploração e questionamento em futuras abordagens) - estes homens, promoveram gritaria, distúrbios e outras formas de violência, como perseguir a pedradas o soldado curioso.

Mas a narrativa não para por aí:

O subdelegado do Varadouro, **temendo repetição das scenas da noite antecedente**, pedio aos quarteis de **guarda nacional, e policia**, uma força, e **sendo-lhe dados seis praças**, dirigiu-se com ellas ao lugar, onde estavam os

marujos, mas estes **o receberam a pedradas**, ferindo gravemente um soldado na cabeça. **Então o susto derramou-se pela população**, acudiram mais soldados, e paisanos, **conseguindo fazer recolher parte dos desordeiros aos respectivos navios, para onde fugiram pelas pranchas, e prender outros, que já tinham seguido para a rua d'Areia. Às 10 horas da noite estava a cidade em alarma.** Ficaram feridos, mais ou menos gravemente, três soldados. Apresentaram-se no lugar do conflicto os Srs. Dr. Chefe de policia e delegado, e varias pessoas de distincção, mas elle ja tinha findado. (O Publicador, 1866, quinta-feira, 22 de fevereiro, nº1036, página 01. Grifos meus)

O conflito tomou proporções tais que, se num primeiro momento a força destrutiva dos amotinados foi subestimada pelas autoridades policiais (assim como o é pelo narrador, pois segundo ele estes revoltosos estavam munidos apenas de pedras para investir contra as forças do império armadas), logo em seguida elas se viram forçados a acionar um contingente maior e às pressas para aplacar a situação que assustou moradores e deixou soldados feridos além de marujos foragidos que buscaram os próprios navios como rota de fuga, subindo pelas pranchas, e presos, estendendo-se até as dez horas da noite, depois do que é que finalmente: “Apresentaram-se no lugar do conflicto os Srs. Dr. Chefe de policia e delegado, e varias pessoas de distincção”, provavelmente numa tentativa de monitorar os estragos e gerenciar os feridos e presos, além de observar o resultado de tão atípico evento.

O autor do relato encerra a sua fala com uma avaliação pessoal a respeito do ocorrido que se desdobra numa avaliação das práticas diplomáticas do império em seu nível mais sensível, o cotidiano da capital da província. Ele diz:

Eis como procedem em terra hospitaleira esses cidadãos, cujo governo é tão prompto e facil em tomar satisfações pelos meios empregados pelos aggredidos para conte-los, e repelli-los. Elles teem andado a horas mortas nesta cidade, e as vezes hem imprudentes, sem que tenham soffrido o menor encommodo; agora procedem por tal forma, indispondo contra si a população. (O Publicador, 1866, quinta-feira, 22 de fevereiro, nº1036, página 01. Grifos meus)

Para o redator há uma enorme diferença entre o tratamento dado pela população e pelo governo imperial brasileiros aos estrangeiros que aqui aportam, e o tratamento dispensado a

essa mesma população e governo pelos indivíduos e autoridades estrangeiros, notadamente os ingleses. O que aponta para o problema de como este motim foi tratado pelos governos, como ele afetou as relações diplomáticas e comerciais na província e ainda, se teria afetado o diálogo entre Inglaterra e Brasil de algum modo. Contudo, a estas problemáticas se antepõe a questão da dificuldade em relação às fontes, motivo que força o encerramento do debate a respeito deste evento por aqui, mas o mantém no horizonte de perspectivas desta pesquisa.

4.3. Fronteiras e crimes fiscais

As reclamações contra a Agência Fiscal da Alfândega da Província da Parahyba instalada em Pernambuco em 1846 por ordem de Frederico Carneiro de Campos eram uma constante no início da década de 1850. O que, de acordo com os relatórios anteriores, era visto como uma boa forma de captação de recursos para os cofres provinciais, passou a ser visto como um problema alguns anos mais tarde. Os relatórios produzidos por José Vicente de Amorim Bezerra, quando este foi presidente da Província da Parahyba do Norte, no início e no final de 1850 apresentam seu ponto de vista em relação ao desenvolvimento das atividades naquela repartição e suas propostas em relação a ela. No primeiro, datado de 24 de fevereiro, lê-se:

Cabe aqui lembra-vos, que decretai alguma providencia tendente a prevenir **o descaminho dos direitos dos productos d'esta Provincia na de Pernambuco**. Algumas medidas já existem; porém a experiência tem mostrado, que não produzem o perfeito resultado, que se deseja. Este effeito em grande parte he devido aos **direitos que pagão os generos d'esta Província**, mormente o assucar, **superiores aos em que são taxados esses generos produzidos em Pernambuco**, o que obriga aos productores da Provincia a occultar em Pernambuco o lugar da producção do genero, para por esta forma pagarem menos direitos: Ora, diminuindo Vós os que se pagão em Pernambuco, de sorte que fiquem inferiores aos que pagão os generos d'aquella Provincia, sem duvida conseguir-se-ha hum effeito contrario, em reconhecida vantagem do Cofre Provincial". (BEZERRA, 1850A, p.9. Grifos meus)⁵³

⁵³ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Excellentissimo Presidente da Provincia o Coronel José Vicente de Amorim Bezerra na abertura da sessão extraordinaria em 24 de fevereiro de 1850.

O mecanismo que fora criado para arregimentar impostos antes não cobrados, trazendo mais recursos para os cofres provinciais, provavelmente teve seu uso subvertido, transformado em ferramenta de manobra no processo de concorrência; pagando impostos mais altos, o principal produto de exportação da Parahyba chegava aos portos pernambucanos em desvantagem para o mercado. Diante disso e como forma de tornar seus produtos mais baratos sob o peso de menos impostos, os produtores e atravessadores paraibanos passaram a não identificar a origem de suas cargas, de modo a pagar apenas o imposto pernambucano, que os permitiam a colocação num patamar competitivo em relação àquele mercado, a partir de onde o açúcar seguiria para a exportação.

Diante desta situação, a Província da Parahyba do Norte deixava de receber recursos significativos e acabava por se ver com os orçamentos anuais reduzidos para obras públicas e manutenção das instituições já existentes, por exemplo. Daí a preocupação do presidente José Vicente de Amorim Bezerra em aumentar, mesmo que decorridos apenas alguns meses após o primeiro relato de insatisfação para com esta situação, no relatório produzido para a data de 2 de agosto de 1850, ele escreve:

Conheci que **era muito mal feita e leziva** aos interesses da Província, a **arrecadação dos nossos direitos** do assucar, e algodão, despachados em Pernambuco, e **dimiti ao encarregado Antonio Corrêa Cabral por me constar que seu máo estado de saude lhe não permitia ser mais activo, e zelozo, passando mezes sem fazer a menor comunicação ao Inspector das Rendas**, e nomeei a José Joaquim de Lima Senoir; e certo da actividade, zêlo e probidade deste Empregado, espero que as rendimentos augmentem. Também solicitei ao Governo Geral [...] a concessão de Armazens Alfandegados naquella Província, para n'elles serem exclusivamente recolhidos esses generos de produção desta Província, para que o Agente possa melhor fiscalisa-los. (BEZERRA, 1850B, p.27-8. Grifos meus)⁵⁴

Entre os males identificados pelo então presidente da província, estava o próprio encarregado daquela repartição, que, alegando *máo estado de saude* não fora capaz de executar seu trabalho de modo *activo e zelozo*, deixando de comunicar ao Inspetor de Rendas os resultados do movimento das mercadorias paraibanas naquela província. Ora, sem um fluxo de informações constante, o planejamento de ações para sanar qualquer situação desvantajosa para

⁵⁴ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Excellentissimo Presidente da Província o Coronel José Vicente de Amorim Bezerra na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850.

a Parahyba e para os produtores paraibanos se tornava muito difícil quando não impossível; e a partir disso, se pode pensar também a importância da manutenção da informação como forma de controle por parte do presidente da província. Deixá-lo desinformado significava tirar-lhe o poder de ação e autoridade política e institucional, quesitos essenciais para o sucesso de sua administração.

Nesse sentido, a nomeação de alguém de sua confiança para tomar conta da arrecadação provincial em Pernambuco foi crucial para a manutenção do controle sobre os processos e do poder sobre as decisões tomadas pelo coronel José Vicente de Amorim Bezerra naquele momento. O que, associado a concessão de *Armazéns Alfandegados naquella província para n'elles serem exclusivamente recolhidos esses generos de produção desta Provincia*, se configura como um conjunto de medidas tomadas para a manutenção do poder, por meio do controle dos processos e pessoas pelos quais passavam os produtos paraibanos na província vizinha.

Apesar destes esforços para manter o controle sobre os processos de arrecadação, no relatório do ano seguinte, o então presidente da província, Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, descreve o surgimento de novas práticas de burla por parte dos produtores e atravessadores do açúcar e do algodão paraibanos, e a tomada de novas medidas frente a elas:

... dada a providência que o Agente ultimamente solicitou, e eu aprovei, de collocar um procurador seu, e pago a sua custa, no porto da Cidade de Goiana para inspeccionar os generos que desta provincia seguem para a cidade do Recife, pois que não pequena parte de nossos generos que por ali se transportavão, erão passados como de produção de Pernambuco perdendo esta Provincia os respectivos direitos. (ALBUQUERQUE, 1852, p. 21)⁵⁵

O Agente a que se refere o presidente da província, é o encarregado da agência fiscal da província da Parahyba em Pernambuco, vale aqui a observação de que provavelmente um maior controle exercido naquele destino do trânsito das cargas desta província, provocou o surgimento de outras formas de burlar a cobrança de impostos, aproveitando-se de outros territórios e portos entre a saída e o destino, nos quais as cargas poderiam passar pelo processo de retirada de

⁵⁵ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Excellentissimo Presidente da Provincia o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852.

qualquer identificação de origem, ou mesmo da substituição da identificação da origem paraibana por uma de origem pernambucana. Por sua vez, e como para justificar a manutenção destas táticas de burla a legislação comercial, o autor continua seu relato tocando no assunto do valor do imposto cobrado sobre os produtos saídos da Parahyba:

Vós o anno passado decretastes pelo 1.º da Lei do orçamento, que se acha em vigor, que o assucar que fosse despachado por exportação pela província de Pernambuco fosse somente sujeito aos direitos de 3 por %, quando paga 5 por % o que sahe pelo porto desta Cidade. (ALBUQUERQUE, 1852, p. 21)

Reforçando o argumento de seu antecessor, de que: “diminuindo Vós os [valores de impostos] que se pagão em Pernambuco, de sorte que fiquem inferiores aos que pagão os generos d’aquella Provincia, sem duvida conseguir-se-ha hum effeito contrario, em reconhecida vantagem do Cofre Provincial”. (BEZERRA, 1850B, p.9). Além disso, este relato indica também um fator já indicado no relatório do início de 1850, de que “Algumas medidas já existem; porém a experiência tem mostrado, que não produzem o perfeito resultado, que se deseja” (BEZERRA, 1850A, p.9), mantendo-se o controle total das práticas fora do alcance do poder do presidente da província.

É preciso considerar que além do açúcar, os relatos supracitados referiam-se também ao que ocorria com outros bens da produção paraibana (como o algodão e o couro principalmente), desestimulando o uso do porto desta província e provocando sua substituição, em muitos casos, por rotas terrestres até Pernambuco, já que era a partir de lá que os mesmos eram direcionados para seus destinos finais⁵⁶, fazendo assim, os produtores e atravessadores garantissem que suas mercadorias só seriam taxadas uma vez.

O problema neste processo continua sendo o de que a província de Pernambuco acabava por recolher uma soma maior do a relativa à sua própria produção para exportação. Tendo em vista que mesmo as rotas terrestres, que em tese deveriam ter suas fronteiras guarnecidas com

⁵⁶ Porque o porto de Pernambuco era maior do que o porto da Parahyba, assim como sua produção e seu peso simbólico e político, enquanto praça comercial consolidada desde o período colonial, tendo incorporado o território paraibano por algum tempo durante a crise econômica do século XVIII.

agentes de segurança, fiscalização e arrecadação por meio de *Collectorias*, de fato não o eram, ao menos não de modo eficiente, de acordo com o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque:

Enquanto ás *Collectorias*, Senhores, tenho o dissabor de confirmar-vos o que já disse á tal respeito no meu ultimo relatório. Ellas não marchão com aquella regularidade, que tanto era para dezejar-se. **Algumas há que nenhuma entrada fazem dentro de um anno das arrecadações que realizão [...]**. Sei bem que a comissão que percebem os **Collectores** de muitas das *Collectorias* das Provincias é insufficiente [...] mas esta consideração poderia apenas desculpa-los de **não fazerem grandes recolhimentos**, e nunca salvá-los da pecha de **negligentes e desleixados**, já porque **não fazem arrecadação alguma absolutamente, já porque não recolhem, a que effectuam, nas epocas determinadas.**” (ALBUQUERQUE, 1852, p.22. Grifos meus)

Tal repreensão por parte do presidente da província é fator indicativo de que as fronteiras eram pouco ou nada definidas e respeitadas, e os caminhos e estradas que as atravessavam, de livre trânsito, à revelia da legislação imperial e do controle das autoridades concentradas na Capital. Como resultado disso, além das práticas subversivas acima relatadas e cometidas pelos agentes das *Collectorias*, existiam queixas sobre o uso do território paraibano como espaço de pastagem para o gado de proprietários das províncias vizinhas nos sertões, mesmo diante da existência de uma normativa a respeito do assunto. De acordo com a lei provincial nº 14 de 30 de setembro de 1851:

Art. 1.º O gado vaccum, que vier de Provincias extranhas soltar-se nos pastos desta, a titulo de refazer-se, ao sahir para ser consumido, pagará o imposto de quinhentos réis por cabeça para a receita Provincial.

Art. 2.º O cavallar que for solto nas mesma circunstâncias, que o vaccum, pagará mil réis também por cabeça.

Art. 3.º **Este imposto não comprehenderá aos habitantes desta Província, e somente aos de províncias extranhas.**

[...]Palacio do Governo da Parahyba do Norte aos 30 de setembro de 1851, Trigesimo da Independência, e do Império.

L.S.Antonio Coelho de Sá e Albuuquerque. (Colleção de Leis Provinciaes, 1851. Grifos meus)⁵⁷

⁵⁷ Arquivo Maurílio de Almeida. Coleção de Documentos Provinciaes.

O que não a impedia de ser também burlada, sobre o que o próprio Sá e Albuquerque fornece o relato:

Tive denuncia muito fundada de que alguns habitantes desta Província, **levados pelos seus interesses, e pelas relações que nutrem com os habitantes de outras Provincias**, que nesta refazem gados, pretendião illudir a lei, apresentando-se, por meio de tranzações clandestinas, senhores excluzivo de taes gados. Receei desmoralizar a Lei com a sua completa violação, e não quiz executa-la. (ALBUQUERQUE, 1852, p.22. Grifos meus)

Os sertões da província eram território onde os limites administrativos e a imposição da ordem se davam de modo mais ou menos frouxo, dependendo muitas vezes da capacidade de articulação política do presidente da província da Parahyba em relação aos detentores do poder local - grandes produtores de gado ou algodão, ou mesmo comerciantes de maior prestígio, com negócios articulados nas capitais e pelos sertões, e contando com uma guarnição de capatazes a seu serviço, em função de seu poder e da acumulação de patentes militares e/ou mercês do imperador. Além disso, o próprio relato cita que os *interesses* e *relações relações que nutrem com os habitantes de outras Provincias*, eram fortes provocadores da transgressão pretendida, de modo que mesmo a autoridade da lei não se fazia *sentir* - para usar o termo da época - quando esta tocava o campo das relações de sociabilidades entre os indivíduos, fossem desta ou de outras províncias.

Voltando a discutir a situação das taxas e cobranças de impostos, é preciso lembrar que entre os seus efeitos negativos estava o fato de que elas encareciam os preços das mercadorias paraibanas em Pernambuco, tornando-as menos competitivas principalmente em relação as pernambucanas, o que é mais um fator prejudicial aos produtores e atravessadores que vendiam caro e lucravam menos.

Buscando solucionar este problema, foi criado um mecanismo de **guias** que deveriam “acompanhar os gêneros de produção desta Província para o mercado de Pernambuco”⁵⁸. Identificando os produtos que acompanhavam, inclusa aí a rubrica do próprio inspetor da

⁵⁸ Ofício da Secretaria de Polícia da Parahyba ao Inspetor da Administração de Rendas provinciais em 09 de janeiro de 1851, folha 02 do Livro de Correspondência expedida a autoridades policiais pela Secretaria de Polícia da Parahyba.

administração de rendas provinciais. As guias seriam provas de que os produtos que acompanhavam estivessem taxados ou fiscalmente regularizados no seu local de origem, dispensando qualquer sobretaxa não prevista por lei.

A inclusão da rubrica, por sua vez, representa a solução de um problema de autenticidade, como é possível ler no:

Ofício ao delegado suplente desta cidade em 20 de janeiro.

Ilustrissimo excelentissimo senhor,

De ordem de sua excelencia envio a vossa senhoria 150 exemplares de guias impressas e rubricadas [...] Inspector de Administração de rendas para serem distribuídas pelos subdelegados do termo, que **deverão devolverem as que estiverem em seu poder para serem rubricadas [...] do inspector, [...] quanto d'ora em diante não devem mais passar guia sem esta formalidade**, o que vossa senhoria muito lhe deve recomendar, assim como fará sentir aos mesmos subdelegados, **que lhes he vedado passar guias em manuscripto** em vista do regulamento de 31 de julho de 1846, devendo vossa senhoria fazer logo remessa das que precisar o subdelegado ao districto de cabedello = Deos guarde a vossa senhoria secretaria de policia da parahyba 20 de janeiro de 1851” (Livro de Correspondência da Secretaria de Policia da Parahyba. Grifos meus)

Os ofícios seguintes direcionam outras quantidades de guias a outras localidades da província.

De acordo com o documento/ofício supracitado, é possível compreender que quando não rubricadas e não impressas, as guias não ofereciam segurança e controle eficientes a administração provincial, o que permite supor que de tal modo, poderiam ser falsificadas pelos produtores ou atravessadores interessados em obter o máximo de lucro possível em seus negócios, apresentando em Pernambuco guias falsificadas.

Contudo, mesmo diante de tantas formulações para garantir o controle das mercadorias e das próprias guias em questão, elas não representaram de fato a solução definitiva para o problema a que inicialmente buscavam sanar. Pelo contrário, as próprias guias foram também fontes de outros problemas relativos à burla do processo de recolhimento dos impostos. Tendo em vista que, entre outras coisas, foi explorada a possibilidade de outros agentes interessados

em levar vantagens neste processo, as falsificarem e comercializarem por valores inferiores às taxas legais e que obviamente não seriam remetidos aos devidos órgãos fiscais, saindo prejudicada a arrecadação provincial.

Num ofício que demonstra os aspectos de frouxidão do controle por meio da omissão da comunicação ao mesmo tempo em que aponta para uma prática de crime fiscal envolvendo o sistema de guias, lê-se:

Ofício ao delegado do termo de são joão em 21 de janeiro,

ilustrissimo senhor,

Não tendo vossa senhoria satisfeito o exigido do meo officio de 28 do mez de novembro findo buscando informação a respeito de ter o escrivão do subdelegado de congo em ter passado guias em manuscripto exigindo por cada hua o estipendio de oitocentos reis, novamente me dirijo a Vossa senhoria para satisfazer a fim de que eu possa responder a sua excelencia, conforme me foi determinado em seo officio de 22 do passado novembro. Deos guarde vossa senhoria, Secrataria de Policia da Parahyba. 21 de janeiro de 1851 = Ilustrissimo Senhor Bento da Costa Villar. Delegado do termo de são joão = o Chefe de Polícia = Claudio Manoel de Castro. (Livro de Correspondência da Secretaria de Polícia da Parahyba. Grifos meus)

No documento supracitado, a formulação: “não tendo vossa senhoria satisfeito o exigido no meo officio de 28 do mez de novembro findo [...] novamente me dirijo a vossa senhoria para satisfazer...”, evidencia a força da comunicação no processo de exercício do poder no Império. O lapso de tempo decorrido entre 28 de novembro de 1850 e 21 de janeiro de 1851 pode ser considerado grande mesmo para o período imperial, principalmente diante da observação do montante de correspondências oficiais trocadas entre a capital da província e outras localidades.

Outro aspecto deste documento diz respeito às práticas relatadas, de que “o escrivão do subdelegado do congo” teria comercializado guias manuscritas, cobrando por cada uma 800 réis. Ora, uma pessoa envolvida e (esperava-se) comprometida com os interesses do império e diretamente vinculada ao órgão que se encarrega de punir práticas criminosas, estava diretamente envolvida (provavelmente protagonizando) exatamente uma prática criminosa que prejudicava diretamente o tesouro imperial. Cabe aqui levantar hipóteses: a primeira delas seria a de que o uso do cargo para fazer isso estaria diretamente vinculado à confiança que se atribuía

publicamente a este mesmo cargo. Portanto, o indivíduo usava de seu lugar na cadeia do poder imperial para lucrar, subvertendo uma ferramenta que deveria servir à manutenção da estrutura administrativa na própria província. É viável pensar também a possibilidade deste indivíduo usar desta prática para fortalecer suas próprias relações de sociabilidade para com os comerciantes locais, na concessão de um favor que, ao mesmo tempo, lhes pouparia dinheiro em relação aos valores dos impostos estipulados pela legislação, criando vínculos de cumplicidade entre o escrivão e os seus clientes.

Os casos relatados pelas fontes e até aqui discutidos reforçam a ideia de que o campo da oficialidade do exercício do poder e do cumprimento da lei no que diz respeito ao comércio na Parahyba oitocentista estavam atravessados pelos meandros das relações de sociabilidades e pelos interesses pessoais envolvidos em quaisquer destes processos, do que resultaram táticas dedicadas a subversão de tais normas, cujas consequências foram mensuradas como possibilidades ao longo da análise. O próximo item deste capítulo representa uma tentativa de aproximação em relação aos processos supracitados, tocando o cotidiano até onde as fontes permitiram.

4.4. Mercadorias e mercadores

Após falar das medidas tomadas em relação ao lazareto construído na ilha do Tiriry e do estado de (in)salubridade em que se encontravam as ruas das cidades, além de todas as medidas que teria tomado para sanar os problemas apontados em ambas as situações, o relatório do Presidente da província de 1850 traz a seguinte narrativa:

Também achei os armazens de carne secca de alguns negociantes do Varadouro acumulados de grande número de arrobas daquelle em completo estado de ruína e constou-me que alguém muito de propósito importava para esta Província aquelle genero que em Pernambuco pela sua corrupção era condenado a não ser vendido, verdade que se realisou e de que me convenci por que pouco tempo depois que assumi a Administração da Província aportou aqui a escuma <<Berenice>> de que se disse proprietário o Portuguez Felipe Neri, que n'ella veio, carregada daquelle genero em tal estado que os próprios donos dos armazéns de carne infecta, a não quizerão armazenar, limitando-se alguns a comprar por

muito baixo preço pequenas porções para revende-la ao povo.(RELATÓRIO, 1850A, p.20. Grifos meus)

A escuma Berenice fazia o trânsito entre as praças de Pernambuco e Parahyba, vendendo seus produtos, sempre que possível, diretamente do porto, como o indica o anúncio que circulou no início do ano de 1850: “Vende-se por commodo preço a bordo da Escuma Brasileira ‘Berenice’, carne secca e farinha de mandioca em saccas de 3 quartas, cujo navio se acha fundiado ao pé do caes desta Cidade, e com a prancha sobre o mesmo para facilitar a entrada dos pretendentes” (O Reformista, sábado, 16 de fevereiro de 1850). Contudo, saber a quem ela pertencia e provavelmente estar a par dos interesses comerciais mantidos por Felipe Neri em Pernambuco, provocou imediatamente a desconfiança do presidente da província da Parahyba, que de acordo com o relato:

Indignado contra este iniquo procedimento, com o qual se envenenava a população desta cidade e ainda mais **receiando os funestissimos resultados de taes depositos ao tempo, em que grassava com todo o vigor a febre amarella**, activei com energia ao fiscal, que em comissão com o subdelegado de policia, e cirurgião encarregado da saúde pública, percorreu os armazéns e **condenou a serem lançados ao mar mais de cinco mil arrobas de carne completamente podre, sendo quasi duas mil pertencente ao carregamento da referida escuma <<Berenice>>**.(RELATÓRIO, 1850A, p.21. Grifos meus)

Numa leitura feita anteriormente a respeito deste acontecimento, Serioja R. Cordeiro Mariano e Nayana R. C. Mariano argumentam que o temor pelas doenças epidêmicas que motivou o presidente da província em suas ações, era também um temor pela desordem social (2012, p.6-7), pela perda total do controle sobre a população, que era seu trabalho manter, principalmente através de toda a estrutura legal e institucional construída com esta finalidade. De modo que é possível identificar no ocorrido uma relação de tensão entre as ações direcionadas para a manutenção do controle social, justificadas pelo discurso de promoção da salubridade dos corpos e do espaço urbano, e a resposta popular que surgiu como reação revoltosa e de difícil controle. Num paradoxo no qual o administrador da província se viu promovendo a desordem (fazendo algo que contrariou a população) em nome da manutenção da ordem higiênica e social que objetivava, já que no mesmo documento (um pouco antes de iniciar este relato) ele fala das medidas de limpeza do espaço urbano que promoveu, chegando a empregar nesse intento a mão de obra dos homens que estavam presos na cadeia.

Grande celeuma se levantou contra este acto usual em outras Províncias, e filho de huma Postura Municipal, **e alguns dos envenenadores da humanidade, feridos em seu sórdido interesse**, único idolo a que prestão culto, **m'o atribuirão, acunhando-o de violento, e arbitrario**. Eu porém no repouzo de minha consciencia sempre estarei prompto a activar sua reproducção todas as vezes, que me constar, que elles tentão renovar tão indgno e reprovado commercio. (RELATÓRIO, 1850A, p.21. Grifos meus)

Levantar-se o povo contra o ato de lançar tanta carne ao rio, mesmo diante das afirmações de que o estado deste produto era de *ruína*, portanto, imprestável para o uso, justifica-se provavelmente pelo valor que se cobrava por esta carne, muito abaixo do praticado nos açougues onde se cobrava por carne fresca, que por sua vez era muito mais cara do que aquilo que a população pobre poderia pagar. Diante disso é possível também que justamente o tempo que esse produto embarcado de Pernambuco estava no mercado sem consumidores, adicionado ao tempo de traslado até a Parahyba, tenha sido fator crucial para o barateamento do preço final, sendo muito mais atrativo para a maior parte da população do que o aspecto de podridão que, em condições ideais, pesaria contra a sua compra por parte de qualquer público.

Pode-se dizer que o comércio feito em relação com consumidor direto era lugar privilegiado para observação de conflitos sociais, desde aqueles cotidianos e relativos a interesses particulares, até aqueles que envolviam grupos populares e se fundamentavam em fatores mais complexos que aliavam interesses coletivos aos particulares em relação às condições contextuais vivenciadas em cada um dos momentos nos quais ocorreram, como é o caso da carne jogada ao rio em função de uma série de fatores que muito provavelmente não podem ser reduzidos a questão da preocupação com a salubridade, expressa pelo presidente da província - a qual retomaremos adiante.

O caso é que quando se trata de investigar e abordar os conflitos ocorridos em função do comércio na Cidade e na Província da Parahyba do Norte, há que se considerar que fatores muito diversos daqueles diretamente vinculados a aquisição e consumo de mercadorias eram também motivo de revolta popular. A historiadora Maria da Vitória Lima aponta alguns dentre os responsáveis por iniciar revoltas como o *Quebra Quilos*, movimento cuja complexidade e abrangência foram objetos de análise e investigação ao longo de todo o século XX, e que ainda apresenta uma série de problemáticas. Segundo a autora:

Diante da crise econômica que assolava a Província, a Assembléia Legislativa autorizou a criação de novos impostos, como o **imposto de consumo, cobrado sobre gêneros alimentícios (ex: carne seca e farinha), e a majoração do “imposto de chão”**. Este imposto era uma taxa de 100 mil réis arrecadados sobre qualquer quantidade de mercadoria exposta na área destinada à feira. **A arrecadação dessa taxa não era feita pelo governo**, mas por um terceiro, que arrematava o direito de fazê-lo. Este **arrematante não sofria fiscalização do governo** e, portanto, abusava quando fazia a cobrança, para obter mais lucro; muitas vezes, cobrava mais de uma vez quando o produtor/feirante mudava de lugar o seu produto. Outro dado importante é que **o dinheiro arrecadado com esses impostos não era revertido para o melhoramento da população**, proporcionando aos feirantes um Mercado Público, que abrigasse os produtos das chuvas. (LIMA, 2002, p. 41 *apud* Hoffnagel, 1990, p. 53 e Sá, 1984, p. 77. Grifos meus)

Para além da revolta provocada, os elementos supracitados eram fator de incômodo também na capital da província, onde aliás, é possível apenas supor que tal revolta tenha reverberado, diante da escassez de fontes produzidas no período. A hipótese de que tenha atingido a Cidade da Parahyba se fundamenta no mapeamento feito por Luciano Mendonça de Lima (2006), de acordo com o autor, a revolta se espalhou pela província até as proximidades da capital, o que aliado à mobilização do contingente policial para conter a revolta no interior, provavelmente deixou a cidade minimamente guarnecida. O autor cita a seguinte fonte a respeito:

Dizia-se geralmente que os grupos armados de Ingá entendião-se e combinavão-se com os de Campina Grande e de outros lugares, para precipitarem-se, todos reunidos sobre a capital, onde a resistência era impossível por falta absoluta de força, sendo que apenas nella existia o numero indispensavel de praça para a guarnição da praça, cujo serviço se fazia, por isso mesmo, muito irregular a atropeladamente. (Jornal da Parahyba, 09 de janeiro de 1875 *apud* LIMA, 2006, p.61-2)

A sugestão lida nas entrelinhas do boato repetido pelo Jornal da Parahyba em 1875 - de que muito provavelmente grupos populares de outras cidades teriam planejado voltar-se contra a capital - é reforçado pela afirmação de João Rodrigues Coriolano de Medeiros, que em 1912 apresentou sua própria leitura sobre o ocorrido, dizendo que: “um vaso de guerra veio estacionar no porto da Capital, em cujo bordo mais de uma noite dormiu o então presidente da província” (MEDEIROS, 1912, p.57). O que teria fundamento, de acordo com Lima (2006) nos relatos encontrados em alguns jornais da época segundo os quais o presidente da província teria passado a noite a bordo de um navio no porto da cidade, o que é interpretado de diferentes

formas: para Geraldo Irenêo Joffily (1977), a notícia denota a capacidade de articulação política do presidente naquele momento.

Enquanto para o próprio Lima, ela indica que o administrador da província teria buscado refugiar-se ali temendo a fúria popular contra a sua figura de autoridade, ele afirma que a Cidade da Parahyba não esteve na rota dos revoltosos do Quebra-quilos, mas que essa possibilidade não foi descartada nem mesmo pelo presidente da província naquele momento (LIMA, 2006, p. 61). A respeito disto, nenhuma das hipóteses deve ser descartada até que o acesso às fontes sobre o período na Parahyba, seja o mais abrangente possível, o que ainda não é, tendo em vista a estruturação atual dos arquivos públicos disponíveis.

Por outro lado, observação importante deve ser feita quanto a prática da arrematação dos impostos bem como quanto a regulamentação sobre o comércio na Cidade da Parahyba e os conflitos ocorridos em torno destes, principalmente aos realizados junto aos pequenos negociantes na capital. Se só em 1896 é que toma corpo o decreto regulamentar do mercado do Tambiá (A União, 1896)⁵⁹, a arrematação referente ao uso do matadouro público foi tema de alguns conflitos encontrados nos jornais antes desse período, todos eles envolvendo os trabalhadores que matavam as rezes, tratavam e vendiam a carne, e os arrematadores dos impostos sobre o matadouro, que pretendiam tornar o mais cômodo possível para eles mesmos o processo de coleta dos impostos sobre o uso e manutenção daquele espaço, o que comumente resultava em insultos e provocações trocados nos jornais da cidade.

O número 452 do jornal O Publicador (1864) traz na terceira coluna da quarta página um anúncio assinado por *Um marchante*, que diz:

Pede-se ao arrematante do imposto de dous mil réis por cabeça de gado morto para o consumo publico desta cidade, queira receber aquella importancia no respectivo matadouro, ficando assim sanada a pouca pontualidade dos marchantes em seus pagamentos, como diz o mesmo arrematante. Sou forçado a declarar ao Sr. Arrematante, que **os marchantes são tão pontuaes em seus pagamentos de impostos, que até se offerecem para lhes satisfazerem no acto da matança, em notas sem remendos.** Assim, pois, já se vê o Sr. Arrematante o desejo que ha da parte dos marchantes na prompta satisfação desse imposto. Está tudo sanado, Sr.

⁵⁹ As casas de mercado que precedem estão na cidade, são obras e iniciativas particulares. A do Tambiá, é pública.

Arrematante, receba Vmc. os seus dous *bagos* por cada boi que se matar; e adeus, minhas encommendas; assim o espera. Um marchante. Parahyba 3 de março de 1864. (O Publicador, 1864, nº452, p.04, Grifos meus)

Apresentando ao leitor alguns aspectos do atrito, dentre eles: a divergência entre o arrematante do imposto e os marchantes em relação ao pagamento do mesmo, se deveria ser feito no próprio matadouro - para o qual o arrematador se dirigiria em função disso - ou se os marchantes é que deveriam ir até um local diferente do matadouro para fazer este pagamento, o que parece ser do interesse do arrematante do imposto, visto que a publicação apresenta características de ser uma resposta a esta demanda do mesmo; a questão da pontualidade quando do pagamento (que parece decorrer da divergência anteriormente indicada) e a questão do estado do dinheiro com que se fazia este pagamento, já que o autor da fonte pontua especificamente e com destaque em *itálico* que os marchantes pagariam “em *notas sem remendos*”.

Este conflito não para por aí e se estende por outros números d'O Publicador, nos quais autores que se declaram “observadores” ou marchantes (sem contudo, identificarem-se nominalmente), abordam questões como a conservação das instalações do matadouro, a relação custo-benefício da atividade de matar e executar os cortes das rezes para a venda e uma série de questões que indicam que os marchantes da cidade não somente identificavam-se enquanto grupo com interesses comuns, como se articulavam em relação a uma causa própria, conhecendo a legislação que regia suas atividades, bem como as atribuições dos demais envolvidos nela (como o arrematador do imposto), e posicionando-se publicamente quanto a isso quando acreditavam necessário. Num conflito contínuo e sustentado por fatores que a todo momento são explicitados nas páginas do jornal.

Se essa prática produzia conflitos já no nicho do comércio da carne, a perspectiva de maiores conflitos quando da ampliação deste campo de ação para outros tipos de negócios não se apresenta menos problemática no que diz respeito ao comércio de modo geral, o que é observado por Maria da Vitória Lima (2002), ao afirmar que: “A arrecadação dessa taxa [imposto de chão] não era feita pelo governo, mas por um terceiro, que arrematava o direito de

fazê-lo. Este arrematante não sofria fiscalização do governo e, portanto, abusava quando fazia a cobrança, para obter mais lucro” (LIMA, 2002).

Retomando a fonte anteriormente citada, o relatório não indica como o presidente da província lidou com os ânimos da população e com os negociantes que perderam sua mercadoria, nem se foram tomadas providências no sentido da investigação das prováveis fontes pernambucanas, ou mesmo o que foi feito aos donos dos armazéns que revendiam a carne estragada. Fato é que neste mesmo período o navio Berenice, pertencente a um comerciante local e que foi carregado com a carne estragada para ser revendida na cidade, aparece na documentação por outros motivos. Datado do dia 16 de fevereiro de 1850 é o documento que diz:

Illustrissimo Excelentíssimo Senhor,

Fiz intimar ontem o mestre da escuma nacional Berenice, em virtude da ordem de Vossa Excelência de 14 do corrente que **devia retirar a prancha que tem armada sobre o Cais desta Alfândega, há 18 dias, e mudar de ancoradouro; mas ele deixou de cumprir esta mesma ordem**, e continua no mesmo estado em grave prejuízo da polícia desta Alfândega, e do comércio de exportação [...] na quadra atual, em que **há fundados receios de que pela demora de embarcações estrangeiras no porto se desenvolva em suas tripulações as febres mortíferas** que tem levado alguns, e em menos cabo das ordens expedidas pela autoridade competente. [...] permitida a prancha no lugar em que está para o fim de descarregar, e não para o mercado, **mas o mestre com abuso manifesto** tem consumido dezoito dias, sem descarregar, **entretanto que estão quatro navios estrangeiros prontos a carregar**, alguns sem lancha de transporte, e **proibidos de aproveitar o benefício do porto de carregar a prancha naquele lugar**, único que oferece cômodo a navios maiores, por causa da desobediência do referido Mestre do Berenice, havendo o outro lugar para ancorar a mesma escuma, que é pequena, e em que pode armar tão bem prancha como lhe indiquei ontem. Levando esta desobediência ao conhecimento de Vossa Excelência, reuqueiro providências pela Capitania do Porto com a força necessária para chamar a ordem aquele mestre resistente. Deus Guarde a Vossa Excelência por muitos anos. Alfândega da Parahiba, 16 de fevereiro de 1850. José Lucas de Souza Rangel. Illustrissimo Excelentíssimo Senhor Coronel Jozé Vicente de Amorim Bizerra, Presidente da Província⁶⁰.

No documento que segue em anexo a este, o mesmo José Lucas de Souza Rangel, esmiúça uma explicação legalmente fundamentada para justificar o fato de que a escuma

⁶⁰ Coleção de documentos avulsos, década de 1850, Arquivo Waldemar Bispo Duarte. Grifos meus.

Berenice não deveria continuar onde estava, indicando outro lugar considerado por ele mais cômodo para que se faça comércio a partir do navio, observando que “neste porto é a primeira vez que aparece embarcações de cabotagem, vendendo as mercadorias de sua carga a bordo, [...] que os estilos até aqui do comércio de cabotagem, é serem descarregados os gêneros para a terra, e venderem aí”⁶¹.

As reclamações e o embate contra o “mestre do navio”, continuam e coincidem com o período da venda da carne estragada, indicando que o conflito muito provavelmente não foi um episódio isolado da relação entre Felipe Neri e os membros daquela administração provincial. Do mesmo modo pode-se considerar que os indivíduos citados nas fontes aqui discutidas estavam diretamente vinculados por laços ou atritos anteriores a produção destes relatos escritos com fragmentos de suas histórias de vida, ratificando o argumento sustentado desde a proposta desta investigação, de que o comércio foi uma atividade tão viva e dinâmica na Cidade da Parahyba ao longo do período imperial, que não somente contribuiu para a construção de sua forma e memória urbana como esteve na centralidade das vidas de uma diversidade enorme de indivíduos, que consolidaram suas ações, opiniões, laços e atritos em torno dos seus ou dos negócios dos outros.

Finalizo este, assim como os outros debates que promovi nos capítulos anteriores com a certeza de que renderiam muito mais páginas de interessantes e pertinentes observações e questionamentos a respeito da profundidade do aspecto comercial no estabelecimento da cidade em suas estruturas físicas e encadeamentos humanos particulares e delicados. E tenho de afirmar que dentre os temas abordados o da criminalidade e práticas contraventoras foi o mais desafiador e difícil de lidar, sendo também aquele que mais me intriga e provoca á investigação. Portanto, saibam, leitores, que este capítulo tem seu fim aqui, mas não está de fato findo, e certamente encontrará espaços para continuidade.

⁶¹ Coleção de documentos avulsos, década de 1850, Arquivo Waldemar Bispo Duarte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do comércio como objeto de estudo e problematização neste trabalho foi levantada e discutida inicialmente a partir da perspectiva da memória elaborada no final do século XIX e dos indícios advindos dos jornais, plantas e fotografias da cidade; lidas em busca dos referenciais que apresentam, partindo do questionamento: a) “estes referenciais são fundamentados em quais aspectos da cidade?”; b) “quais são os elementos centrais encontrados nas memórias individuais de cronistas que viveram no final do século XIX na Cidade da Parahyba?”; c) “como estas pessoas (estes autores) caracterizaram estes elementos?”, e d) “o que está nas entrelinhas destas representações?”

Tais referenciais se mostraram estritamente vinculados aos aspectos do centro comercial urbano, sendo elencados também como marcos geográficos nos momentos em que estes autores narravam as mudanças ocorridas na cidade ao longo do tempo. Indicando os movimentos de surgimento, deslocamentos, permanências e extinção de diferentes segmentos comerciais, ora dominando determinadas ruas, ora espalhando-se pela cidade ou mesmo saindo dela em busca de novos mercados.

Guiada por estas leituras e se encaminhando delas para os arquivos físicos e virtuais, esta investigação se encaminhou para uma abordagem da cidade ancorada em indícios que frequentemente mantiveram-se pouco ou nada evidentes, o que se atribui às características fragmentárias e seletivas das fontes encontradas. Por isso, ao longo do processo de interpretação desta documentação fez-se necessário o reconhecimento do aspecto indireto das informações contidas na documentação, através de uma leitura que não se limitou à superfície dos dados coletados, mas adentrou tanto quanto possível, às minúcias do objeto.

Inicialmente foi executada uma observação da cidade da Parahyba por meio dos nomes de algumas de suas ruas, do que são exemplos: Victorino Maia e Carlos Holmes, denominações dadas, respectivamente: a um trapiche instalado no porto do Rio Sanhauá e a uma rua na Cidade Baixa, já no final do século XIX. Quando cruzados com os dados fornecidos pelos jornais da

época, estes dois nomes foram identificados a negociantes estrangeiros que viveram na cidade ao longo do oitocentos e que construíram nela suas vidas.

A partir de então os locais de comércio permanente e intermitente se tornaram objetos de observação. Tavernas, boticas, armazéns, matadouros e mercados redirecionaram o foco da descrição que passou das características geográficas e arquitetônicas para os indivíduos, para suas práticas cotidianas, seus modos de ser e fazer e as relações de sociabilidade e de forças que constituíam o aspecto vivo, móvel e dinâmico dessa história.

Abrindo espaço para uma perspectiva de interpretação futura destes aspectos, feita por meio do direcionamento e aprofundamento do foco da análise para a feição urbana da Cidade da Parahyba e para a história de sua constituição, problematizando suas lógicas de ordenamento ao longo de todo o período imperial, e identificando as camadas que a compõe e suas instalações ao longo do processo de ocupação do espaço urbano e de expansão da área habitada, segmentada de acordo com diferentes funções que lhes foram atribuídas, assim como pelos diferentes direcionamentos aplicados aos territórios comercializados.

No percurso desta pesquisa, os jornais foram fontes muito exploradas e permitiram a observação de vários aspectos entre os quais surgiram muitas possibilidades de leitura e problematização destas fontes propriamente ditas. Dentre eles, os que mais chamam atenção são aqueles relativos as vinculações políticas dos anunciantes (desde os grandes e pequenos comerciantes, passando por profissionais que ofereciam serviços como dentistas, fotógrafos e advogados, até aquelas pessoas interessadas em vender um ou outro bem seu, como uma casa ou escravizados, por exemplo), e a relação que mantém com suas redes sociabilidade. Sobre isso compreende-se que os caminhos abertos a investigação futura são muitos, mas foram elencados aqui alguns dos aspectos considerados como *pontas soltas*, que podem guiar a investigação para outras abordagens, são eles:

I. Em alguns casos, os anúncios passam pelo crivo político ideológico, no sentido de que são dirigidos a determinadas comunidades em torno deles que não são representadas somente pelo universo geral do público consumidor. No jornal *A Ordem*, por exemplo, são veiculados os anúncios advindos dos negócios de membros e/ou simpatizantes das ideias políticas que

orientavam aquela publicação. Abrindo espaço para a hipótese de que se uma pessoa dava preferência a publicação de um anúncio seu neste jornal e não no jornal que lhe fazia oposição (*O Reformista*), então quer dizer que conferia maior credibilidade, força e visibilidade a esta publicação do que a outra. De modo que os anunciantes que optavam por este jornal, selecionavam o público que desejavam captar, mesmo que inconscientemente, reunindo em suas lojas, armazéns e escritórios pessoas guiadas por variações de uma ou outra orientação política, dentre aquelas que estavam em voga. Por outro lado, existem aqueles anúncios que figuram em ambos os jornais supracitados, representando demandas endereçadas a todos, independentemente da orientação política;

II.É possível que os anunciantes que se dirigiram a estas publicações fossem, naquele momento, partidários ou simpatizantes das ideias daquelas nas quais pagaram para publicar. Aspecto reforçado pela atuação pública de algumas destas pessoas, que se filiavam a organizações (como irmandades e caixas beneficentes) e estabeleciam contatos e parcerias de acordo com suas próprias afinidades que eram publicamente expostas através dos próprios jornais;

E, III.O último elemento comum aos dois jornais acima referenciados e que serão aqui, são as publicações feitas por solicitação da administração provincial. Entre estas destacam-se as de caráter oficioso, que, figurando em ambos, tratam de uma temática cuja frequência aumenta nestas publicações ao longo do tempo, inicialmente ocupando os espaços das correspondências chegadas nos navios a vapor e posteriormente, ganhando espaço entre os temas centrais destas publicações: as febres e epidemias. Que foram objetos da tomada de uma série de medidas como a construção de um Lazareto na Ilha da Restinga e outro na Ilha do Tiriri, além da própria publicação de orientações a população no sentido da manutenção da saúde pública. Ambas as medidas atingiram diretamente o comércio local e marítimo, já que a inspeção das embarcações que chegavam, a avaliação e possível interdição da entrada das mesmas no porto da cidade, assim como a submissão das tripulações ao período de quarentena no Lazareto inviabilizava as atividades de embarque e desembarque de mercadorias, intervindo no andamento das importações e exportações de que dependia o comércio local dito de *grossa trato*.

Outro importante dado alcançado ao longo da pesquisa foi o que diz respeito ao lugar da província nos negócios do Império. Considerando-se que desde o período colonial o aparato portuário instalado numa das margens do rio Sanhauá garantia o escoamento dos materiais resultantes da extração de pau-brasil e outros tipos de madeira⁶², além dos demais gêneros de interesse da metrópole portuguesa. Posteriormente respondendo pelo escoamento de parte das demandas geradas pelo plantio em larga escala da cana-de-açúcar e do algodão – exportados também ao longo de todo o século XIX –, além do couro, aguardente, café, azeite de mamona, pau-brasil, plantas e frutas (PINTO, 1977, p.267)⁶³ e outros bens cujas ofertas e formas de consumo transitavam entre as variantes da necessidade e da possibilidade de produção e aquisição dentro e fora da província; esta estrutura foi o mecanismo pelo qual transitava uma variedade de produtos; recepcionando ademais, em maior e menor escala, gêneros de outros lugares para alimentar os muitos gostos e necessidades da população.

O aumento e diversificação dos bens de consumo absorvidos pelo público da cidade pôde ser acompanhado por meio de várias fontes como, por exemplo, os expedientes do governo publicados pela imprensa oficial parahybana, onde foram reproduzidos e publicizados documentos como a portaria emitida no dia 10 de outubro de 1861, publicada no jornal *A Regeneração*⁶⁴, por meio da qual o presidente da província, Francisco d'Araújo Lima, permite ao negociante Primo Pacheco Borges "descarregar no porto d'aquella rua [do Sanhauá] o carregamento de bacalháo (750 barricas), uma porção de farinha de trigo e taboado". Pequena amostra de como poderia ocorrer a importação de gêneros estrangeiros admitidos por via marítima. Neste caso o negociante aparece como consignatário – ou seja destinatário de mercadoria ou frete efetuados por terra (assim como por mar), a quem cabem direitos e responsabilidades sobre a carga contratada de acordo com a Lei nº 556, de 25 de junho de 1850,

⁶² Como consta no Ofício de 10 de outubro de 1799 enviado pelo governador Fernando Delgado Freire de Castilho ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho remetendo o mapa demonstrativo dos tipos e preços da madeira extraída na capitania. Referência: AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2525. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>>

⁶³ Entre as notas produzidas a respeito do ano de 1859 o autor indica os seguintes itens e valores: “Exportação: algodão 243:187 arrobas; assucar [ilegível]14:843 idem; couros 28:117; azeite de mamona 2 canadas; valor oficial 3.718:667\$944” (PINTO, 1977, p.267); que não são os mesmos alguns anos mais tarde, em 1861: “Exportação: assucar 599594 arrobas e 30 libras; algodão 187787 arrobas; pau brasil 652 quintaes; aguardente 36 canadas; couros 12083; plantas 5656; fructas 2500, valor oficial..... 2:640:271\$852”. (PINTO, 1977, p.286).

⁶⁴ A Regeneração, Cidade da Parahyba, 19 de outubro de 1861, p. 1, n.44. Disponível em: memoria.bn.br

Código Comercial do Império do Brasil – de um patacho⁶⁵ inglês que na ocasião, continua a portaria, fez também carregar com o açúcar estocado em seus armazéns localizados na rua da Ponte; prática recorrente entre os comerciantes ditos de grosso trato, que era a de contratar o frete para mais de uma viagem, com diferentes mercadorias e destinos.

Sinal de que o comércio marítimo nesta província ganhou cada vez mais força ao longo do século XIX é o aumento do volume informacional nos registros das Alfândegas e Consulados, a presença cada vez maior dos grandes comerciantes em jornais – que são vistos transitando entre as províncias, solicitando licenças, participando de irmandades e festas religiosas, etc –, a regulamentação deste tipo de negócio por meio da criação de uma lei específica para todo o império (a já referida Lei nº556, de 25 de junho de 1850), além da presença deste elemento em orientações outras, relativas a saúde pública, por exemplo.

O crescimento desta modalidade de transporte a serviço do comércio transparece por meio da crescente frequência na produção de notícias (narrativas), nos documentos de caráter oficial e administrativo, que reúnem estatísticas relativas a movimentos como os de embarque e desembarque de cargas e de entradas e saídas dos navios nos portos provinciais; alguns destes inventários (mapas e quadros estatísticos) reúnem tipos, quantidades, destinos, e valores arrecadados pelas mercadorias que tramitavam sob distintas modalidades do comércio marítimo. São instrumentos de uma prática administrativa que objetivava controlar cada aspecto do Império por meio de uma série de mecanismos⁶⁶ como a coleta dessas massas de dados, que por sua vez não eram compilados segundo padrões técnicos específicos, trabalho que algumas vezes não chegava a ser feito por profissionais, interferindo diretamente sobre os resultados publicados.

⁶⁵ De acordo com o dicionário elaborado pelo padre D. Rafael Bluteau: "PATAXO, f. m. navio pequeno de guerra, que precede aos maiores para observar o inimigo, entrar diante nos portos, e rios, e talvez levar avisos". (BLUTEAU, 1789, tomo segundo, p.169). Tipo de embarcação largamente encontrada transportando mercadorias ao longo da costa no Brasil imperial.

⁶⁶ Para saber mais sobre este tema, recomenda-se a consulta ao Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), disponível no endereço: <http://memoria.org.br>. O projeto é desenvolvido conjuntamente pelo Ministério da Fazenda e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (por meio do convênio IPEA-MF/GRA/MF/RJ nº 001/2006 – DOU 12/07/2006 renovado em XXXX) em parceria com o Internet Archive.

Foram pesquisados os dados apresentados por uma série de publicações promovidas ao longo do período imperial, estando entre elas a *Collecção de mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de 1849-1850*, impressa em 1855 pela Typographia Nacional, nos quais estão inventariados os aspectos dos processos de trânsito das mercadorias que chegaram e deixaram o território brasileiro, ora as identificando nominalmente, assim como a seus destinos, valores e quantidades, ora indicando as origens de sua produção e a orientação dos cursos das embarcações que as transportaram.

O *Mappa geral dos generos de producção e manufactura nacional, despachadas para exportação, para fóra do Império, pelas mesas de Consulado* (1855, sem paginação) organiza as informações na seguinte ordem: nomenclatura, destinos, unidades de medida, quantidades, valores oficiais (relativos a cada país e a cada espécie de mercadoria) e direitos correspondentes (porcentagem relativa a taxa e importância cobrada sobre os valores apresentados); constando nele pouco mais de 115 diferentes gêneros exportados entre matérias-primas e manufaturados, para cerca de 25 destinos espalhados pelos continentes europeu, asiático, africano e americano, além de figurar entre eles a categoria *consumo* - provável referência ao comércio interprovincial.

Quanto aos registros advindos do Consulado da Parahyba no período entre 1849 e 1850, as informações que se seguem (assim como as anteriormente expostas) contribuem para a construção de uma ideia a respeito do início do período estudado, por não existirem informações suficientes para contemplar todo o período entre 1850 -1889. Diante destes dados, se abrem as possibilidades de investigação do contexto comercial nortenho ao longo do Império, que se apresentam como contribuições enquanto observações conjunturais do comércio marítimo interprovincial nas províncias do norte do Brasil.

Outro importante aspecto abordado sobre o comércio, foi o que diz respeito as relações de sociabilidade construídas em função dele na Cidade. Buscando entender as possibilidades de interpretação desta dinâmica, foi lançado o foco sobre três tipos de trabalhadores distintos entre si, mas não isolados em grupos fechados: os caixeiros, as quitandeiras e os grandes negociantes (ou negociantes de *grosso trato*). As interações vivenciadas entre indivíduos identificados a estes três segmentos foram imprescindíveis para a compreensão geral da

dinâmica humana e relacional que produzia desdobramentos que atingiam diretamente outros grupos de indivíduos e mesmo a economia da província, influenciando os hábitos de consumo inclusive por meio da introdução de mercadorias estrangeiras no comércio local.

Partindo deste ponto, passei a observar as relações do comércio com os crimes e contravenções ocorridos ao longo do período estudado, identificando os usos do ambiente urbano e a ativação de diferentes mecanismos advindos das relações de sociabilidades no que se apresentou um exercício de investigação tão complexo quanto instigante. A partir do qual foram tecidas tramas que possibilitaram ver em interação os elementos estudados nos capítulos anteriores. Aproximando, por meio do estudo do cotidiano das relações comerciais, a história econômica e social da história da cultura urbana da Cidade da Parahyba no Império.

Diante das dimensões dos elementos abordados em relação ao tempo e condições de pesquisa, é preciso enfatizar o fato de que o último capítulo desta dissertação representa apenas uma ínfima parcela em meio a um campo inteiro de investigação, tanto no sentido daquilo que já foi produzido em relação ao tema, como no sentido do que ainda pode ser feito.

De todo este trabalho de investigação iniciado tardiamente em relação ao tempo acadêmico - que corre numa cadência quase atropelada, passando por cima das fontes que, despercebidas, ficam à espera de olhares mais atentos; passando por cima dos processos de aprendizado, em leituras dinâmicas das quais pouco ou nada fica na memória depois da aplicação específica ao texto; e, passando por cima das pessoas, que esquecem que são pessoas em função do produtivismo que são forçadas a alimentar até praticamente entrarem em colapso - mas feito com o máximo de cuidado possível e a colaboração carinhosa e positiva de amigas, professores, orientadoras e leitores atentos. Posso e *devo* dizer que muitas pontas estão soltas, mas que a disposição e a animação para puxá-las e ver até onde elas podem levar, é o preciosíssimo bem que eu carrego disto tudo e que me permite compreender que os resultados apresentados na forma da contribuição que este trabalho representa para a historiografia paraibana e brasileira, não são somente aqueles relativos a problematização e interpretação que fiz das fontes e processos históricos de que dispus ao longo deste período, mas são principalmente este horizonte de perspectivas que eles permitiram aparecer.

REFERÊNCIAS

Livros:

ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, J. E. (Org.). *Diferenças, Igualdade*. 1. ed. São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores, 2009. v. 1. 239p.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. *O Global e o Local nas feiras contemporâneas: um estudo dos impactos gerados pela Globalização em Feiras de Portugal e do Brasil*. 01. ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande-PB, 2014. 460p

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Tradução: João Barrento. São Paulo: Autêntica. 2012

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, economia e capitalismo séculos XV – XVIII*. Vol. 1: Estruturas do cotidiano, o possível e o impossível. Tradução: Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

_____. *Civilização Material, economia e capitalismo séculos XV – XVIII*. Vol. 2: O jogo das trocas. Tradução: Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

_____. *Civilização Material, economia e capitalismo séculos XV – XVIII*. Vol. 3: O tempo do mundo. Tradução: Telma Costa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. Ed. 2. 2009.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna: Europa 1500-1800* / Peter Burke; tradução Denise Bottmann. — São Paulo: companhia das letras, 2010.

_____. *O que é história cultural*. Tradução Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2003

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Ed 22. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014. 316p.

_____. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. ed. 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015. 77p.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local-1905/1930*. / Margarida Maria Santos Dias- João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – Vol. 2*. São Paulo: Globo, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*, 1988. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p.293.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. *O Quabra-quilo: a revolta dos matutos contra os doutores - 1874*. Brasília: Thesaurus.1977.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Editora Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992, p. 324.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks. 3 ed. 2000. 411 p.

_____. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global. 51ª ed rev. 9ª reimp. 2006. [1933]

_____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Global, São Paulo, 1 edição digital, 2012.

_____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. revista. São Paulo: Global, 2013a [1937].

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global. 2013b.

GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto ; SOARES, C. E. L. ; ARAUJO, C. E. M. DE . *Cidades Negras*. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista -- Século XIX. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras. Ed. 1. 2013. 458 p.

Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 1º Volume: História. Lisboa: Edições 70. 2000.

_____. *História e Memória*. 2º Volume: Memória. Lisboa: Edições 70. 2000.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil - 1808-1842)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Ed. 2. 1993. 136 p.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record. 1993. 432 p.

LIMA, Luciano Mendonça de. *Derramando Susto: Os escravos e o Quebra quilos em Campina Grande*. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume; Fapesp. 2004. 160 p.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *A Paraíba no Século XIX: sociedade e culturas políticas*. 01. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. v. 01. 173p.

MOUTINHO, Laura. Dossiê "Raça," Sexualidade e Saúde - Revista Physis. Rio de Janeiro: IMS-UERJ-CEPESC, 2004. v. 14, nº 2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-733120040002&lng=en&nrm=iso
Acesso em 25 de abril de 2018.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba* – Vol. 1. Reprodução da edição de 1908, com estudo introdutório do prof. José Pedro Nicodemos. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1977a [1908].

_____. *Datas e notas para a História da Paraíba* – Vol. 2. Reprodução da edição de 1908, com estudo introdutório do prof. José Pedro Nicodemos. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1977b [1908].

REIS, José. Carlos. *As Identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 278p

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: UNESP. 2009.332 p.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *Lima Barreto triste visionário*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. v. 1. 646p

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. e LOCKHART, James. *A América Latina Na época Colonial*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Org. MORAES FILHO, Evaristo. Tradução Carlos Alberto Pavanelli. – São Paulo: Ática, 1983.

SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Histoire des Droites. Cultures*. T. 2. Paris: Gallimard, 1992.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989. 394p.

TINEM, Nelci. (Org.). *Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa*. 1ed. João Pessoa: Prefeitura Municipal/ Editora Universitária-UFPB, 2006.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução: Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. Ed. 4. 2010.

Capítulos de livros:

ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)*. A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural. João Pessoa - PB: Idéia, 2003, v. único, p. 79-132.

CABRAL, Flavio José Gomes. '*Ó pretos, nada de negócios de branco!*': sociabilidades, cultura e participação política dos homens de cor no processo de fundação do Estado e da Nação. In: _____. COSTA, Robson. (Org.). *História da escravidão em Pernambuco*. 1ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, v. 1, p. 89-111.

CORSINO, Célia Maria. *Apresentação*. In: Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

DESAN, Suzane. "*Capítulo II: Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis*". In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 63-96.

GINZBURG, Carlo. Apêndice – Provas e possibilidades. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, Fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007. (p. 311-335).

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. "*Aspectos da história de um espaço urbano de entretenimento: o sul de Londres nos séculos XVI-XVII – diluindo fronteiras na conformação da cidade*". In: FREITAS, José Francisco Bernardino & MENDONÇA, Eneida Maria Souza (orgs.). *A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?* Vitória: EDUFES, 2012.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. "*Capítulo 3 – Estratégias de cidadania e de sociabilidade no Oitocentos através das cartas de um comerciante português*". In: RIBEIRO, Gladys Sabina & FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 273-294.

MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. (Org.). *Livros e impressos. Retratos do setecentos e do oitocentos*. 1ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009, v. 1, p. 153-184.

SCHWARTZ, Hillel. "*Arrebatamento e ruptura: os anos 1890*". In: _____. *Fim de Século*. São Paulo: Cultura Editores Associados. 1995. pp.237-300.

Livros utilizados como fontes:

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. *Presença de D. Pedro II na Paraíba*. Recife: Mousinho Artefatos de Papel, 1975.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique ao Brésil*. 2 Tomos. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1836. Disponível em: (vol. 1) <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3813> / (vol. 2) <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3802> / (vol. 3) <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4716> Acesso em 10 de junho de 2017.

KIDDER, Daniel. *Sketches of residence and travels in Brazil*. Philadelphia: Sorin & Ball. 1845. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518711> Acesso em 10 de junho de 2017.

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Londres: Longman & Associates. 1816. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7190> Acesso em 10 de junho de 2017.

MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. *O Tambiá de minha infância [1942]*/ Sampaio. João Pessoa: A União; Conselho Estadual de Cultura; SEC, 1994.

MENDES, Candido. *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico. 1868. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473> Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. 2. ed. facsimiilar. João Pessoa: A União; Conselho Estadual de Cultura; SEC, 1994 [1962].

Documentação oficial impressa e manuscrita:

BLUTEAU, Rafael, 1638-1734; SILVA, Antônio de Moraes, 1755-1824. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro Vols.: 1, 2 e 3*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 1789. Disponível em: <https://www.brasiliana.usp.br/handle/bbm/5413> Acesso em 15 de setembro de 2017.

CENSOS do Império

COLEÇÃO de leis Provinciais da Parahyba do Norte. Arquivo Privado Maurílio de Almeida. João Pessoa, Paraíba.

COLEÇÕES de leis do Império

Collecções de Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do Império do Brasil com suas Provincias e Paizes Estrangeiros, disponíveis no endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso em 09 de setembro de 2017.

JARDIM, Vicente Gomes. *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte. Capital da Província de mesmo nome*, 1887. Arquivo Privado Maurílio de Almeida. João Pessoa, Paraíba. [Manuscrito]

LIVROS de notas da Secretaria de Polícia da Província da Parahyba

RELATÓRIOS da Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda.

RELATÓRIOS dos Presidentes de Província da Parahyba.

RELATÓRIOS de Estatística Comercial do Império.

Legislação:

Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm Acesso em 22 de abril de 2018.

Lei nº581, de 04 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm Acesso em: 22 abr. 2018.

Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm Acesso em 22 de abril de 2018.

Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei dos Sexagenários. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179463> Acesso em 22 de abril de 2018.

Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm Acesso em 22 abril de 2018.

Fontes Periódicas:

Jornais:

A ORDEM, Cidade da Parahyba, 18

O GOVERNISTA PARAHYBANO, Cidade da Parahyba, 18

O REFORMISTA, Cidade da Parahyba, 1849-1850.

O PUBLICADOR, Cidade da Parahyba, 1864-1869.

O PARAHYBANO, *Cidade da Parahyba*, 1855-1892.

A REGENERAÇÃO

O DESPERTADOR (Produzidos durante as décadas de 1840 a 1880)

Artigos em periódicos e anais de eventos:

AMORIM, L. H. B.; FERNANDES, I. R. S. Os Melhoramentos Urbanos e o Processo de Modernização na Paraíba: Século XIX. In: Ruston Lemos de Barros. (Org.). Revista de Ciências Humanas. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1980, v. 1, p. 165-182.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: Revista de História. Vol. XXX. Ano XVI. Nº62. Abril/junho, 1965. Tradução: Ana Maria de Almeida Camargo. p.261-294. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736> . Acesso em: 31 ago. 2017.

CARVALHO, Juliano Loureiro Celino Moraes de; MARTINS, Carla Gisele Macedo Santos & TINEM, Nelci. “Para além da dicotomia Cidade Alta/ Cidade Baixa: um estudo historiográfico da forma urbana em João Pessoa (PB) ”. *Anais do IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR*. Salvador, 23 a 27 de maio de 2005. p. 1-2. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/533.pdf> . Acesso em: 28 ago. 2017.

CARVALHO, Marcus. *Os caminhos do rio: negros canoieiros no Recife na primeira metade do século XIX*. In: Afro-Ásia, 1997, p.75-93. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20948/13551> .Acesso em 01 set. 2017.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. Topoi (Rio de Janeiro), v. 10, p. 70-89, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2009000200070&script=sci_arttext&tlng=pt

LEPETIT, Bernard. “por Pierre Merlin; Formes urbaines, vilas en parallèle”. *Annales – Histoire, Sciences Sociales*, Paris, vol. 45, n. 2, 1990, p. 469-470. Disponível em: <http://www.jstor.org/> . Acesso em: 18 fev. 2018.

MAIA, Clarissa Nunes. Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco (1850-1888), In: CLIO, nº16, 1996 Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24883> Acesso em 20 de maio de 2018.

NORA, Pierre. Entre a memória e história, a problemática dos lugares. IN: tradução: Yara Aun Khoury. **Revista PUC**. Proj História. São Paulo (10), dez 1993. pp.7-28 Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> .Acesso em: 20 fev. 2018.

MAIA, Doralice Sátyro. Normativas urbanas no brasil imperial: A cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822 - 1850). *Geo UERJ*. 2007, v. 2, p. 458-476, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/geouerj.2014.14407> Acesso em 18 de junho de 2017.

_____. Ordem, higiene e embelezamento na Cidade Alta e na Cidade Baixa: A modernização da cidade da Parahyba. Brasil. *Revista Convergência Crítica*, v. 1, p. 1-24, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/convergenciacritica/article/view/809/626> Acesso em 19 de junho de 2017.

_____. SÁ, Nirvana L. A. Rafael de. Movimento Higienista e Alterações do Espaço Urbano na Cidade da Parahyba (1854-1912). *Mercator* (Fortaleza. Online), v. 11, p. 87-102, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/mercator/article/view/692/670> Acesso em 20 de junho de 2017.

MARIANO, S. R. C. ; MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro . O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). Fênix (UFU. Online), v. 9, p. 1-20, 2012. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE_ARTIGO_5_SERIOJA_RODRIGUES_CORDEIRO_MARIANO_E_NAYANA_R_C_MARIANO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). Locus (Juiz de Fora), v. 13, p. 92-122, 2007. disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/53.pdf> Acesso em 30 de junho de 2017.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Vol. 4º, 1912. Disponível em: <http://www.ihgp.net/revistas.htm> Acesso em 03 de janeiro de 2019.

PACHECO, Josilene Pereira. DOS CÁRCERES PARA O CONTINGENTE DE GUERRA - Homens negros livres e libertos da Província da Paraíba do Norte recrutados para a Guerra do Paraguai (1864-1870). In: Caderno de Resumos do III Seminário Internacional Brasil no Século XIX. Natal-RN:UFRN. 2018. p.41. Disponível em: <https://seonatal.wixsite.com/seo2018/publicacoes> Acesso em 27 de outubro de 2018.

THOMPSON, E. P. The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century. Past and Present, No. 50. (Feb., 1971), pp. 76-136. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/past/50.1.76> Acesso em 1 de agosto de 2017.

Apresentações de trabalho/seminários:

PACHECO, Josilene Pereira. “Vadio, sem ofício e desertor”: confrontando a masculinidade nos discursos das autoridades paraibanas sobre os militares negros recrutados no século XIX. 2017. VI Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: interfaces com as relações étnico-raciais. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Páginas da WEB:

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Apoio e Fomentos de Bens Culturais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/684/>. Acesso em 20 set. 2018.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/> . Acesso em: 9 set. 2018.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Livro de Registro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122> . Acesso: 10 set. 2018

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Plano de Salvaguarda. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/684/> . Acesso em 20 set. 2018

Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) - História do Abastecimento Público na Paraíba. Disponível em: <http://www.cagepa.pb.gov.br/institucional/historia/>. Acesso em 6 jan.2019.

Monografias, dissertações e teses:

DIAS, Elaine Cristina Jorge. *Retrato falado: O Perfil dos Escravos nos Anúncios de Jornais da Paraíba (1850-1888)*. Dissertação de mestrado, Orientador: João Azevedo Fernandes. PPGH-UFPB. 2013.

FERNANDES, Ocione do Nascimento. A produção e a comercialização de mercadorias no Brejo da Parahyba do Norte (1793 – 1883) João Pessoa, 2008. 116p. Orientadora: Doralice Sátyro Maia Dissertação (mestrado) UFPB/CCEN. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5864> Acesso em 12 de setembro de 2018.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. *Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidade na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/neabi/pdf/Biblioteca%20Digital/Dissertacoes/Dissertacao%20Matheus.pdf> Acesso em: 14 out. 2018.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Crime e castigo. A criminalidade escrava na Paraíba (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

_____. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2015. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7765> Acesso em 17 de abril de 2018.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Significações do corpo negro.1998. 146 f. Tese (Doutorado em psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixe/corpo-negro.pdf> Acesso em 25 de maio de 2019.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na cidade da Parahyba (1848-1866)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9514/2/arquivototal.pdf> Acesso em: 20 mai. 2018.

PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: festas e funerais na Natal oitocentista. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6028> Acesso em 25 de julho de 2017.

ROCHA, Solange Pereira da. Na trilha do Feminino: condições de vida de mulheres escravizadas na província da Paraíba (1828-1888). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

ROCHA, Solange Pereira da. Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7133> Acesso em 10 de agosto de 2017.

SALES, Mábia Aline Freitas. Viagem das coisas e das ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém Oitocentista. Orientador: William Gaia Farias. Co-orientadora: Leila Mourão. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012. Disponível em: <http://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/MS%202010%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%A1bia%20Aline> Acesso em 30 de outubro de 2018.

_____. Negócios e negociantes lusitanos: o comércio dos portugueses em Belém dos meados do oitocentos. 372f. Orientador: Carlos Gabriel Guimarães. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, 2017. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1893.pdf> Acesso em 30 de outubro de 2018.

ANEXOS

QUADRO: Comerciantes com estabelecimentos comerciais e propriedades urbanas na Cidade da Parahyba

Proprietários	Ruas	Quantidade de Propriedades	Contribuinte	Tipo de Negócio	Nº de Propriedades
Commendador Francisco Alves Souza Carvalho	Varadouro	1	Francisco Alves Souza Carvalho	Escriptorio commercial	nº41
	Varadouro	5	N/Consta	N/Consta	nº6/nº7/nº40/nº48/nº52
	Rua Direita	1	N/Consta	N/Consta	nº73
	Rua Nova	3	N/Consta	N/Consta	nº34/nº36/nº58
	Do Carmo	1	N/Consta	N/Consta	nº16
	Convertidas	2	N/Consta	N/Consta	nº10/nº28
	S. Bento	1	N/Consta	N/Consta	nº1
Herdeiros do Commendador Victorino Pereira Maia	Da Misericordia	1	N/Consta	N/Consta	nº1
	Rua Nova	2	N/Consta	N/Consta	nº2/nº4
	d'Alagoa	7	N/Consta	N/Consta	nº2/nº16/nº43/nº45/nº47/nº65/nº73
	Varadouro	9	N/Consta	N/Consta	nº20/nº24/nº26/nº37/nº39/nº44/nº62/nº66/nº70
	Convertidas	14	N/Consta	N/Consta	nº23/nº23A/nº23B/nº25/nº27/nº29/nº31/nº33/nº35/nº56/nº85/nº87/nº95/nº97
	Da Ponte	1	N/Consta	N/Consta	nº36
	Do Fogo	1	N/Consta	N/Consta	nº11
Antonio Camillo de Hollanda	Convertidas	2	Antonio Camillo de Hollanda	Loja de Fazendas; Roupas e calçado estrangeiros	nº2/nº4
	Nova	3		N/Consta	nº26/nº60/nº78
	Da Matriz	1		N/Consta	nº7
	Do Fogo	1	N/Consta	N/Consta	nº79

Antonio Thomaz Carneiro da Cunha	Convertidas	1	Antonio Thomaz Carneiro da Cunha	Botica	nº124C
	Convertidas	5	N/Consta	N/Consta	nº124B/nº49/nº53/nº58/nº89
	Da Gameleira	1	N/Consta	N/Consta	nº51
Frederico Beuttenmuller	Convertidas	2	Frederico Beuttenmuller & filhos	Loja de Fazendas; Loja e Taverna	nº90/nº124ªA
	Convertidas	1	N/Consta	N/Consta	nº84
	Da Ponte	1	N/Consta		nº5
Manoel Marques Camacho	Varadouro	1	Manoel Marques Camacho		nº11
	Varadouro	1	N/Consta	N/Consta	nº64
	Direita	1	N/Consta	N/Consta	nº99
	Fogo	1		N/Consta	nº53
José Felix do Rego	Direita	1	José Felix do Rego	Taverna	nº76
	Direita	1	Francisco Feliz do Rego	Taverna	nº74
	Direita	2	N/Consta	N/Consta	nº94/nº114
	Cadeia	2	N/Consta	N/Consta	nº12/nº38

Primo Pacheco Borges	Ponte	4	Primo Pacheco Borges	Armazem de vender e escriptorio comercial; Armazem de vender	n°35/n°50/n°54/n°56
Francisco Felix do Rego	Mangueira	1	N/Consta	N/Consta	n°37
	Cadeia	1	N/Consta	N/Consta	n°3
	Diniz	1	N/Consta	N/Consta	n°2B
Filhos de Antonio Vicente de Magalhães	Varadouro	1	Antonio Vicente de Magalhães & C. ^a	Loja de fazenda	n°1
	Varadouro	1	Antonio Vicente de Magalhães & C. ^a	Roupa e calçado estrangeiros	n°4
	Varadouro	1	N/Consta	N/Consta	n°23
Fernando Antonio de Menezes	Varadouro	1	Fernando Antonio de Menezes	Armazem de Venda	n°42
	Direita	1	N/Consta	N/Consta	n°1
	Convertidas	1	N/Consta	N/Consta	n°113
João José Lopes Pereira	Trincheiras	2	N/Consta	N/Consta	n°7/n°12
	Ponte	1	N/Consta	N/Consta	n°38A
José Antonio Marques Guimarães	Convertidas	1	José Antonio Marques Guimarães	Loja de Fazendas	n°110
	Varadouro	1			n°3

José de Azevedo Silva	Convertidas	1	José de Azevedo Silva	Escriptorio commercial	n°44A
	Convertidas	2	N/Consta	N/Consta	n°24/n°44
	Gameleira	1	N/Consta	N/Consta	n°2
Placido Ferreira da Silva	Convertidas	1	Placido Ferreira da Silva	Loja de fazendas	n°54
	Convertidas	2	N/Consta	N/Consta	n°60/n°146
Antonio Alexandrino Lima	Convertidas	1	Antonio Alexandrino Lima	Loja de Fazendas	n°18
	Cadeia	1	N/Consta		n°16
Manoel Rabello de Oliveira	Direita	1	Manoel Rabello de Oliveira Caboclo	Taverna	n°40
	Trincheiras	1	N/Consta	N/Consta	n°5
Antonio João Ramos	Direita	1	Antonio João Ramos	Taverna	n°41
	Direita	1	Antonio João Ramos Junior	Taverna	n°50
Francisco Fernandes Lima Junior	Largo do Erario	3	N/Consta	N/Consta	n°1/n°3/n°5
Francisco Ignacio Peixoto Flores	Rua do Tambiá	1	N/Consta	N/Consta	n°8
Custodio Domingues dos Santos	Convertidas	2	N/Consta	N/Consta	n°32/n°93

João Chrisostomo Pires	Convertidas	1	N/Consta	N/Consta	nº96
Joaquim Pacheco Borges	Trincheiras	2	N/Consta	N/Consta	nº6/nº6B
Augusto José Vicente	Império	3	N/Consta	N/Consta	nº11/nº11A/nº14A
José de Azevedo Maia	Convertidas	1	José de Azevedo Maia	Loja de Fazendas	nº16A
Manoel de Oliveira Lima	Convertidas	1	Manoel de Oliveira Lima	Taverna	nº22
Antonio Francisco de Oliveira, José de Azevedo Silva e Antonio Joaquim de Mello	Convertidas	1	N/Consta	N/Consta	nº15
Antonio Dias Pinto	Convertidas	1	Antonio Dias Pinto	Loja de Fazendas	nº42
João Baptista de Magalhães e D. Francisca, filha de Joaquim da Silva Guimarães Ferreira	Direita	1	N/Consta	N/Consta	nº104
Francisco Jorge Martins Botelho	Convertidas	1	Francisco Jorge Martins Botelho	Armazem de Ferragem	nº93A

Francisco Ignacio Peixoto Flores	Tambιά	1	N/Consta	N/Consta	nº8
Filhos de Frederico Augusto Neiva	Carmo	1	N/Consta	N/Consta	nº10
Manoel José Rodrigues Lima	Ponte	1	N/Consta	N/Consta	nº43
Francisco Antonio de Oliveira	Tambιά	1	N/Consta	N/Consta	nº13
Dr. Felizardo Toscano de Brito, herdeiros de José Gomes da Costa e outros	Direita	1	Dr. Felizardo Toscano de Britto	Escriptorio d'advogado	nº71
Filhos de Rufino Olavo da Costa Machado	Convertidas	1	Rufino Olavo da Costa Machado	Loja de fazendas	nº14A
José Lucas de Souza Rangel	Direita	1	José Lucas de Souza Rangel	Escriptorio d'advogado	nº109
Fonte: O Publicador, de 11 a 19 de abr de 1864/9 a 11 de set de 1865.					